



----- **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2004** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E DOIS/ DOIS MIL E QUATRO** -----

----- Aos treze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência da Senhora Presidente Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, estando presentes os Senhores Vereadores Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, José Ferreira de Matos, Emanuel Silva Martins, Doutora Ana Isabel Beça Dias da Costa, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor Rui Manuel Marques de Sousa Soeiro, Doutora Maria Manuela de Almeida Costa Augusto e Doutor Jorge Barreto Xavier. -----

----- Faltaram os Senhores Vice-Presidente Engenheiro José Arménio Lopes Neno e Vereador Luís Filipe Martins Pires, por se encontrarem ausentes do País em serviço, tendo a Câmara considerado justificadas as respectivas faltas. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dezasseis horas, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 - DESPACHOS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações constantes da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas, nomeadamente dos Senhores Vice-Presidente e Vereadores José Eduardo Costa, José Ferreira de Matos, Ana Isabel Beça, Arnaldo Pereira: -----

----- “Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente, José Arménio Lopes Neno, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e três, de dois mil e três, de vinte e sete de Março e que respeitam a autorizações de realização de despesas com

obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

----- Despachos de vinte e nove de Setembro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação setecentos e quatro, de dois mil e quatro, DOM, autorizando o pagamento do primeiro (único) auto de medição referente à empreitada “Cento e quarenta, de dois mil e quatro, DIM/DOM - Execução de Ramais do Loteamento da Quinta de São Januário, em Paço de Arcos”, à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, no montante de quarenta e oito mil seiscentos e setenta e nove euros e seis cêntimos mais IVA (cinco por cento).-----

----- Despacho exarado no processo “Trezentos e cinquenta e dois, de dois mil e quatro, DIM/DCAD - EB Um Número Dois, de Linda-a-Velha - Remodelação da Cozinha e Adaptação do Átrio para Refeitório e Substituição do Pavimento do Recreio”, autorizando a aprovação do processo de concurso da referida empreitada, cujo preço base é de cinquenta e seis mil cento e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos, com o prazo de execução de sessenta dias;-----

----- Despacho exarado no processo “Trezentos e cinquenta e três, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Execução de Redes e Iluminação Pública na Rua E - Fábrica da Pólvora de Barcarena”, autorizando a aprovação do processo de concurso da referida empreitada, cujo preço base é de vinte e oito mil quinhentos e doze euros e dez cêntimos, com o prazo de execução de trinta dias. -----

----- Despachos de um de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado no processo “Cento e cinquenta e oito, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Desvio de Redes na Avenida António Bernardo Cabral Macedo, em Paço de Arcos”, autorizando a adjudicação da referida empreitada, por preço global, à empresa C.M.E., Sociedade Anónima, pelo montante de cento e vinte e dois mil quinhentos e vinte e sete euros e noventa e dois cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de quarenta e cinco dias; -----



-----Despacho exarado no processo “Cento e setenta e nove, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Remodelação de Redes e Iluminação Pública na Rua Ferreira de Castro, em Barcarena”, autorizando a adjudicação da referida empreitada, por preço global, à empresa Pinto & Bentes, Sociedade Anónima, pelo montante de setenta mil seiscientos e setenta e três euros e sessenta e sete cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de quarenta e cinco dias; -----

-----Despacho exarado no processo “Trezentos e trinta e um, de dois mil e quatro, DIM/DOM - Fornecimento e Aplicação de Sinalética no Centro Cívico de Carnaxide”, autorizando a adjudicação da referida prestação de serviços, à empresa Mota-Engil, Sociedade Anónima, pelo montante de setenta mil cento e trinta e oito euros e setenta e um cêntimos mais IVA (dezanove por cento) e com o prazo de execução de quinze dias; -----

-----Despacho exarado na informação setecentos e setenta e nove, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da “Aquisição de Uma Máquina de Ar Condicionado para a Sala da Direcção da Fábrica da Pólvora, em Barcarena”, à empresa Affinis, Sociedade Anónima, pelo montante de seis mil seiscientos e setenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos mais IVA (dezanove por cento); -----

-----Despacho exarado na informação setecentos e trinta e cinco, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da “Aquisição de Uma Máquina de Ar Condicionado para o Centro Comunitário do Alto da Loba”, à empresa Affinis, Sociedade Anónima, pelo montante de quatro mil e novecentos euros mais IVA (dezanove por cento). -----

-----Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Director de Obras e Ambiente, Engenheiro Luiz de Melo, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e três, de dois mil e três, de vinte e sete de Março e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-

-----Despacho de vinte e quatro de Setembro de dois mil e quatro:-----

----- Despacho exarado na informação setecentos e trinta e sete, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da empreitada “Trezentos e sessenta, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Iluminação da Galeria de Nova Oeiras”, à empresa Pinto & Bentes, Sociedade Anónima, pelo montante de dezassete mil sete euros e sessenta e sete cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de quinze dias. -----

----- Despachos de onze de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação trezentos e oito, de dois mil e quatro, PROQUAL, autorizando a adjudicação da “Elaboração do Projecto de Construção do Posto de Transformação para Abastecimento do Centro de Apoio à Terceira Idade da Portela de Carnaxide”, por ajuste directo, ao Senhor Engenheiro Luís Manuel Martins dos Reis, pelo montante de dois mil e quinhentos euros mais IVA (dezanove por cento); -----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e cinquenta, de dois mil e quatro, DCAD, autorizando a adjudicação da empreitada “Trezentos e sessenta e quatro, de dois mil e quatro, DIM/DCAD - Beneficiações Diversas na Cozinha da Escola EB Um / Jardim de Infância de Outurela-Portela”, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, pelo montante de dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de sete dias. -----

----- Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Director de Departamento de Infra-Estruturas Municipais, Engenheiro Manuel dos Santos Pinto, no âmbito do despacho de delegação de competências número cinco, de dois mil e três, de um de Abril e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

----- Despachos de vinte e quatro de Setembro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação setecentos e cinquenta, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do “Ramal para os Sanitários da Praia Velha de Paço de Arcos”, por



ajuste directo, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima, pelo montante de mil seiscentos e noventa euros mais IVA (dezanove por cento); -----

-----Despacho exarado na informação setecentos e cinquenta e um, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da “Alteração do Sistema de Intrusão do Palácio Ribamar”, por ajuste directo, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima, pelo montante de três mil seiscentos e sessenta e um euros e vinte e cinco cêntimos mais IVA (dezanove por cento). -----

-----Despachos de vinte e oito de Setembro de dois mil e quatro: -----

-----Despacho exarado na informação quatrocentos e sessenta e cinco, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da “Semaforização no Cruzamento da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos”, por ajuste directo, à empresa Eyssa-Tesis, Sociedade Anónima, pelo montante de trezentos e setenta euros e cinquenta e seis cêntimos mais IVA (dezanove por cento); -----

-----Despacho exarado na informação setecentos e quarenta e um, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação dos “Projectos de Instalações Especiais - Ampliação dos Escritórios nos Armazéns de Paço de Arcos, em Oeiras”, por ajuste directo, à firma José M. Coutinho Lopes, Limitada, pelo montante de quatro mil quatrocentos e dez euros mais IVA (dezanove por cento); -----

-----Despacho exarado na informação setecentos e setenta e três, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação das “Reparações de Ar Condicionado nos Serviços Técnicos”, por ajuste directo, à empresa Affinis, Sociedade Anónima, pelo montante de mil duzentos e oitenta euros mais IVA (dezanove por cento); -----

-----Despacho exarado na informação setecentos e setenta e oito, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da “Aquisição de Uma Máquina de Ar Condicionado para o Gabinete de Assesores de Presidência”, por ajuste directo, à empresa Affinis, Sociedade Anónima, pelo montante de dois mil e novecentos euros mais IVA (dezanove por cento); -----

----- Despacho exarado na informação setecentos e oitenta e quatro, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da “Aquisição de Máquina de Lavar Loiça para o Lar de Idosos do Centro Cívico de Carnaxide”, por ajuste directo, à firma Disotel, Limitada, pelo montante de dois mil quatrocentos e trinta e sete euros e nove cêntimos mais IVA (dezanove por cento). -----

----- Despachos de trinta de Setembro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação seiscentos e quarenta e quatro, de dois mil e quatro, DEP, autorizando a adjudicação do “Projecto de Televigilância para o projecto de Reconversão e Reabilitação do Mercado Municipal de Caxias”, à firma Joule, Limitada, pelo montante de setecentos e cinquenta euros mais IVA (dezanove por cento) e com o prazo de entrega de quinze dias; -----

----- Despacho exarado na informação seiscentos e quarenta e sete, de dois mil e quatro, DEP, autorizando a adjudicação da “Execução de Maqueta da Escola Básica Um e Jardim-de-Infância de Queijas na Urbanização Praxis”, ao Senhor Luís Casimiro, pelo montante de quatro mil cento e quinze euros mais IVA (dezanove por cento) e com o prazo de execução de quarenta e cinco dias.”-----

----- “Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro e que respeitam a autorizações de realização de despesas com aquisição de bens e serviços: -----

----- Despacho de oito de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Autorizada a aquisição de contentores para deposição de resíduos sólidos urbanos, na modalidade de fornecimento contínuo, pelo montante de quarenta e oito mil setecentos e cinquenta euros, acrescido do IVA, à Otto, Sociedade Anónima.”-----

----- “Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e três, de dois mil e três, de



vinte e sete de Março, conjugado com o despacho número quarenta, de dois mil e quatro, de oito de Outubro e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-----

-----Despacho de vinte e dois de Setembro de dois mil e quatro: -----

-----Despacho exarado na informação seiscentos e dezoito, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da “Aquisição de Uma Máquina de Ar Condicionado para o Gabinete do Doutor Rui Duque”, por ajuste directo, à empresa Affinis, Sociedade Anónima, pelo montante de mil quatrocentos e cinquenta euros mais IVA (dezanove por cento).-----

-----Despachos de oito de Outubro de dois mil e quatro:-----

-----Despacho exarado na informação seiscentos e quarenta e oito, de dois mil e quatro, DCAD, autorizando o pagamento do primeiro (único) auto de medição, referente à empreitada “Trezentos e trinta e oito, de dois mil e três, DIM/DCAD - Reordenamento da Circulação e do Estacionamento na Rua do Lameiro, em Queijas”, à firma M. Iglésias, Limitada, no montante de três mil duzentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos mais IVA (cinco por cento);-----

-----Despacho exarado no processo “Trezentos e cinquenta e oito, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Instalação de Ar Condicionado e Ventilação da Biblioteca Municipal de Oeiras”, autorizando a aprovação do processo de concurso da referida empreitada, cujo preço base é de cento e vinte mil euros, com o prazo de execução de quarenta e cinco dias;-----

-----Despacho exarado no processo “Trezentos e sessenta e um, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Construção e Equipamento de PST na Rua Alberto Osório de Castro - Portela de Carnaxide, em Carnaxide”, autorizando a aprovação do processo de concurso da referida empreitada, cujo preço base é de oitenta e nove mil novecentos e sessenta e oito euros e noventa cêntimos, com o prazo de execução de trinta dias.”-----

-----“Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Ferreira de Matos, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de

trinta e um de Janeiro: -----

----- Despachos de trinta de Setembro de dois mil e quatro: -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil seiscentos e dezoito euros, à empresa AMOP, referente à aquisição e colocação de oito floreiras na zona em frente à Igreja Matriz de Oeiras, no âmbito da revitalização do Núcleo Histórico de Oeiras. Informação número duzentos e catorze, de dois mil e quatro, DPE-CH.-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de setecentos e catorze euros, à empresa Mateus Vicente e Seabra Nascimento, Limitada, referente ao fornecimento e colocação de quatro cubos em pedra calcária para limitação de estacionamento na Rua Cândido dos Reis, em Oeiras. Informação número duzentos e dezoito, de dois mil e quatro, DPE-CH. -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de nove mil quatrocentos e vinte e oito euros e trinta cêntimos, à empresa Estrelas de Papel, referente à impressão de cinco mil exemplares do Roteiro Gastronómico de Oeiras e do mapa inserido na mesma publicação. Informação número quatrocentos e setenta e três, de dois mil e quatro, ST. -----

----- Despacho de sete de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de cinco mil e noventa e oito euros, à empresa Sítios - Serviços de Informação e Turismo, referente à renovação do contrato estabelecido por um período de um ano (um de Agosto de dois mil e quatro a trinta e um de Julho de dois mil e cinco) para divulgação e projecção do concelho de Oeiras. Informação número quatrocentos e noventa e sete, de dois mil e quatro, ST.”-----

----- “Relação dos despachos proferidos pela Senhora Vereadora Ana Isabel Beça no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro: -----

----- Despacho de vinte e nove de Setembro de dois mil e quatro: -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de cinquenta e um euros e noventa e um



cêntimos, à loja Ballet, referente à aquisição do equipamento de dança necessário para que o menino Marcelino Ribeiro Sambé possa frequentar a Escola de Dança do Conservatório Nacional. Informação número setenta e nove, de dois mil e quatro, DAS (aditamento à informação número setenta, de dois mil e quatro, DAS). -----

-----Despacho de oito de Outubro de dois mil e quatro: -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de dois mil oitocentos e cinquenta euros, referente à realização dos Ateliês de Artes Plásticas “Do Traço às Emoções...”, repartido da seguinte forma:-----

----- mil quatrocentos e vinte e cinco euros à psicóloga clínica, Doutora Helena Almeida; --

----- mil quatrocentos e vinte e cinco euros, à artista plástica, Maria Socas. -----

-----Informação número duzentos e quarenta e cinco, de dois mil e quatro, Acção Social.-

-----Despacho de doze de Outubro de dois mil e quatro: -----

-----Autorizado o pagamento no valor total de cinco mil quatrocentos e dois euros e oitenta e um cêntimos, referente à execução dos materiais para a divulgação da Campanha de Prevenção do Consumo Excessivo de Álcool, valor que será reembolsado por donativo do parceiro Grupo Sumol no âmbito do protocolo celebrado em vinte e nove de Setembro de dois mil e quatro, e a repartir da seguinte forma: -----

----- seiscentos e sessenta e oito euros e setenta e oito cêntimos, à empresa Marca Criativa, para os marcadores; -----

----- mil duzentos e cinquenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos, à empresa Marca Criativa, para os horários escolares;-----

----- mil seiscentos e trinta e nove euros e vinte e três cêntimos, à empresa Marca Criativa, para os cartazes; -----

----- mil trezentos e setenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos, à empresa

Affiche Européenne, para os cartazes para muppies;-----
----- - cento e vinte e quatro euros e noventa e cinco cêntimos, à empresa Lha -
Comunicação, Design e Publicidade, para a tela impressa vulcanizada com ilhós; -----
----- - trezentos e quarenta e dois euros e noventa e dois cêntimos, à empresa Neschen
Portugal, para o chrono expo.-----
----- Informação número duzentos e sessenta e três, de dois mil e quatro, Acção Social.” -
----- “Despachos proferidos pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, ao abrigo da sub-
delegação de competências:-----
----- Data: Trinta de Setembro de dois mil e quatro -----
----- Assunto / Valor / Observações: requisição interna -----
----- Serviço de filmagens com três câmaras de filmar - Corrida do Tejo / seiscentos
euros.-----
----- Convites, papel couche - Corrida do Tejo / duzentos e catorze euros e vinte cêntimos.
----- Taças - Corrida do Tejo / mil seiscentos e trinta e três euros e oitenta e nove
cêntimos. - -----
----- Aluguer de painéis amovíveis, transporte do material - Corrida do Tejo / dois mil
setecentos e sessenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos.-----
----- Data: Sete de Outubro de dois mil e quatro-----
----- Serviço de seis carregadores - Corrida do Tejo / quinhentos e vinte e oito euros.-----
----- Relógios - Torneio de xadrez / duzentos e oito euros e vinte e cinco cêntimos. -----
----- Placas de PVC alveolar com vinil recortado - Corrida do Tejo / oitocentos e nove
euros e vinte cêntimos. -----
----- Tela com impressão a cores, bainhas e ilhóses - Corrida do Tejo / trezentos e
cinquenta e sete euros.”-----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----



-----Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de quinze milhões seiscentos e oitenta e sete mil trezentos e vinte e oito euros e setenta e sete cêntimos, tendo a Senhora Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real de oito milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos. -----

4 - PAGAMENTOS:-----

-----Pagamentos autorizados anteriormente: -----

-----A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam autorizações no valor global de cinco milhões cento e dez mil novecentos e vinte e três euros e sessenta e um cêntimos. -----

5 -ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número trezentos e cinquenta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre: “Alienação em Hasta Pública de Imóveis Situados no Fórum Oeiras”: -----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil trezentos e vinte e três barra zero quatro, a que se refere a deliberação número setenta e cinco da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois do mês em curso e deliberou por maioria com vinte e quatro votos a favor sendo dezassete do Partido Social Democrata, seis do Partido Socialista e um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a venda em hasta pública de oito lotes de terreno situados no Fórum Oeiras, urbanização a que corresponde o alvará de loteamento número dez, de dois mil e se situa a poente do Parque dos Poetas e a Sul da rotunda de Cacilhas (Fonte Luminosa).-----

----- - Lote número onze, com a área de quatrocentos e vinte e nove metros quadrados, confrontando a Norte com lote dez a Sul com lote doze, a Nascente com arruamento (acesso três) e lote dez e a Poente com domínio público, arruamento (Rua Dois) e lote doze, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha três mil novecentos e trinta e seis - Oeiras com o valor base de licitação de quinhentos e dezanove mil trezentos e setenta e três euros e trinta cêntimos;-----

----- - Lote número doze, com a área de seiscentos e vinte e três vírgula sessenta metros quadrados, confrontando a Norte com lote onze, a Sul arruamento, a Nascente com arruamento (acesso três) e lote onze e a Poente com domínio Público, arruamento (Rotunda Dois), descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha três mil novecentos e trinta e sete - Oeiras, com o valor base de licitação de um milhão três mil cento e vinte euros e nove cêntimos; - -----

----- - Lote número dezasseis, com área de quinhentos e setenta vírgula trinta metros quadrados, confrontando a Norte com lote quinze, a Sul com lote dezassete, a Nascente com arruamento (Rua três) e lote dezassete e a Poente com domínio público e lote quinze, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha três mil novecentos e quarenta e um - Oeiras, com o valor base de licitação de setecentos e quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos; -----

----- - Lote número dezassete, com a área de quinhentos e setenta vírgula trinta metros quadrados, confrontando a Norte com arruamento (Rua Três) e lote dezasseis, a Sul com domínio público e lote dezoito, a Nascente com lote dezoito e a Poente com domínio público e lote dezasseis, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha três mil novecentos e quarenta e dois - Oeiras, com o valor base de licitação de setecentos e quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos;-----

----- - Lote número dezoito, com área de quatrocentos e setenta e seis vírgula cinquenta



metros quadrados, confrontando a Norte com arruamento (Rua Três) e lote dezassete, a Sul com domínio público, a Nascente com lote dezanove e a Poente com lote dezassete, descrito na Primeira Conservatória do Registo predial de Oeiras sob a ficha três mil novecentos e quarenta e três - Oeiras, com o valor base de licitação de seiscentos e quarenta e quatro mil duzentos e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos;-----

----- Lote número dezanove, com a área de quatrocentos e setenta e seis vírgula cinquenta metros quadrados, confrontando a Norte com arruamento (Rua Três) e lote vinte, a Sul com domínio público, a Nascente com lote vinte e a Poente com lote dezoito, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha três mil novecentos e quarenta e quatro - Oeiras, com o valor base de licitação de seiscentos e quarenta e quatro mil duzentos e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos; -----

----- Lote número vinte, com a área de quatrocentos e setenta e seis vírgula cinquenta metros quadrados, confrontando a Norte com arruamento (Rua Três) e lote vinte e um, a Sul com domínio público e lote dezanove, a Nascente com lote vinte e um e a Poente com lote dezanove, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial sob a ficha três mil novecentos e quarenta e cinco - Oeiras, com o valor base de licitação de seiscentos e quarenta e quatro mil duzentos e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos; -----

----- Lote número vinte e um, com a área de seiscentos e vinte e dois vírgula cinquenta metros quadrados, confrontando a Norte com arruamento (Rua Três), a Sul com domínio público e lote vinte, a Nascente com domínio público e a Poente com lote vinte, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha três mil novecentos e quarenta e seis - Oeiras, com o valor base de licitação de novecentos e vinte e seis mil trezentos e vinte e nove euros e setenta e dois cêntimos;-----

-----O valor base de licitação é de quatrocentos e sete euros e dezasseis cêntimos por metro quadrado de área bruta de construção (Comércio/Serviços/Habitação), nos termos e

condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- Número trezentos e cinquenta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre: “Lançamento de Derrama relativa ao ano de dois mil e quatro a ser cobrada em dois mil e cinco”: ----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil duzentos e cinquenta e seis barra zero quatro, a que se refere a deliberação número cento e trinta e dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em oito do mês em curso e deliberou por unanimidade, com trinta e dois votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata, seis do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda aprovar ao abrigo do artigo décimo oitavo da Lei número quarenta e dois, de noventa e oito, de seis de Agosto, uma Derrama de dez por cento sobre a colecta do IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, relativo ao rendimento gerado na área geográfica do Município de Oeiras no ano de dois mil e quatro a ser cobrada em dois mil e cinco, cujo produto seja exclusivamente aplicado ao financiamento dos investimentos referenciados na presente proposta, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- Número trezentos e cinquenta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre: “Imposto Municipal sobre Imóveis - fixação de taxas”: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil duzentos e cinquenta e sete barra zero quatro, a que se refere a deliberação número cento e trinta e três da reunião da Câmara Municipal, realizada em oito do mês em curso e deliberou por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo vinte e dois do Partido Social Democrata e um do



Centro Democrático Social/ Partido Popular, cinco abstenções do Partido Socialista e cinco votos contra, sendo quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar: ---

-----Um - Ao abrigo dos números um e quatro do artigo centésimo décimo segundo do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de Novembro, as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis a vigorar em dois mil e cinco: -----

-----a) Prédios Rústicos - zero vírgula oito por cento; -----

-----b) Prédios Urbanos - zero vírgula oito por cento; -----

-----c) Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI - zero vírgula cinco por cento.-----

-----Dois - Definir, nos termos do número cinco do artigo centésimo décimo segundo do referido Diploma, que nas áreas identificadas com os Núcleos de Formação Histórica, bem como outros elementos patrimoniais relevantes assinalados como tal no Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, vigorem taxas minoradas em trinta por cento às estabelecidas em um.-----

-----Três - Fixar, ao abrigo do número seis do artigo centésimo décimo segundo do já anteriormente citado Decreto-Lei, uma redução de vinte por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar em dois mil e cinco, e aplicável a todo o território municipal aos prédios urbanos arrendados, que será cumulativa com as situações definidas no número anterior, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

-----Número trezentos e sessenta, remetendo cópia da deliberação sobre: “Aquisição pelo Município, por via do direito privado, de um terreno e respectivos edifícios sito na Rua Francisco Duarte Pedroso, Estrada das Romeiras e Avenida da República, em Algés”:-----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e cinco barra zero quatro, a que se refere a deliberação número vinte e sete da reunião da

Câmara Municipal, realizada em vinte e oito de Julho findo e deliberou por unanimidade, com trinta e dois votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a aquisição, por via do Direito Privado, de um terreno, com a área aproximada de trezentos e cinquenta metros quadrados e respectivos Edifícios, sito na Rua Francisco Duarte Pedroso, Estrada das Romeiras e Avenida da República, em Algés, o qual se encontra descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras sobre a ficha número onze mil setecentos e setenta a folhas cento e oitenta verso Livro B trinta e um da freguesia de Algés e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo trezentos e vinte e oito da freguesia de Algés, pela importância de quatrocentos e vinte e três mil novecentos e setenta e oito euros e vinte um cêntimos, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- Número trezentos e sessenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre: “Aquisição por via do direito privado, de um imóvel sito na Rua Francisco Duarte Pedroso, Estrada das Romeiras e Avenida da República, em Algés. Alteração à deliberação da CMO de vinte e oito de Julho de dois mil e quatro titulada pela proposta de deliberação número mil e trinta e cinco, de dois mil e quatro.”: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil trezentos e quatro barra zero quatro, a que se refere a deliberação número cinquenta e seis da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois do mês em curso e deliberou por unanimidade, com trinta e dois votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a rectificação da identificação



registral do imóvel a adquirir. Em lugar da descrição constante na proposta de deliberação mil e trinta e cinco, de dois mil e quatro, deverá considerar-se a descrição predial existente na Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha trezentos e vinte/vinte milhões trinta mil novecentos e três da Freguesia de Algés, com a descrição em livro número dez mil setecentos e setenta, Livro número B-trinta e quatro, Secção um. -----

-----A modificação do plano de pagamentos, o qual passa a prever o pagamento integral do preço (quatrocentos e vinte e três mil novecentos e setenta e oito euros e vinte e um cêntimos) numa prestação única, a realizar em dois mil e quatro na data da assinatura da escritura de compra e venda, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

6 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA OEIRAS VIVA, REFERENTE AO 1º. SEMESTRE DE 2004: -----

-----O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara o documento referido em título, que é do seguinte teor: -----

-----“O Conselho de Administração apresenta ao Município de Oeiras um Relatório de Actividade Semestral, reportado a trinta de Junho de dois mil e quatro, propondo a sua aprovação. -----

-----Introdução -----

-----A empresa Municipal Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, Empresa Municipal foi constituída em dezoito de Abril de dois mil e um, de harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Oeiras em suas reuniões realizadas em dez de Janeiro e vinte e oito de Fevereiro de dois mil e um, ao abrigo do disposto na alínea a) do número um do artigo quarto da Lei cinquenta e oito, de

noventa e oito, de dezoito de Agosto. -----

----- O primeiro semestre de dois mil e quatro permitiu continuar a racionalização da utilização dos recursos disponíveis e a melhoria dos serviços prestados aos clientes. -----

----- Organização da empresa -----

----- No primeiro semestre de dois mil e quatro foi mantida a mesma estrutura organizacional, verificando-se uma consolidação da profissionalização quer ao nível das Piscinas, quer ao nível dos Pavilhões. -----

----- A gestão do Campo de Futebol de Outurela, do Ginásio de São Marçal e do Programa CiclOeiras, iniciadas no ano de dois mil e três, decorreu de forma integrada com os serviços já definidos, nomeadamente a Piscina Municipal de Outurela/Portela nos dois primeiros casos e com a Sede no último. -----

----- A gestão dos Auditórios não se iniciou no primeiro semestre, mas sim em um de Julho de dois mil e quatro. -----

----- Continuou a contratação externa da prestação dos serviços de processamento da Contabilidade e Salários, bem como a Assessoria Jurídica. -----

----- Actividade-----

----- Estrutura central-----

----- No primeiro semestre de dois mil e quatro continuou-se a consolidação da estrutura central de apoio à organização da empresa.-----

----- Conseguiu-se cumprimento orçamental. É de referir que a verba de cem mil euros da CMO registada na SEDE é para imputar aos centros de custos a que se destina.-----

----- Piscina Oceânica -----

----- A actividade da Piscina Oceânica iniciou-se em Maio, em compatibilidade com o início da época balnear nas praias circundantes. No entanto, quer em Maio, quer em Junho, a afluência foi muito diminuta, devido às más condições climáticas, pouco convidativas para



banhos. -----

-----Foi decidido ceder a exploração da actividade do bar, pelo valor correspondente ao resultado orçamentado para esta sub actividade. -----

-----O desvio orçamental deve-se à alteração na contabilização dos custos e proveitos do bar, mas também e sobretudo à diminuição de receitas de ingressos. -----

-----A Sala Oceânica, integrada na Piscina Oceânica, foi desmontada em Abril, com encerramento da actividade por parte da Oeiras Viva, tendo a sua exploração sido cedida à entidade seleccionada para a concessão do Restaurante, a qual assegurou a sua instalação neste local.-----

-----De notar que a verba registada da CMO igual a cinquenta e nove mil seiscentos e noventa euros se destina a obras de recuperação, conforme contrato programa.-----

-----Em anexo existe relatório de actividade mais circunstanciado. -----

-----Piscina de Barcarena -----

-----A Piscina Municipal de Barcarena Professor Noronha Feio, atendendo a que tem uma cobertura retráctil, funciona em Julho e Agosto como piscina de lazer, e no resto do ano como local de prática desportiva e piscina de ensino, com actividade nas épocas lectivas. -----

-----À semelhança de anos anteriores, a adesão de utentes ocorreu com franca melhoria, dada a qualidade dos serviços e o trabalho promocional efectuado, havendo que continuar a desenvolver esforços e contactos com entidades potencialmente utentes, para atingir os níveis de ocupação estimados e que o equipamento permite. -----

-----Em anexo existe relatório circunstanciado da actividade da Piscina de Barcarena. ----

-----No cumprimento orçamental houve uma notória diminuição dos custos estimados, mas também não foi possível atingir o nível de receitas esperado no primeiro semestre. -----

-----Piscina de Outurela/Portela-----

-----A Piscina de Outurela/Portela iniciou actividade em Janeiro de dois mil e dois, tendo

sido crescente a adesão de utentes, pese embora ainda longe da capacidade e da qualidade das instalações. -----

----- Em anexo existe relatório circunstanciado da actividade da Piscina de Outurela/Portela. -----

----- No cumprimento orçamental houve uma notória diminuição dos custos estimados, mas quase foi possível atingir o nível de receitas esperado no primeiro semestre. -----

----- Pavilhões -----

----- Sob a gestão da Oeiras Viva, Empresa Municipal encontram-se seis pavilhões desportivos, que se podem diferenciar em duas tipologias bem distintas: dois pavilhões municipais (um) e quatro pavilhões (dois) edificadas pela DREL (Direcção Regional de Educação de Lisboa): -----

----- (um): -----

----- - Pavilhão Municipal Celorico Moreira (Miraflores) / Municipal; -----

----- - Pavilhão Municipal de São Julião da Barra /Municipal. -----

----- (dois): -----

----- - Pavilhão da Escola Sophia de Mello Breyner (Outurela) / Escolar; -----

----- - Pavilhão da Escola Vieira da Silva (Carnaxide) / Escolar; -----

----- - Pavilhão da Escola Aquilino Ribeiro (Talaíde) / Escolar; -----

----- - Pavilhão da Escola de São Bruno (Caxias) / Escolar. -----

----- Em anexo existe relatório circunstanciado da actividade dos Pavilhões. -----

----- No cumprimento orçamental houve uma clara diminuição dos custos. -----

----- No que se refere às receitas, há também uma diminuição motivada pela impossibilidade de facturar à Escola de São Bruno a actividade escolar, dado que o Protocolo ainda não foi assinado entre a CMO e a DREL, pese embora a exploração do Pavilhão estar a cargo da Oeiras Viva no horário pós escolar. Espera-se que esta situação seja resolvida ainda em



dois mil e quatro. -----

-----CiclOeiras -----

-----O projecto CiclOeiras foi lançado no final de Setembro de dois mil e três, com enorme êxito com um único Posto de atendimento na Piscina Oceânica, equipado com cinquenta bicicletas. - -----

-----O cumprimento orçamental foi em diminuição de custos, dado que até Abril a operacionalização foi assegurada pela equipa administrativa da Sede, com esforço e espírito de polivalência. A partir de Abril foi contratada uma pessoa para assegurar o funcionamento do programa e controlo estatístico das utilizações, sendo após Maio reforçada pela equipa da Piscina Oceânica. -----

-----Em anexo existe relatório circunstanciado da actividade da CiclOeiras.-----

-----Ginásio de São Marçal-----

-----O Ginásio de São Marçal foi inaugurado em dezanove de Setembro de dois mil e três, tendo uma actividade desportiva muito correlacionada com o bairro onde está inserido.-----

-----É responsabilidade da Oeiras Viva, Empresa Municipal a operacionalização do serviço, com suporte dos custos de funcionamento, sendo muito difícil a rentabilização económica do espaço, que passará certamente pelo apoio à comunidade local, já de si com problemas financeiros. -----

-----A utilização conforme esperado tem sido muito condicionada, estando em curso actividades de carácter gratuito para os praticantes, nomeadamente para a população local com o apoio do PROQUAL. -----

-----Houve também uma diminuição dos custos, e receitas menores que o esperado, dado que os utilizadores são praticamente todos gratuitos.-----

-----Campo de Futebol de Outurela -----

-----É responsabilidade da Oeiras Viva, Empresa Municipal a operacionalização do

serviço, com suporte dos custos de funcionamento, sendo muito difícil a rentabilização económica do espaço, que passará certamente pelo apoio às colectividades locais, já de si com problemas financeiros. -----

----- Tem sido feito um esforço um tanto inglório na recuperação do campo, que dadas as suas características é muito facilmente vandalizado. -----

----- Houve também uma diminuição dos custos, e receitas praticamente nulas, dado que os utilizadores são gratuitos. -----

----- Restaurante da Piscina Oceânica -----

----- A Câmara Municipal transferiu para a Oeiras Viva, Empresa Municipal a gestão do restaurante da Piscina Oceânica de Oeiras. -----

----- Em consequência, foi lançado um “Concurso para a exploração do espaço destinado à actividade de restauração integrado no Complexo Turístico da Piscina Oceânica, na Praia da Torre, em Oeiras”, tendo-se apresentado um único candidato - “Energia Líquida” com quem estão em fase finais as negociações contratuais. -----

----- Contas -----

----- Apresentação -----

----- A responsabilidade pela preparação da informação financeira e pela sua apresentação é da administração, tendo em consideração que as contas devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das operações da empresa, conforme estabelecido na Quarta Directiva do Conselho das Comunidades Europeias, e no Plano Oficial de Contabilidade aprovado pelo Decreto-Lei quatrocentos e dez, de oitenta e nove, de vinte e um de Novembro. -----

----- As demonstrações financeiras ora apresentadas foram elaboradas tendo em atenção critérios de qualidade e de utilidade, determinados pela relevância, fiabilidade e comparatibilidade. -----



-----Com o objectivo de obter uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações da empresa, foram aplicados os seguintes princípios contabilísticos fundamentais: -----

-----da continuidade -----

-----da especialização -----

-----do custo histórico -----

-----da prudência -----

-----da substância sob a forma -----

-----da materialidade -----

-----Atendendo à não obrigatoriedade de encerramento formal das contas no semestre, os elementos apresentados são previsionais, pois não foram mensualizadas as amortizações/provisões e outros custos de imputação mensal. -----

-----Também de referir que no “mapa de resultados por centro de custos” há verbas recebidas da CMO, cujo registado nos centros tem de ser confirmado com o Contrato-Programa, pois poderá haver alguma imprecisão na contabilização parcial. -----

-----Balanço -----

-----Nada de importante a referir nas contas do activo. -----

-----Capital próprio e passivo -----

-----Capital próprio -----

-----O Capital Social no montante de setenta e quatro mil oitocentos e dezanove euros e sessenta e oito cêntimos encontra-se totalmente realizado. -----

-----Conforme já foi referido, o Capital Próprio apresenta-se negativo e em incumprimento da legislação em vigor, pelo que se reitera a premência da accionista única efectuar um reforço de capital obrigatoriamente no ano de dois mil e cinco. -----

-----Passivo -----

----- De maior relevância o aumento nos empréstimos obtidos devido a déficit de Tesouraria corrente, que estava estimado ser coberto com verbas do contrato-programa, o que à data não foi possível realizar.-----

----- Demonstração de resultados -----

----- A Demonstração de Resultados indica um total de proveitos de setecentos e dezasseis mil trezentos e sessenta e seis euros e dezoito cêntimos, para um total de custos de setecentos e quarenta e sete mil setecentos e noventa e dois euros e vinte e sete cêntimos (antes de amortizações), sendo o resultado negativo em trinta e um mil quatrocentos e vinte e seis euros e nove cêntimos.-----

----- As compras de matérias primas (CMVM) ainda não foram imputadas, estando registadas em existências com o montante de seiscentos e trinta e sete euros e setenta e quatro cêntimos. - -----

----- As prestações de serviços incluem os ingressos e mensalidades da actividade das piscinas e a cedência dos pavilhões para a prática de actividades desportivas.”-----

----- “Parecer do Fiscal Único sobre a informação Financeira Semestral: -----

----- Introdução-----

----- Um - Para efeitos do artigo décimo quarto alínea e) da Lei número cinquenta e oito, de noventa e oito, de dezoito de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do período de seis meses findo em Junho de dois mil e quatro, da Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, Empresa Municipal, incluída no Balanço (que evidência um total de activo líquido de um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e oitenta e sete euros e um total de capital próprio negativo de seiscentos e setenta e nove mil trezentos e dez euros, incluindo um resultado líquido negativo de trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove euros e na demonstração dos resultados por natureza. -----

----- Dois - As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação



financeira anexa, são as que constam dos registos contabilísticos da empresa. -----

-----Responsabilidades -----

-----Três - É da responsabilidade da administração: -----

-----a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites; -----

-----b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;-----

-----c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;-----

-----d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados da entidade; e-----

-----Quatro - A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho. -----

-----Âmbito -----

-----Cinco - O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo oito o nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:-

-----a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: -----

----- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; -----

----- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;-----

----- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;-----

----- a apresentação da informação financeira; e -----

-----b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado. -----

----- Seis - O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação: -----

----- a) das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.-----

----- Sete - Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.-----

----- Reservas -----

----- Oito - Não tem sido prática da empresa proceder ao encerramento contabilístico formal com referência ao semestre, pelo que relativamente a trinta de Junho de dois mil e quatro não foi preparado um conjunto completo de informação financeira, como disposto na DRA oitocentos e setenta e dois - Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais, nomeadamente Relatório de Gestão, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivo anexo, bem como anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados. -----

----- Nove - Em consequência de não terem sido executados todos os procedimentos destinados ao encerramento contabilístico formal com referência a trinta de Junho de dois mil e quatro, o resultado líquido negativo apresenta-se subavaliado em cerca de duzentos e noventa e um mil euros, o Activo apresenta-se sobreavaliado em cerca de cento e três mil euros e o Passivo apresenta-se subavaliado em cerca de cento e oitenta e oito mil euros.-----

----- Parecer -----

----- Dez - Em nossa opinião excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo oito e excepto quanto aos efeitos das situações descritas no parágrafo nove, com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em trinta de Junho de dois mil e quatro não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.



-----Ênfase-----

-----Onze - Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o facto de a empresa apresentar Capitais Próprios negativos pelo que a continuidade das operações depende, integralmente, do apoio continuado da sócia Câmara Municipal de Oeiras e dos credores.”-----

7 - EXPOSIÇÃO SOBRE A D.A.S. - DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS:-----

-----A **Senhora Presidente** iniciou a sua intervenção referindo que o tema escolhido, hoje, para debate é a “Acção Social”, razão pela qual estão presentes o Doutor José Manuel Pereira - Director do Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais, a Doutora Isabel Martins - Chefe da Divisão de Assuntos Sociais, as Técnicas - Doutora Ivone Afonso, Doutora Vijai Camotim e Doutora Júlia Cardoso que irão fazer uma apresentação à Câmara sobre este tema. ---

-----De seguida, deu a palavra ao **Doutor José Manuel Pereira** que começou por referir que lhe cabe a apresentação de uma unidade orgânica integrada no Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais, que é, concretamente, a Divisão de Assuntos Sociais e, mais concretamente ainda, o Sector de Acção Social, apresentação essa que tem a ver com a estrutura funcional; atribuições e recursos humanos do pelouro da Acção Social; estrutura orgânica; as principais preocupações que motivam e desenvolvem o trabalho daquele pelouro; os objectivos, de acordo com essas preocupações; a metodologia de intervenção e a filosofia de actuação. -----

-----Esta apresentação irá ser feita de acordo com três linhas de força: os Vectores de Intervenção e, dentro destes, aquilo que denominam por Programas com Impacto Estratégico, ou seja, a Rede Social e o Programa Oeiras Solidária. Debruçar-se-ão, ainda, sobre os Programas de Intervenção Territorial que são: o Centro Comunitário do Alto da Loba e o PROQUAL - Núcleo de Intervenção Social.-----

-----Por último, irão, de algum modo, transmitir aquilo que são as suas preocupações em termos prospectivos do próprio serviço.-----

----- Ainda a propósito da Divisão de Assuntos Sociais, recordou que a sua estrutura funcional não corresponde, exactamente, à sua estrutura orgânica, o que significa que, em termos de estrutura orgânica, a Divisão de Assuntos Sociais não tem competências formais na área das toxicodependências e do apoio à juventude, mas, em termos funcionais, e, na prática, isso passa por aquela Divisão e é anterior à sua direcção do departamento. -----

----- Assim, e mais concretamente, a estrutura funcional da Divisão de Assuntos Sociais consiste no Sector da Acção Social; no Sector da Saúde - que integra o Gabinete de Prevenção das Toxicodependências; no Sector do Emprego/Formação Profissional e no Gabinete de Apoio à Juventude. -----

----- Quanto às atribuições da Divisão de Assuntos Sociais, no âmbito de Acção Social e segundo a Lei Orgânica, são as seguintes: -----

----- “- Executar medidas de política social, designadamente as de apoio à infância e aos idosos, que forem aprovadas pela Câmara no domínio das atribuições do Município; -----

----- - Programar a construção de equipamentos de saúde e de acção social de forma a responder às necessidades da comunidade concelhia; -----

----- - Promover ou acompanhar as actividades que visem categorias específicas de munícipes carenciados de apoio ou assistência social; -----

----- - Apoiar as instituições privadas de solidariedade social concelhias.” -----

----- Apresentou, de seguida, em Power Point, fotografias com a equipa da Divisão de Assuntos Sociais, especificamente da área da Acção Social, que é composta por pessoas com formações diversificadas, tais como: Política Social, Serviço Social, Sociologia, Psicologia, Animadores Desportivos e Sócio Culturais e Animadores do Espaço Internet e, ainda, por outros profissionais, como seja: Pessoal de Apoio Administrativo, Motoristas e Auxiliar de Carrinha. --

----- Usou, de seguida, da palavra a **Doutora Isabel Martins**, que realçou alguns marcos importantes no campo da Intervenção Social, a saber: -----



-----“Em mil novecentos e setenta e quatro - Resposta a problemas de Habitação e de criação de Equipamentos Sociais para a Infância.-----

-----Em mil novecentos e oitenta e um - Criação de Estabelecimentos e Equipamentos Sociais, alguns sob gestão de Associações de Moradores e outros de Juntas de Freguesia. -----

-----Em mil novecentos e oitenta e sete - Criação da Divisão de Educação, Saúde e Acção Social (DESAS), inserida no Departamento de Assuntos Sociais e Culturais, com objectivos gerais de intervenção social. -----

-----Em mil novecentos e noventa e cinco - Instalação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras. -----

-----Em mil novecentos e noventa e seis - Criação da Divisão de Assuntos Sociais com os sectores da Acção Social e da Saúde, constituindo a Educação uma nova Divisão. -----

-----Em mil novecentos e noventa e sete - Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido: representante da Autarquia no Núcleo Executivo. -----

-----Em mil novecentos e noventa e sete - Município fundador da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis. -----

-----Em mil novecentos e noventa e oito/ noventa e nove - Programa INTEGRAR (Bairro Alto da Loba).-----

-----Em mil novecentos e noventa e nove - Início de funcionamento do CCAL - Centro Comunitário do Alto da Loba (primeiro equipamento social sob gestão da Divisão). -----

-----Em dois mil e dois - PROQUAL.-----

-----Em dois mil e dois - Programa de Apoio à Implementação da Rede Social.” -----

-----As principais preocupações da Divisão de Assuntos Sociais são as seguintes: -----

-----“- O fraco nível de rendimentos de muitas famílias e pessoas, associado ao desemprego, à pouca qualificação académica e profissional, à doença ou à deficiência; -----

----- Alterações na estrutura e funcionamento da família, com consequências ao nível da

função protectora; -----

----- - A crescente dimensão que assumem as problemáticas ligadas às drogas, ao álcool, à SIDA, às crianças e jovens em risco, a delinquência juvenil; -----

----- - Dificuldades ao nível da conciliação entre a vida familiar e vida profissional; -----

----- - Falta de respostas sociais em algumas áreas.” -----

----- Os Objectivos Gerais consistem em: -----

----- “- Criar condições que promovam a qualidade de vida e a participação social; -----

----- - Intervir nos factores de risco e de vulnerabilidade; -----

----- - Facilitar a aquisição de competências pessoais e sociais; -----

----- - Promover a educação para a saúde e cidadania; -----

----- - Promover o desenvolvimento local.” -----

----- Em relação à Metodologia de Intervenção e aquilo que, de certa maneira, distingue a Divisão de Assuntos Sociais de outros serviços é procurar fazer: -----

----- “- O Diagnóstico de necessidades (reuniões de trabalho, visitas, análise de Planos e Relatórios) - atendimento de munícipes. -----

----- - Definição de Prioridades de Intervenção. -----

----- - A Planificação da intervenção: -----

----- Estabelecimento de Parcerias Públicas e Privadas, -----

----- Articulação com outras unidades orgânicas da CMO. -----

----- - O Desenvolvimento das Acções (carácter anual ou plurianual). -----

----- - A Avaliação da Intervenção.” -----

----- No que concerne à Filosofia de Actuação a Divisão de Assuntos Sociais procura ter uma relação de proximidade, de cooperação e de integração, sendo que, na proximidade tentam identificar as necessidades das populações e os efeitos das políticas implementadas; criar condições para o exercício da solidariedade, da intervenção e da participação individual e



colectiva. Na área da cooperação procuram a integração progressiva das várias parcerias num projecto global e conjunto, numa lógica de concentração de recursos e de competências canalizadas para a realização de objectivos comuns e de novas respostas locais.-----

-----Uma outra área que desenvolvem é a promoção de equipamentos sociais e estudo de necessidades, que tem contribuído para a criação de toda a rede de equipamentos do Concelho, na área da Infância e Idosos, planeando os equipamentos de acordo com as necessidades, definindo os programas funcionais e acompanhando os projectos de arquitectura, nas seguintes valências: Infância e Juventude: creches, ATL's e jardins de infância. Nos Idosos: centros de dia; centros de convívio; apoio domiciliário; lares e, ainda, academias seniores; centros de apoio aos sem-abrigo e centros de acolhimento temporário.-----

-----Em relação aos protocolos, foram estabelecidos, até ao momento, quarenta e três, no âmbito da cedência de instalações em regime de comodato e onze no âmbito da colaboração com outras entidades. -----

-----Uma das áreas fundamentais é o apoio às IPSS's, através da atribuição de subsídios onde se constata que, anualmente, para manutenção de actividades os valores foram: em dois mil e dois, de sessenta e sete mil setecentos e vinte e nove euros e trinta e dois cêntimos; em dois mil e três, de setenta e três mil setenta e sete euros e em dois mil e quatro, de oitenta e um mil euros. Para equipamentos e obras os valores foram: em dois mil e dois, de noventa e três mil seiscentos e cinquenta e nove euros e treze cêntimos; em dois mil e três, de quarenta e sete mil setecentos e vinte e cinco euros e sessenta cêntimos e em dois mil e quatro, de trezentos e vinte e cinco mil euros. Nos projectos específicos e melhoria das condições de segurança foram atribuídos em dois mil e quatro, cento e trinta e seis mil e quatrocentos euros, o que demonstra o esforço que a Autarquia tem desenvolvido nesta área. -----

-----É, também, de realçar o apoio técnico que tem sido concedido às IPSS's, através de um plano de formação concertado e que, anualmente, se tem vindo a desenvolver, e que consiste

nos seguintes cursos:-----

----- “Em dois mil: Gestão Estratégica e Comunicação para as Organizações da Sociedade Civil. -----

----- Em dois mil e dois: O Desafio da Eficácia Organizacional. -----

----- Em dois mil e três: O Trabalho em Rede e Estímulos à Economia Social. -----

----- Em dois mil e quatro: Workshops Temáticos inseridos na Rede Social. -----

----- Proposta para dois mil e cinco: Gestão e Legislação Laboral.” -----

----- No quadro apresentado, em Power Point, pode visualizar-se o investimento, crescente, que se tem verificado na área social, de dois mil e dois a dois mil e quatro, em que, em dois mil e dois, foi de dois milhões quinhentos e treze mil cento e quatro euros; em dois mil e três foi de três milhões cento e doze mil trezentos e quarenta e um euros e em dois mil e quatro foi de três milhões oitocentos e setenta e um mil quinhentos e sessenta e dois euros. -----

----- Quanto à promoção directa de projectos e acções, a sua grande maioria dirige-se à população idosa, direccionando-os à promoção da sua qualidade de vida e do seu bem-estar.

Assim, existe o Programa: -----

----- “- “Actividade Física Cinquenta Mais”; -----

----- - A Revista Real Idade;-----

----- - Actividades de Cultura e de Lazer - Festival Sénior, Bailes da Primavera, Ciclos de Cinema, Teatro Sénior, Mostras/Exposições de Artistas Seniores, Festival de Fado Intergeracional, Encontros de Outubro; -----

----- - O Programa “Reencontro com o Concelho/À Descoberta de outros Concelhos” - visitas e passeios a locais de interesse histórico, cultural e paisagístico. -----

----- - Acções de Informação/Sensibilização: -----

----- - Curso de Preparação para a Reforma - colaboração com o DGRH; -----

----- - Projecto “Para uma Cultura de Segurança Rodoviária”. -----



----- Projectos de Sensibilização Ambiental:-----

----- Acções de Sensibilização Ambiental - colaboração com o SMAS; -----

----- Acções de Sensibilização sob recolha e valorização de resíduos - colaboração com o DAE; --- -----

----- Seniores em Movimento - colaboração com o DAE, em projecto.” -----

----- Em relação à Infância existem: -----

----- Animações Infantis; -----

----- Acampamentos; -----

----- Ateliês Lúdico-Pedagógicos; -----

----- Ludoteca do Jardim Municipal de Oeiras; -----

----- Colónias de férias.” -----

----- No que diz respeito à Família e Comunidade, há a experiência do Centro Comunitário do Alto da Loba, que mais à frente irá ser referenciado; as sessões de formação e informação que incidem em temas como a saúde, o desenvolvimento infantil, o ambiente, qualidade de vida e ainda um programa, a que têm dado muito enfoque, que se denomina “A Contar com a Família” e tem a ver com palestras sobre temáticas que interessam à família. Existem ainda os Projectos de Intervenção Comunitária, com a experiência do “INTEGRAR” que originou a criação do Centro Comunitário do Alto da Loba e o “PROQUAL” que também irá ser apresentado mais em detalhe pela Doutora Júlia Cardoso.-----

----- Existem também imensos “Projectos em Parceria”, como é o caso dos “Projectos de Luta Contra a Pobreza” que têm estado a ser desenvolvidos na Quinta da Politeira, através do Centro Social e Paroquial de Barcarena; o “Projecto Família Global” no Pateo dos Cavaleiros e “Os Francisquinhos” no Alto dos Barronhos. O Programa “Conciliar é Preciso” é um programa de âmbito concelhio financiado pelo EQUAL e que tem a ver com a escolha deste Município para testar medidas na área da conciliação profissional e familiar. O programa “F@do” resultou

também de um financiamento do EQUAL e tem a ver com o aumento da empregabilidade através do ensino à distância. O “Núcleo Local de Inserção” resulta da continuação do funcionamento com a Segurança Social do Rendimento Social de Inserção. Em relação às “Jornadas, Conferências e Seminários”, pode-se realçar o Encontro Distrital das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, sendo de destacar que houve apenas três encontros a nível nacional e Oeiras foi o Município escolhido para lançamento desses eventos; o “EGREPA” que é um grupo europeu na área do investimento da população idosa e que, este ano, também teve um encontro de três dias no Concelho de Oeiras e, por fim, as “Sessões temáticas no âmbito do rendimento social de inserção”. -----

----- Relativamente ao “Trabalho em Rede e Parcerias” as entidades com que, mais frequentemente, se relacionam são as seguintes:-----

----- “- Instituto de Segurança Social - Serviço Local de Oeiras;-----

----- - CPCJ de Oeiras; -----

----- - Os Centros de Saúde de Oeiras e de Carnaxide; -----

----- - As Escolas (vários níveis de ensino);-----

----- - A Rede Social;-----

----- - As Empresas.” -----

----- Por último, referiu que as intervenções seguintes vão subordinar-se, num primeiro momento, aos “Programas com Impacto Estratégico”, tema que vai ser apresentado pela Doutora Ivone Afonso que irá falar sobre a “Rede Social” e “Oeiras Solidária”; que são, de facto, dois programas que irão influenciar, quase, todas as áreas de intervenção da Divisão de Assuntos Sociais. De seguida, irão ser apresentados os “Programas de Intervenção Territorial” que são sobre o Centro Comunitário do Alto da Loba e o Núcleo de Intervenção Social do PROQUAL, pelas Doutoradas Vijai Camotim e Júlia Cardoso, respectivamente.-----

----- Usou, de seguida, da palavra a Doutora Ivone Afonso que disse ir apresentar,



genericamente, os Programas “Rede Social” e “Oeiras Solidária”. Começando pela Rede Social referiu que os objectivos deste programa são: -----

-----“- Desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais; -----

----- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local; e -----

----- Garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais no concelho e freguesias.” -----

----- Acrescentou que a candidatura ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social de Oeiras teve lugar em Abril de dois mil e dois e que, actualmente, o Conselho Local de Acção Social é composto por sessenta e duas entidades. -----

----- Entre Novembro de dois mil e três e Março de dois mil e quatro, foram constituídas as dez comissões de freguesia. A Rede Social obedece a determinadas etapas, sendo que uma era a elaboração de um pré-diagnóstico social do Concelho, que foi aprovado em Junho deste ano. A Rede Social participou nas Festas do Concelho. Actualmente já foram entregues cinco diagnósticos sociais de freguesia, o que é bom no conjunto, das dez que foram elaboradas. De Abril até Setembro deste ano, realizaram-se oito Workshops temáticos que estão a ajudar, quer a Câmara, quer a equipa que está a dar assessoria, com vista a definir os eixos prioritários de intervenção que irão desembocar no “Plano de Desenvolvimento Social” a ser feito em três anos com as linhas orientadoras de intervenção a que a Rede Social de Oeiras se propõe. -----

----- Relativamente ao projecto “Oeiras Solidária” os seus objectivos são: -----

-----“- Definir bases de cooperação entre o Município de Oeiras e as Empresas com sede social ou actividade económica regular no Concelho; -----

----- Contribuir para o desenvolvimento sócio-económico sustentado na área de influência comum às entidades com prioridade para: -----

----- Voluntariado empresarial;-----

----- Emprego apoiado (postos de trabalho, estágios e formação em contexto de trabalho);

----- Bolsas de estudo;-----

----- Prémios de mérito; -----

----- Reinserção social;-----

----- Animação sócio-recreativa;-----

----- Formação; -----

----- Desenvolvimento comunitário.”-----

----- Os marcos mais importantes definidos neste programa foram os seguintes: -----

----- “Janeiro/Junho de dois mil e três - Sensibilização das empresas para as práticas de responsabilidade social no âmbito local. -----

----- Julho de dois mil e três - Convite a vinte e cinco empresas para integrarem o núcleo fundador do programa “Oeiras Solidária”.-----

----- Setembro de dois mil e três - Apresentação pública com a participação de nove empresas: Ericsson, Bristol-Myers Squibb, Nestlé, José de Mello, HP, Microsoft, Singer e Sumol. --- -----

----- Outubro de dois mil e três - Apoio à Escola-Oficina de Instrumentos Musicais, através do patrocínio do Montepio Geral ao Primeiro Festival Intergeracional de Fado de Oeiras.

----- Novembro de dois mil e três - Apoio da Tetra Pak à aquisição de carrinha para a Associação de Surdos da Linha de Cascais. -----

----- Abril de dois mil e quatro - Parceria com a Sumolis para a Campanha de Prevenção do Consumo Excessivo de Álcool. Apoio da Compuquali na apresentação, em flash, da candidatura, bilingue, ao projecto EQUAL.”-----

----- Mais recentemente destacam-se as seguintes actividades:-----

----- “Setembro de dois mil e quatro:-----



----- Vinte e três de Setembro: Lançamento da Campanha de Prevenção do Consumo Excessivo de Álcool em parceria com a Sumolis.-----

----- Vinte e nove de Setembro: Assinatura do Protocolo Oeiras Solidária com Quinze Empresas. - -----

----- Oito de Outubro: Dia do Voluntariado da Cadbury Adams no Complexo Desportivo do Jamor.” -----

-----Interveio, de seguida, a **Doutora Vijai Camotim** que começou por fazer a apresentação do Centro Comunitário do Alto da Loba, dizendo que o mesmo se situa em Paço de Arcos, na fronteira entre a construção municipal e a construção comercial, foi inaugurado em doze de Março de mil novecentos e noventa e nove e os seus objectivos principais são: facilitar a integração e a participação social das famílias e dos indivíduos e, para tanto, as principais actividades são desenvolvidas por uma equipa de oito pessoas: duas psicólogas, uma assistente social, uma administrativa, uma animadora desportiva, uma animadora sócio-cultural e dois animadores do espaço Internet, que dão apoio psicossocial com atribuições nas áreas de atendimento às famílias e aos indivíduos; mediação familiar - que é um serviço que se destina a apoiar os casais que se estão a separar, tentando conseguir um acordo de regulação do poder paternal; apoio às jovens e às mulheres grávidas, através do Espaço Prevenir-Crescer Oeiras que resulta de um protocolo com a Associação de Solidariedade “Ajuda de Mãe”; procura activa de emprego e formação profissional, uma outra área onde se investe muito; organizam cursos de ensino recorrente dos primeiro e segundo ciclos em função das necessidades da população; têm salas de estudo acompanhado, asseguradas por voluntários, muitos deles colegas da Câmara e outros oriundos da população, e promovem também acções de informação na área da saúde sexual e reprodutiva. -----

-----Outras actividades levadas a cabo e de que beneficiam pessoas da zona envolvente, são actividades sócio-culturais, desportivas, recreativas e colónias de férias. Das actividades

desportivas a que mais se destaca é o sucesso da equipa de andebol feminino, que foi uma maneira de pôr as jovens a praticar desporto, sendo já bi-campeãs, mas, ao mesmo tempo, é reconfortante constatar que a prática desportiva contribui para o sucesso escolar, tanto mais que, no ano passado, apenas duas atletas reprovaram. -----

----- Para além deste apoio aos jovens e às crianças, o Centro Comunitário acolhe também iniciativas da comunidade e, nesse contexto, apoia o grupo de batuque «Juntamó»; o grupo de dança «Estrelitas Africanas»; a oficina dos Biscateiros do Alto da Loba, onde se tenta concentrar os jovens e os adultos que frequentaram cursos de formação profissional, desenvolvidos no âmbito do Programa INTEGRAR, das escolas-oficina e de outros programas; o clube de jovens do Alto da Loba e, o mais recente, o grupo de mulheres unidas do Alto da Loba que fazem colchas e roupas aproveitando as coisas que têm em casa com o fim de as tornar mais úteis, tentando o Centro promover esses artigos.-----

----- Existem outros projectos, que não são tão visíveis no Centro, como seja: o Projecto «Djuntu na Skola» ou Juntos na Escola que é desenvolvido nas Escolas Números Três e Quatro e na Escola do Murganhal, que consiste num projecto de Investigação/Ação onde se pretende perceber o que pode facilitar o sucesso educativo das crianças acompanhando-as, bem como às suas famílias; o Projecto Conciliar é Preciso, que é desenvolvido ao abrigo do EQUAL numa parceria, cuja ideia é tentar perceber o que é que pode facilitar a qualidade de vida das famílias e tentar que organizem, melhor, a actividade profissional e a vida familiar; os espaços Internet que foram desenvolvidos ao abrigo do POSI e que funcionam numa sala do Centro Comunitário e no Centro da Juventude e, que, para além do acesso aos computadores, têm outra componente que é a formação, ajudando as pessoas a mexer num computador, sobretudo as mais velhas, que têm muito interesse em aprender a utilizar a Internet. Por último, estão também envolvidos na Comissão Social de Freguesia de Paço de Arcos, porque estão ali sedeados e têm um bom conhecimento da população.-----



-----Usou, de seguida, da palavra a **Doutora Júlia Cardoso** para apresentar a parte de intervenção social do PROQUAL que, como se sabe, é um Programa de Requalificação Urbana e Ambiental que tem, também, uma componente de intervenção social e que se desenvolve no Vale de Algés, com uma área de intervenção que vai desde uma zona de Carnaxide até Algés. A equipa de intervenção social do PROQUAL está sediada na Outurela e a intervenção social que se faz privilegia a zona de Outurela/Portela, embora não se cinja, apenas, ao Bairro da Encosta da Portela pois estende-se, também, a todos os bairros municipais que fazem parte daquela zona, como sejam: São Marçal, Barrinhos e Pateo dos Cavaleiros. No entanto, a acção do Núcleo de Intervenção Social abrange também outros empreendimentos municipais, nomeadamente, a população residente no Bairro Dezoito de Maio. -----

-----Têm um objectivo geral muito vasto e que consiste em melhorar as condições de inclusão social, através de acções e actividades centradas na aquisição e/ou melhoria de determinadas competências, seja no plano pessoal, social ou profissional. Elegeram como estratégias de intervenção o trabalho em parceria e, para além da parceria, uma verdadeira articulação de intervenções que, sobretudo naquela zona é muito necessária, uma vez que existem muitos actores sociais, muitas instituições, muitas entidades, todas elas com os seus objectivos e com muita vontade de trabalhar, mas o que acontece é que nem sempre se conhecem uns aos outros e, portanto, nem sempre conseguem articular as intervenções, de tal forma que, amiudadas vezes, andam todos a fazer ou a dizer que vão fazer a mesma coisa, sem olharem para o vizinho do lado que está, exactamente a pensar fazer o mesmo, razão pela qual a intervenção do trabalho em parceria é uma linha fundamental. Privilegiam também a educação/formação em todos os seus níveis, através de actividades apelativas, como seja, o desporto, a cultura e o lazer, sendo que outra das estratégias é o trabalho com as famílias. -----

-----Como se sabe é uma zona problemática, também, com muitas potencialidades por razões várias, mas têm a convicção que é impossível intervir em todas as áreas problemáticas,

razão pela qual decidiram eleger como grupos prioritários da sua intervenção as crianças e os jovens, na medida em que pretendem trabalhar numa linha de intervenção; no entanto, sabem que, para trabalhar com crianças e jovens, vão ter, necessariamente, que trabalhar também com as famílias, assim como, com a escola, concretamente com o Agrupamento de Escolas da Outurela e Barronhos. Esse trabalho é feito com a equipa, que é pequena, mas acabam por ser muitos porque procuram trabalhar, e trabalham, efectivamente, em conjunto quer com serviços da Câmara, quer com outros, que são muito importantes para o trabalho que desenvolvem, quer também com as associações e projectos locais ou que estão a intervir no local.-----

----- Os Eixos de Intervenção que estão definidos são: a prevenção do insucesso escolar; o apoio à família e à comunidade; a prevenção da delinquência juvenil e o apoio à inserção social e profissional. Embora, através destes eixos não se verifique, directamente, que os privilegiados são as crianças e os jovens, a verdade é que, efectivamente, são eles os privilegiados, o que não significa que, no âmbito da intervenção social e profissional, os adultos sejam descurados. -----

----- No âmbito da prevenção do insucesso escolar há um programa de Métodos de Estudo organizado na Escola Sophia de Mello Breyner, dirigido a todos os alunos do quinto ano de escolaridade com vista a que aprendam a organizar o tempo, aprendam a estudar, se motivem para o estudo, etc. e, a este propósito, pode acrescentar que, no ano passado, a informação da escola, no final do ano lectivo, foi que as taxas de insucesso se reduziram em cerca de quinze por cento, o que significa que, para além de outros factores, concerteza que o Programa de Métodos de Estudo teve muita influência nessa realidade. Existe também uma sala de estudo que funciona com voluntários, sendo que, no ano transacto, houve doze voluntários e dos trinta e quatro jovens inscritos, frequentaram a sala de estudo trinta e três. Há também actividades de tempos livres na Escola EB Um de Outurela e, apesar de não ter funcionado da melhor maneira, o certo é que procuram que as crianças que não estão no A.T.L., em vez de ficarem na rua, tenham a possibilidade de frequentar actividades desportivas, quer ao ar livre, no jardim, quer no ginásio



de São Marçal. -----

-----No âmbito do apoio à família e à comunidade participaram na definição de programas funcionais dos projectos de obra dos equipamentos sociais programados no âmbito do PROQUAL, que, na sua opinião e como técnica, é um trabalho muitíssimo importante. Têm também um projecto com o Centro de Saúde de Carnaxide no âmbito da prevenção da saúde das crianças dos zero aos três anos e suas mães, o que significa que é um trabalho que todos os anos tem que ser actualizado e é feito com o apoio da carrinha itinerante que está adstrita ao Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais. Até agora, de Janeiro de dois mil e três a Junho de dois mil e quatro, foram acompanhadas cento e dezassete famílias, mas este número pode ser alterado em função do número de bebés que nascem. Prestam, ainda, apoio à função parental, tendo-se realizado de Janeiro de dois mil e três a Junho de dois mil e quatro, vinte Encontros de Pais, cujos temas debatidos, nessas sessões, foram: relação familiar; comunicação; mediação de conflitos; alcoolismo e toxicodependência e agressividade. Promovem também a dinamização da vida comunitária que tem, sobretudo, a ver com a educação ambiental, com um grupo de senhoras que fazem trabalhos de artesanato e que depois participam nas exposições e vendas nos mercados, com projectos e acções no âmbito da actividade física e da saúde, além de fazerem parte do Núcleo Dinamizador da Comissão Social da Freguesia de Carnaxide. -----

-----No âmbito da Prevenção da Marginalidade e da Delinquência Juvenis, têm um clube de jovens a funcionar com actividades muito diversas, desde as danças, à Internet, ao teatro, passando também por um espaço de atendimento de apoio, quer à educação e à formação profissional, quer ao nível do apoio para a legalização que, como se sabe, é um problema complicado naquela zona, dado que há muitas situações de ilegalidade em termos de residência. Organizam também colónias de férias, intercâmbios juvenis e, ainda este ano, um grupo de jovens esteve na Normandia. Existe também uma área de educação/formação, à qual dão muita importância e, no ano passado, esteve a funcionar um curso de ensino recorrente do sexto ano e

dois extra-escolares em que houve treze inscritos, dois com mais de vinte anos de idade e os restantes entre os dezasseis e os vinte anos, tendo nove deles terminado o sexto ano de escolaridade, o que é um número significativo. Trabalham também ao nível do desporto e da cultura, em parceria com associações locais, como é o caso, no desporto, das “Veteranas de Angola” que dinamizam o basquetebol e da “Assomada” no andebol e no futebol e, ao nível da cultura, a associação de Moradores Dezoito de Maio e a Sociedade Simpatia e Gratidão.-----

----- No âmbito do apoio à inserção social e profissional têm, neste momento, porque foram aprovadas as candidaturas, a possibilidade de começar, em Janeiro, dois cursos de Educação e Formação de Adultos que darão certificação profissional a empregados de mesa e mecânica automóvel, assim como, a certificação do nono ano de escolaridade, indo ser abrangidas vinte e quatro pessoas com mais de dezoito anos. Na Outurela tiveram, também, a participar na formação, promovida no âmbito do Projecto F@do, sete jovens que tiraram os dois cursos que decorreram e que foram: gestão de armazéns e mecânicos de aparelhos de gás.-----

----- Usou, novamente, da palavra a **Doutora Isabel Martins** para concluir, dando conta de algumas novas propostas de continuidade que são: a criação de um Observatório Local de Responsabilidade Social, que, no fundo, já está previsto a nível de uma das candidaturas e que pretende vir a formalizar alguma colaboração na área das empresas, com o seu envolvimento, crescente, em relação aos projectos sociais; a exploração de soluções inovadoras de apoio social, com recursos à rede de vizinhança, voluntariado e outras estruturas, menos tradicionais, como complemento às respostas sociais existentes; a criação de serviços e medidas de apoio à participação e integração da população migrante o fomento de formas/soluções que visem a conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar, facilitando, no fundo, a vida das famílias ao nível dos transportes e dos equipamentos; a coordenação da acção social concelhia garantindo a Sustentabilidade das Comissões Sociais de Freguesia, o que é uma meta importante e vai implicar imenso trabalho; a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, num



horizonte de três anos, com base em Planos de Acção Anuais. Considerando que haverá mais dificuldades em investir em novos espaços, irá haver uma grande preocupação em reconverter instalações que, provavelmente, já não estão a ser utilizadas da forma mais adequada e integrar a criação destes equipamentos sociais, sempre, de acordo com as necessidades locais, remodelando e reconvertendo as suas utilizações. Pretendem, ainda, criar Centros de Acolhimento Temporário para crianças e jovens em risco, uma vez que é uma área onde se continua a verificar uma grande necessidade, assim como, alargar a Rede de Apoio Domiciliário a Idosos e Dependentes e dar outras respostas no âmbito da Terceira Idade, uma vez que há que considerar o envelhecimento da população deste Concelho. Por fim, outra das metas é a criação de um refeitório social.-----

-----Interveio, de seguida, a **Senhora Presidente** que começou por agradecer a toda a equipa a exposição, muito explícita, que fizeram, sobretudo, os mais novos, que tiveram a sua corporização na área social, há relativamente pouco tempo, e, quando diz pouco tempo não quer dizer um mês ou dois, mas, sim, num horizonte temporal de, no mínimo, seis anos e, portanto, considera que os projectos, aqui, apresentados no que diz respeito à Rede Social, à Oeiras Solidária e aos outros que denominados, mais territoriais, exactamente, porque estão ligados a Centros Comunitários ou a instrumentos financeiros, que têm a sua actuação demarcada em termos de Concelho, são, de facto, acções e projectos que, neste momento, estão a ser levados a cabo no terreno, e em relação aos quais, ainda, é prematuro fazer qualquer avaliação, embora se vá fazendo a avaliação que, vulgarmente, se chama “on going”, utilizando a expressão que se gosta de utilizar quando se fala destas funções que são importantes e, portanto, o que acontece é que já existem dados, ainda que prematuros, que permitem, de alguma forma, sentir que vale a pena continuar e, há pouco, quando se falava, em concreto, ao nível do PROQUAL, foi referido que das acções resultaram, já, no âmbito do insucesso escolar, uma redução de quinze por cento. Ora, uma redução de quinze por cento num horizonte temporal desta natureza é qualquer coisa de muito significativo e a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto, como Professora que é,

tem dados muito mais concretos e é muito mais sensível porque vive estas situações todos os dias, mas como, pessoalmente, teve hipótese de trabalhar muitos destes indicadores, registar um indicador desta natureza, com um projecto destes, é algo que a reconforta, embora seja óbvio que não é um único projecto a concorrer mas, muitos e a ciência está, exactamente, em fazer o cruzamento e o entrosamento de todos eles para, realmente, se obter um resultado, francamente, positivo.-----

----- Por conseguinte, e não falando nos outros indicadores, considera que é de registar, com imenso agrado, este que é bastante elucidativo, dado tratar-se, de facto, de uma matéria que a todos muito preocupa. Aliás, quem passou pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco sabe, perfeitamente, que um dos aspectos a que todos são muito sensíveis, porque é muito preocupante, é, sem dúvida, o abandono escolar ou o insucesso escolar. Daí estar a combater-se, através da forma mais adequada, todas as situações que são perversas e que contribuem para o insucesso escolar. Nesse contexto, acha que se está no bom caminho e uma das coisas que pode testemunhar é o facto deste trabalho ser feito com muito carinho, muita dedicação e muito empenho, não se pensando nunca no horário de saída, dado que a maior parte deste trabalho se prolonga pela noite dentro e por fins-de-semana, o que é, quanto a si, muito importante e é de enaltecer, porque, como se viu, em tudo está presente a família e a comunidade e as situações não podem ser trabalhadas de uma forma isolada e, também, não se pode pensar que se transforma uma pessoa ou uma criança, concretamente, trabalhando com ela, apenas, no período em que está nas aulas com os professores ou que está no A.T.L. Tem que se pensar que há todo um complemento desse tempo, complemento esse, que avança na vida familiar de quem trabalha nesta área.-----

----- Por conseguinte, salientou, que todo este trabalho desenvolvido, tem sido um trabalho magnífico ao longo de anos, pois teve o privilégio de o viver e de sentir como é que os colaboradores da Câmara o vivem, como é que se envolvem, porque também testemunha que, há



momentos, em que eles próprios absorvem o sofrimento dos outros, o que é muito importante, pois só quem tem uma grande vontade, uma vocação muito grande e uma alma muito grande é que consegue estar tão disponível para estas famílias, até porque também têm a sua própria família e, portanto, sem este estímulo, por vezes, não se está tão receptivo a alguma morosidade que todo este processo envolve e, daí, considerar importante que tudo isto seja salientado. -----

-----Por outro lado, gostaria também de chamar a atenção para o primeiro projecto que foi apresentado, que é o da “Rede Social”, relativamente ao qual deve dizer que tem sido, sempre, Presidente do Conselho Local de Acção Social e faz muita questão em presidir este Conselho e participar, porque, desde sempre, apostou muito neste projecto, razão pela qual considera muito importante o facto de se terem conseguido criar dez comissões sociais de freguesia, ou seja, uma em cada freguesia, que, como é óbvio, não andam todas à mesma velocidade, visto que umas conseguiram constituir-se mais depressa do que outras, umas com mais elementos, outras com menos, umas mais, outras menos envolvidas, mas a verdade é que, a seu tempo, andarão tudo com o passo certo e aquelas que vão mais à frente servem de exemplo para as que têm tido um compasso de arranque um pouco mais complexo. Considera este projecto muito importante e aposta muito nele, porque envolve todos os agentes, sobretudo, aqueles que a Câmara souber envolver e, por outro lado, para além da equipa da Câmara (e, quando fala em equipa, fala da Senhora Vereadora Ana Isabel Beça, do Director do Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais, da Chefe da Divisão de Assuntos Sociais e de todos os colaboradores), há uma equipa a nível das freguesias, como seja, a própria Junta de Freguesia, passando pelo seu Presidente e envolvendo os vogais principalmente os que estão mais directamente ligados à área social e, sobretudo, envolvendo todos aqueles que são parceiros da Câmara e que estão activos, no terreno, o que é extremamente importante, razão pela qual tem chamado muito a atenção para esta situação e, por isso mesmo, é que no seu discurso do Dia Sete de Junho, de há dois anos, lançou este projecto, pela primeira vez, dizendo que a Câmara tinha

um objectivo muito concreto que era procurar envolver toda a comunidade, através dos elementos representativos dos mais diversos níveis e dos mais diversos sectores, para todos, em conjunto, pensarem e fazerem aquilo a que se chama o “Plano de Desenvolvimento Social” e que é um instrumento importantíssimo, assim como o são os outros instrumentos de planeamento que a Câmara está a elaborar nas diversas áreas, culminando naquele grande instrumento que é o Plano Director Municipal.-----

----- Relativamente à “Oeiras Solidária” todos tiveram oportunidade de assistir, há cerca de quinze dias, à assinatura do protocolo celebrado com alguns parceiros sociais que quiseram abraçar este projecto e responsabilizar-se socialmente. No ano passado já teve os seus efeitos muito positivos, concretos e objectivos, tendo, depois, evoluído para uma segunda fase, que está já a decorrer e que vai, certamente, permitir uma avaliação da sua concretização, daqui a um ano, altura em que se estará a falar dos efeitos desta segunda fase. -----

----- Continuando, a Senhora Presidente disse achar, mais do que nunca, que estas áreas têm de ser cada vez mais trabalhadas e têm de ser objecto de uma maior atenção, neste momento, porque, já, se passou de uma fase em que se dizia que havia uma preocupação social, e se iam dando passos, nesse sentido, para uma fase em que se está a ser avaliados, através das acções que se vão concretizando, a nível nacional e, até, internacional, o que não acontece por acaso mas, sim, porque se passou, de facto, para uma fase e um amadurecimento que já exige que o projecto desta Câmara, com as “n” acções que tem, seja apontado como um projecto a ser seguido e a ser multiplicado nas suas diversas facetas, obviamente, com as adaptações que cada um lhe quiser ou tiver necessidade de fazer.-----

----- Referiu que, é seu hábito dizer que o protagonismo, nestas áreas, não interessa muito à Câmara, interessa, sim, estar-se ligados a iniciativas, surjam elas da Câmara Municipal ou do parceiro do lado, porque o que interessa é que a ideia surgiu, foi agarrada e deu origem a determinados projectos, que estão a ser concretizados e cujos efeitos e resultados estão a ser



visíveis. Isto é que é importante, não é o hastear da bandeira e dizer que foi esta Câmara que teve a ideia e, sobretudo, com uma outra situação que lhe parece importante, é que, por um lado, a Câmara não tem receitas, porque nesta área não há receitas para nada e todos os dias se está a aprender, mas o certo, é que há uma vontade, que também não é normal ver-se nos outros Municípios, e, regista esse facto porque tem tido hipótese de contactar com muitas Câmaras, onde verifica que não há essa vontade e a verdade é que esta Câmara, quando implementa qualquer coisa, fá-lo bem e, certamente, ninguém lhe leva a mal se disser, quando se está a trabalhar em qualquer situação, que gosta que ela seja implementada, em primeiro lugar, nesta Câmara e, depois de explorada e de trabalhada, que seja passada, o que é normal pois se a Câmara concebe a ideia, normalmente, de uma forma acompanhada e com parceiros, obviamente que todos querem que este Concelho seja apontado como aquele que teve a ousadia de dar o primeiro passo nessa matéria. No entanto, há uma coisa que esta Câmara faz, de imediato, que é, com a maior das simplicidades e das aberturas, dar a conhecer o seu projecto para que ele seja aplicado, da forma mais adequada, a outras realidades e, aqui, tem de salientar que, raríssimas vezes, isto se passa ao contrário. Disse, ainda, que esta situação é algo que caracteriza esta Câmara Municipal, é algo que lhe dá força e motivação para trabalhar numa área cujos resultados não são visíveis a curto ou a médio prazo, mas, sim, a longo prazo. Assim, gostaria de salientar, uma vez mais, que esta é uma boa equipa, é uma equipa vencedora e que tem de continuar a trabalhar, cada vez mais, ainda que os resultados só surjam mais tarde. -----

-----Usou de seguida, da palavra a **Senhora Vereadora Ana Isabel Beça** referindo que, depois da intervenção da Senhora Presidente, pouco mais resta a dizer. De todo o modo, gostaria de agradecer ao Director do Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais, à Chefe da Divisão de Assunto Sociais, à Doutora Júlia Cardoso, à Doutora Ivone Afonso e à Doutora Vijai Camotim, todo o seu empenho e colaboração, porque foram, realmente, extraordinários, razão pela qual os felicitou, embora reconheça que é suspeita porque tem uma grande proximidade e

um envolvimento directo com todos. De qualquer maneira, não pode deixar de dizer que a equipa, de uma forma geral, é uma equipa que revela dinâmica, coesão e uma grande motivação, o que é muito bom para a Câmara.-----

----- Por fim, disse que, para que todo o Executivo possa absorver melhor o que aqui foi dito, irá ser distribuído por todos um CD-ROM.-----

----- De seguida, interveio o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que começou por agradecer a toda a equipa a exposição que fizeram, até porque, de certa forma, é uma área que lhe diz algo, visto estar ligado à mesma, extra Câmara. Ficou surpreendido com um conjunto de coisas, nomeadamente, com toda a planificação que têm, o que mostra uma ambição muito grande e uma dinâmica muito forte. -----

----- Por outro lado, espera que a equipa seja muito maior que esta, porque sabe os números que a Segurança Social obriga, a nível de psicólogos, de animadores sociais, etc., e para aquilo que foi, hoje, aqui apresentado como solução, deve dizer que é um trabalho ciclópico. ----

----- De todo o modo, deve acrescentar que, do seu ponto de vista, esta equipa tem o trabalho mais nobre daquilo que é a função de um Executivo, que é, de facto, o apoio social em todas as vertentes que aqui trouxeram, embora seja verdade que, algumas delas, estão sectorizadas, estão quantificadas em espaços, mas esta tentativa de abrangência, que se verifica com a existência das Comissões de Acção Social das Freguesias e todo o tipo de desenvolvimento do trabalho que têm tido, é algo que, deve confessar, o surpreendeu pela positiva.--- -----

----- Como vão ter suporte digital de toda a informação e porque considera que há aqui aspectos muito relevantes, não sabe se, nesse suporte digital, vai caber o pré-diagnóstico que têm do Concelho, reportado a Junho de dois mil e quatro, mas gostaria de obter essa informação, tal como, a elaboração dos diagnósticos sociais das freguesias, dado que são instrumentos de trabalho que possibilitam a percepção dos meios com que se pode ou não desenvolver um



projecto, que lhe pareceu extremamente ambicioso e, de facto, tal como a Senhora Presidente disse, só com hora de entrada, e sem hora de saída, é possível levar a cabo todo este trabalho. ----

-----Uma das coisas que, também, o sensibilizou, até porque é uma situação que advoga, foi o facto de se ter falado na necessidade de reconverter instalações camarárias, muitas delas mal utilizadas e em deterioração continuada, razão pela qual, vale a pena a Câmara pensar nessa reconversão de instalações para fins sociais bem mais úteis, dado que, como já se viu, há capacidade para lhes dar uma outra utilização que valha a pena. -----

-----Por outro lado, gostaria de dizer que os números falam por si, mas, normalmente, há sempre receio de os indicar, porque, nestas coisas, são sempre pequenos face à necessidade emergente daquilo que é a área em que se trabalha e, quase sempre, quando se apresentam relatórios sobre esta temática, foge-se sempre, um pouco, aos números, porque se há um programa que apresenta, como realidade, duas crianças que se conseguiram recuperar, dirão os outros, que é pouco, mas a verdade é que cada criança que se consegue afastar de uma vida de risco, não tem dimensão e vale sempre a pena. -----

-----Portanto, aquilo que pensa é que, salvo no caso concreto do PROQUAL e, nomeadamente, na Rede Social, ganhariam todos, muito mais, se tivessem uma identificação (e não diz isto em tom crítico, mas sim com um sentido construtivo) e uma quantificação dos resultados obtidos, porque esses resultados têm, sempre, a vantagem de dar a conhecer o que é que já se conseguiu e, no mês seguinte ou no ano seguinte, qual foi a evolução e, nem que fosse só mais um, já era uma vitória, porque a forma de medir o apoio social não é por unidades, que não seja a unidade em si mesma. -----

-----Concluindo, agradeceu e deu parabéns pelo trabalho que esta equipa apresentou. -----

-----Usou, seguidamente, da palavra a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** que começou por felicitar esta equipa, acrescentando que não pode deixar de o fazer, dado tratar-se de uma equipa que carrega consigo, para além do profissionalismo e da dedicação, uma boa

dose da persistência que é necessária para todo este trabalho que se faz na área social. -----

----- Acrescentou que, enquanto estava a ouvir os diversos intervenientes, estava com uma dualidade de sentimentos, porque, ao mesmo tempo, queria e não queria estar nos seus lugares, já que, por um lado, o estar no lugar das técnicas significaria conhecer, como ninguém, certas realidades do Concelho, que todos julgam conhecer, mas não conhecem, assim, tão bem como pensam; por outro lado é um trabalho que não acaba nunca, que se leva para casa e que deve “moer” muito e, por outro lado, também, podem ver o brilha-zeiro nos olhos daqueles a quem o resultado do trabalho chega, o que é muito reconfortante, razão pela qual agradeceu o trabalho que desenvolvem, porque o fazem numa perspectiva de co-responsabilidade social que todos devem ou deveriam ter, mas, por vezes, nem todos têm essa consciência social. -----

----- Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que começou por se associar às felicitações dadas, em primeiro lugar à Senhora Vereadora Ana Isabel Beça que tem a responsabilidade política desta área de intervenção da Câmara, ao Doutor José Manuel Pereira, na qualidade de Director do Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais, à Doutora Isabel Martins e a todas as técnicas aqui presentes. -----

----- Acrescentou não ir repetir o que já foi dito, e que subscreve, integralmente, quanto à qualidade desta equipa, mas gostaria de sublinhar algumas notas: a primeira é que se congratula muito com a circunstância (e foi uma palavra muito utilizada na apresentação que fizeram) de existirem parcerias e da cooperação que estão a desenvolver com a comunidade e com as várias instituições, porque se trata de uma área em que as competências dos Municípios são escassas, as possibilidades de intervenção, também, e, por isso, uma forma de ultrapassar as dificuldades reside, também, nas parcerias e cooperações que estão em condições de desenvolver e têm desenvolvido com as instituições. A este propósito, gostaria de dizer, subscrevendo aquilo que disseram a Senhora Presidente e os Vereadores Emanuel Martins e Maria Manuela Augusto, que, de facto, esta é uma área em que, por um lado, pessoalmente, tem uma grande admiração pelas



peçoas que nela intervêm, não só pelas dificuldades e por estarem confrontados com uma realidade que, muitas vezes, não se conhece em toda a sua gravidade e em toda a sua extensão, mas, também, por terem, muitas vezes, se calhar, a noção de que os meios e condições de intervir estão muito aquém das necessidades e da realidade onde intervêm. No entanto, verifica também que isso, em vez de lhes dar um sentimento de frustração, lhes dá uma determinação e uma motivação redobradas para prosseguirem o seu trabalho e, aqui, de facto, pensa que, tal como a Senhora Presidente referiu, há dois anos, no seu discurso do Dia Sete de Junho, as Câmaras Municipais, sem prejuízo das competências que têm, devem apoiar esta área fundamental da integração e da coesão social que, neste momento, é uma área prioritária de intervenção da Câmara e, portanto, a nota que, aqui, deixa é que, sem prejuízo das competências legais, isso seja objecto do devido reconhecimento, em termos de reforço desta equipa, que já tem uma dimensão interdisciplinar, mas que precisa de ser reforçada, porque os desafios são muitos e, também, com vista ao reforço das tais parcerias e cooperações que é necessário estabelecer.-----

-----A segunda nota tem a ver com o Observatório, porque é evidente que as políticas da Câmara se baseiam na célebre trilogia da filosofia esclarecida: conhecer, laborar e agir, pois, só, se pode actuar em função do conhecimento e da valoração da realidade onde se intervém, mas, de facto, em diversas áreas de intervenção, a Câmara já tem vários Observatórios e não sabe se aqui não se poderia alcançar, também, algum tipo de economia de escala, embora esses Observatórios correspondam a realidades diferentes e também a projectos de intervenção diversos, mas, aqui, em termos municipais talvez se justificasse repensar a função dos Observatórios que existem, para alcançar a tal economia de escala, para as diversas políticas, porque muitas também são transversais.-----

-----Finalmente a terceira nota tem a ver com o seguinte: do conhecimento que tem do movimento associativo e fala, sobretudo, do movimento associativo desportivo, pensa que a Câmara pode dar passos, muito mais, importantes na utilização e valorização das instalações e

dos equipamentos dos clubes, porque eles são, claramente, subaproveitados e subutilizados, nomeadamente, durante a manhã e o princípio da tarde e, na sua opinião, uma das possibilidades que os clubes têm de cumprir uma função social, que é, extremamente, importante, também em termos de coesão e de integração social, é desenvolverem outras actividades mais ligadas a esta área e, se bem que na teoria estejam disponíveis para o fazer, na prática têm dificuldades, que decorrem das colectividades, ao nível das Direcções e dos dirigentes, mas, de facto, alguns deles têm óptimas instalações. Ora, a Câmara Municipal desenvolveu um esforço financeiro considerável ao dotá-los com essas instalações e, como se verifica, elas estão, manifestamente, subaproveitadas. É um desafio que lança e pensa que, da parte dos clubes, há toda a disponibilidade para, também, serem parceiros em projectos que possam valorizar as suas instalações. -----

----- Finalmente, gostaria de sublinhar o facto das experiências que a Câmara tem desenvolvido em bairros municipais, com a criação de Centros Comunitários, serem extremamente importantes. Isso aconteceu no Alto da Loba, está a acontecer na Outurela/Portela, onde não há, propriamente, um Centro Comunitário mas cuja intervenção, no fundo, também tem um pouco essa filosofia e o aspecto positivo que isso tem é a coesão social, combate ao insucesso escolar, etc., e, se calhar, se existissem estatísticas, a partir do tal Observatório, poder-se-ia verificar que, em todas as outras áreas, isso tem reflexos positivos, seja ao nível da marginalidade, seja ao nível da toxicodependência e, por isso, seguramente que é um investimento que vale a pena. -----

----- Por outro lado, já há uns anos, preconizava que todos os bairros de iniciativa municipal deveriam ter Centros Comunitários, até porque eles fazem falta, uma vez que os residentes não têm espaços comunitários, para um conjunto de iniciativas, que se desenvolvem durante o ano. De facto, quando preconizava isso, dizia-se que não valia a pena, mas a verdade é que se se tiver a noção da importância dos Centros Comunitários, em termos de coesão e de



integração social, em vez de se “desperdiçar dinheiro”, está-se, de facto, a fazer um investimento, extremamente, útil e quando houver oportunidade de ter um Centro Comunitário em cada um dos bairros municipais isso será uma excelente ideia. -----

-----Por último, a **Senhora Presidente**, agradeceu, uma vez mais, à equipa da Acção Social a apresentação feita e o trabalho que têm desenvolvido nesta área. -----

**8 - EXPOSIÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA CMO NO 48º. CONGRESSO DA F.I.H.U.A.T.,
REALIZADO EM OSLO: -----**

-----No uso da palavra **Senhora Presidente** deu conhecimento à Câmara que, no passado mês de Setembro, se realizou em Oslo o Quadragésimo Oitavo Congresso da Federação Internacional para a Habitação e Planeamento Urbano, vulgarmente conhecida por FIHUAUT, que já foi criada há mais de noventa anos e organiza diversas iniciativas, entre as quais, anualmente, congressos desta natureza, tendo como, principal, objectivo promover intercâmbio de ideias e, sobretudo, aprendizagem.-----

-----O tema deste Quadragésimo Oitavo Congresso foi “Governância para a Mudança Urbana”, e a Câmara esteve presente, com uma participação activa, com uma comunicação subordinada ao tema, “Oeiras, de Território Suburbano a Nova Centralidade” através dos Arquitectos Nuno Macara e Rita Lopes, enquadrados, como é óbvio, na área do Planeamento e, daí, estarem, também, aqui presentes, a Arquitecta Antónia Lima - Directora da D.M.P.U.H. - Direcção Municipal de Planeamento Urbanismo e Habitação, o Arquitecto Baptista Fernandes - Director do D.P.G.U. - Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e a Arquitecta Cristina Rebelo - Chefe da D.P. - Divisão de Planeamento. -----

-----Acrescentou ter tido, já, oportunidade de, no seu Gabinete, ser posta ao corrente daquilo que se passou, neste Congresso, mas considerou que deveria partilhar com o Executivo a participação da Câmara e, sobretudo, fazer com que ouvissem, de viva voz, por parte dos Arquitectos Nuno Macara e Rita Lopes, o que lá se passou e aquilo que disseram sobre o tema

que lá foram apresentar, na qualidade de embaixadores de Oeiras, e, a este propósito, deve dizer que há uma coisa de que se orgulha muito, ou seja, como conversa com imensa gente, nota, com muito agrado, que uma das coisas que esta Câmara tem é uma grande quantidade de jovens que aqui trabalham, o que, sem dúvida alguma, com o seu entusiasmo e sangue novo, dão uma força tremenda que tem de ser aproveitada, até porque, ao fim e ao cabo, também têm contribuído e ajudado a projectar a imagem desta Câmara. -----

----- De seguida, usou da palavra, a **Senhora Arquitecta Antónia Lima** que começou por dizer que nestas iniciativas, mais não seja, aprende-se muito com aquilo que se ouve, sendo engraçado realçar que, no ano passado, a Arquitecta Rita Lopes a acompanhou a Viena, onde decorreu o anterior Congresso da FIHUAT, e, no segundo dia, por estar desiludida com o que estava a ouvir, perguntou-lhe se Oeiras nunca tinha apresentado nenhuma comunicação, e ao responder-lhe negativamente, nasceu a ideia deste trabalho, que foi feito na sua maior parte por ela e pelo Arquitecto Nuno Macara e, daí, haver uma grande responsabilidade da sua parte, porque, tanto ela própria como os outros dois dirigentes, entraram já numa fase final. -----

----- Intervindo, a **Arquitecta Rita Lopes** começou por dizer que tem sido para si, um grande privilégio trabalhar com o corpo técnico com que lida todos os dias, havendo uma coisa que a impressionou desde o início, que foi a formação técnica que existe nesta Câmara, sendo que, a participação neste congresso, é um testemunho vivo dessa situação, dado que é muito bom os técnicos terem contacto com este tipo de eventos que lhes proporcionam uma abertura ao exterior e formação aos profissionais que tentam, sempre, ter uma actualização, tentam transpor para a sua actividade profissional maior empenho e tentam também garantir alguns êxitos daquilo que observam no estrangeiro. -----

----- Passou, de seguida, à apresentação, enquanto o Arquitecto Nuno Macara ia passando, em Power Point, as imagens respectivas, dizendo que, tal como a Senhora Presidente já referiu, teve lugar no passado mês de Setembro, em Oslo, o Quadragésimo Oitavo Congresso da



FIHUAT - Federação Internacional para a Habitação e Planeamento Urbano. -----

-----Esta instituição, fundada em mil novecentos e treze por Ebenezer Howard, o “pai da cidade-jardim”, constitui, actualmente, uma organização composta por uma rede internacional de profissionais ligados à habitação e ao planeamento urbano, que organiza actividades visando o intercâmbio internacional e aprendizagem no campo do conhecimento e experiência profissional, como é o caso deste congresso, que se realiza todos os anos, com a participação de um grande número de profissionais de diversos países.-----

-----O tema deste ano, Governância para a Mudança Urbana, foi abordado na cidade de Oslo, Noruega, e reuniu, cerca de seiscentos profissionais de, aproximadamente, sessenta países, que se debruçaram sobre o tema, explanados em debates e sessões.-----

-----Urban Governance for Urban Change -----

-----Governância para a Mudança Urbana-----

-----O tema incidiu sobre o impacto que a globalização tem gerado nas forças de mudança, sobre as cidades, em todo o Mundo, no seu funcionamento e desenvolvimento, nas alterações geradas na vida urbana e as suas inter-relações sócio-económicas, acrescido ainda dos desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável. -----

-----Desenrolou-se com a abordagem a uma variedade de estratégias, baseadas em práticas de governância experimentadas e adoptadas em diversos países, como formas de garantir um desenvolvimento sustentável das suas cidades, direccionado às especificidades de cada uma. -

-----Neste campo, foi salientado o papel catalisador das autoridades públicas que, num contexto actual de desenvolvimento urbano marcado pelas estratégias de mercado e pela intervenção de inúmeros actores, como autoridades públicas e privadas, cidadãos individuais e organizações civis, integram uma plataforma de actuação que, sob a forma de parcerias, interagem no desenvolvimento do planeamento urbano. Melhorar o sistema de governo da

cidade e a coordenação entre os vários actores de modo a que a sustentabilidade e a qualidade se transformem em objectivos de futuro urbano, assim como o papel das autoridades públicas e as mudanças institucionais necessárias para atingir uma boa governância e manter a legitimidade democrática, foram alguns assuntos abordados ao longo do congresso. -----

----- O Município de Oeiras, marcou presença com uma sessão de apresentação num workshop, cujo título de honra “Oeiras, de Território Suburbano a Nova Centralidade”, versou mostrar o papel pioneiro que o Concelho de Oeiras tem assumido, desde os anos oitenta, em Portugal. -- -----

----- Com uma gestão autárquica baseada em políticas de desenvolvimento sustentável nos vectores do ambiente, habitação, promoção de um novo tecido empresarial e nos transportes urbanos ecológicos e mediante novas formas de parceria com a sociedade civil através de protocolos de cooperação, o município tem concretizado e qualificado o desenvolvimento do concelho. - -----

----- A apresentação em multimédia, fez uma sinopse da evolução urbana do concelho, mostrando os instrumentos e práticas mais determinativos dessa evolução e que suportaram, no contexto urbanístico que lhes cabia, as estratégias de desenvolvimento: desde o Plano de Urbanização da Costa do Sol, passando pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento Sustentável: Oeiras Vinte e Um, até ao Plano Director Municipal de Oeiras. -----

----- Acompanharam esta exposição, uma amostra dos inúmeros exemplos de sucesso nas várias vertentes sócio-económicas e culturais que o caracterizam: -----

----- os novos complexos de escritórios e serviços - Arquipark, LagoasPark, -----

----- o primeiro parque tecnológico do país - o Taguspark, -----

----- os novos espaços ambientais, lúdicos e turísticos - o Parque dos Poetas e o Passeio Marítimo, - -----

----- o realojamento habitacional e a requalificação urbana e turística - os centros



históricos de Oeiras e Paço de Arcos, e -----

-----a criação de um sistema de transportes ecológico - o SATUO. -----

-----A sessão de apresentação foi marcada por uma afluência relevante e despertou manifesto interesse dos assistentes pelo desenvolvimento, particular, do município de Oeiras, o que se revelou uma mais-valia na sua divulgação e promoção e deixou expectativas futuras sobre este município. -----

-----A dinâmica de realização do congresso foi ainda marcada por visitas de estudo guiadas a intervenções recentes na cidade de Oslo, reforçando o contacto e troca de experiências com outros profissionais, que teve também a participação da equipa técnica desta C.M.-----

-----Continuando, a Arquitecta Rita Lopes deu conhecimento do resumo do “Paper” apresentado sob o título “Oeiras, de Território Suburbano a Nova Centralidade” que é do seguinte teor: -----

-----“O presente trabalho versa a evolução do Município de Oeiras ao longo das duas últimas décadas, onde de uma condição de sub urbanidade latente, progride para uma nova centralidade na Área Metropolitana de Lisboa, através de metodologias e práticas de governância. -----

-----O Concelho de Oeiras com uma área de cerca de quarenta e seis quilómetros quadrados, apresenta actualmente uma população residente aproximada de cento e sessenta e dois mil habitantes. -----

-----Encontra-se integrado na Área Metropolitana de Lisboa, a Poente da Capital e tendo como fronteira natural a sul, o Rio Tejo. -----

-----Devido à proximidade a Lisboa e às suas características paisagísticas e físicas, o território de Oeiras começou por constituir nos séculos dezassete e dezoito um local de veraneio com grandes quintas e palácios, tendo sido ainda, devido à sua marcada aptidão agrícola, uma das áreas abastecedoras de produtos alimentares da Capital. -----

----- Mais tarde, com a presença do Marquês de Pombal, Conde de Oeiras e Primeiro-Ministro do Reino, a vila de Oeiras sofre uma significativa evolução permitindo a passagem da região a concelho, com autonomia administrativa, proporcionando o seu desenvolvimento económico e social, e a construção de um vasto património, nomeadamente, palácios e quintas, igrejas e capelas, moinhos e pombais, chafarizes, aquedutos e azenhas. -----

----- Entre o século dezanove e a primeira metade do século vinte, houve um grande desenvolvimento ao nível das infra-estruturas de transportes, rede rodoviária e ferroviária interurbana, com o consequente incremento da construção, tornando-se a par de Cascais e Estoril, ponto de atracção da população de Lisboa.-----

----- Neste período inicia-se a instalação de unidades industriais, algumas de relevância nacional, transformando o perfil do concelho em termos sociais e culturais. -----

----- Em mil novecentos e quarenta e oito, surge o primeiro plano urbanístico, de génese estatal, para a gestão do eixo Lisboa-Cascais, - o Plano Urbanístico da Costa do Sol - P.U.C.S., ordenando durante quarenta e seis anos toda a zona litoral do concelho.-----

----- O interior é então gerido por um instrumento denominado Planos de Expansão das Zonas de Carácter Rural do Concelho de Oeiras. -----

----- O desenvolvimento de Lisboa a partir dos anos quarenta, concentrando o grosso do tecido empresarial, provocou um grande crescimento populacional, e a consequente procura de novas zonas habitacionais gerando novas áreas suburbanas, deslocando não só as populações tradicionais de Lisboa para a periferia, como acolhendo novas populações migrantes. -----

----- Oeiras passou por este processo, registando uma forte expansão demográfica com um crescimento massivo de zonas habitacionais dotadas de infra-estruturas subdimensionadas. -----

----- Este crescimento acentuou-se nos anos sessenta e setenta, com consequências graves para o Concelho, pela falta de equipamentos, deficientes infra-estruturas e degradação do património construído e paisagístico, denunciando uma grande ineficiência dos instrumentos



urbanísticos tradicionais para a gestão desta nova realidade. -----

-----Paralelamente, em situações onde o mercado de habitação não se adequava à procura, assiste-se ao aparecimento de núcleos de habitação clandestina de aglomerados de barracas.---

-----Em meados dos anos oitenta, a Câmara Municipal trava e inverte esta tendência, estabelecendo estratégias de desenvolvimento integrado com metas a médio e longo prazo nos sectores sócio-culturais, habitacional, das actividades económicas e do ordenamento do território.--

-----Paralelamente é reformulada a orgânica da Câmara Municipal, seguindo um modelo adequado à implementação daquelas opções estratégicas. -----

-----É nesta altura criado um corpo técnico multidisciplinar para o planeamento e a gestão urbanística do Concelho. -----

-----Esta equipa municipal, que não parou de crescer em número, competências e especialidades, fica responsável pela elaboração do Plano Director Municipal (P.D.M.) e de planos de pormenor bem como da orientação e controlo das iniciativas privadas (do investidor ao indivíduo). -----

-----O envolvimento da população e de outros actores locais, constituiu uma mais valia na democratização do processo de planeamento. -----

-----A chave do sucesso das acções de planeamento em Oeiras, deve-se em grande parte à existência de uma estrutura, que sendo municipal, tem o conhecimento privilegiado do território e dos seus recursos, e que ao congregar competências de planeamento e de gestão asseguram um feedback recíproco que é um garante da eficácia e eficiência na governação para a mudança urbana. ----

-----Por outro lado, a Câmara Municipal fomenta parcerias com entidades públicas e privadas para a concretização de acções que constituem metas da política de desenvolvimento

estratégico, consagradas nos objectivos fundamentais do PDM: -----

----- - Afirmar o concelho como um espaço de qualidade residencial e de prestígio;-----

----- - Promover o desenvolvimento do terciário superior; -----

----- - Resolver os estrangulamentos ambientais e salvaguardar o património paisagístico;

----- - Melhorar as condições de vida das populações mais desfavorecidas do concelho;---

----- - Reforçar a integração territorial do espaço concelhio, tendente a dar-lhe dimensão de vida de um espaço-cidade e reforçando, ao mesmo tempo, a identidade física e cultural dos seus aglomerados;-----

----- - Supressão das áreas habitacionais degradadas e de barracas. -----

----- O nível de concretização dos Objectivos estratégicos programados pelo Município é avassalador quer em termos absolutos, quer em termos comparados, tornando-se Oeiras num exemplo de sucesso em todas as áreas de desenvolvimento, confirmando-se em época de recessão económica, a sustentabilidade das opções e metodologias adoptadas, tornando-se já uma nova centralidade em contraponto com a capital. -----

----- As acções pioneiras adoptadas pelo município ao longo dos últimos dez anos, com a concretização dos objectivos programados, têm vindo a constituir referência para o planeamento urbano em Portugal:-----

----- - Erradicação definitiva dos bairros de lata e implementação de programas de irradiação da exclusão social;-----

----- - Implementação dos programas de recuperação de construções degradadas em bairros históricos, e reabilitação das zonas públicas;-----

----- - Criação de equipamentos especiais orientados para novas procura das classes médias/superiores (espaço de desporto, centros de cultura física, escolas de dança e de música, teatros, etc);-----

----- - Reordenamento de toda a rede viária e do sistema de transportes, quer a nível



concelhio quer nas relações interconcelhos; -----

----- Criação de uma rede de transportes ecológicos; -----

----- Reestruturação da rede de zonas verdes e parques públicos, gerindo actualmente cerca de cem hectares; -----

----- Criação de estruturas de sustentação de uma rede empresarial estável e de sucesso ligadas às IT e terciário superior; -----

----- Criação de pólos universitários e de investigação. -----

-----As políticas de planeamento adoptadas, e a implementação de práticas de governância, incentivando a participação das populações, transformaram Oeiras de uma cidade dormitório suburbana, num lugar de prestígio e qualidade com sua própria identidade, onde é estimulado o desenvolvimento de novas actividades económicas, salvaguardando e valorizando o património cultural e paisagístico.-----

-----O município desenvolve actualmente actividades culturais e recreativas, que fomentam a apropriação do espaço público, proporcionando às populações o usufruto do património histórico e paisagístico. -----

-----Hoje, na Área Metropolitana de Lisboa, Oeiras constitui uma nova centralidade.

-----Oeiras, o município que aprende.” -----

-----Referiu, ainda, que houve uma afluência muito grande nesta apresentação, tendo a reacção, por parte dos assistentes, sido muito positiva, pois ficaram com uma grande expectativa sobre o Município de Oeiras e sobre as acções que tem desenvolvido, tendo, inclusivamente, alguns, perguntado se o Município era assim tão bom, razão que a leva a pensar, assim como ao Arquitecto Nuno Macara que, realmente, fizeram uma boa apresentação do mesmo.-----

-----No uso da palavra a **Senhora Presidente** observou que, certamente, os Senhores Vereadores perceberam porque é que quis partilhar com todos aquilo que já lhe tinha sido apresentado na sequência do Quadragésimo Oitavo Congresso da FIHUAT, dado que pela

primeira vez, a Câmara de Oeiras teve uma participação activa, em termos de apresentação de uma comunicação, o que muito orgulha todo o Executivo, sobretudo também pelo facto dessa apresentação ter sido feita por dois colaboradores desta Câmara, muito jovens, situação que não é normal nestes congressos internacionais em que participam mais pessoas seniores, o que, quanto a si, mostra bem a confiança que a Câmara deposita nos seus colaboradores, assim como a confiança que os três chefes directos destes jovens técnicos depositam neles e a ousadia, bem sustentada, que tiveram em lhe apresentar a vontade por parte do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, na participação dos mesmos no Congresso, o que é de enaltecer dada a participação activa que tiveram através desta comunicação, razão pela qual estão de parabéns, que não são só seus mas de todo o Executivo, que, a partir de agora, criou expectativas quanto à participação da Câmara nestes e noutros Congressos a fim de mostrar aquilo que se é, aquilo que, ainda, há a fazer e aquilo que se pretende ser num futuro próximo.-----

----- Por último, a Senhora Presidente agradeceu, em nome de todo o Executivo, a participação dos referidos técnicos no Congresso, assim como a exposição que aqui fizeram, pois foi muito gratificante e foi um grande prazer ver aquilo que fizeram por Oeiras. -----

----- Intervindo, a **Arquitecta Antónia Lima** disse gostar, ainda, de realçar que, de centenas de candidatos, só setenta foram pré-seleccionados e, desses, apenas, treze foram convidados para participar no Congresso, com uma comunicação, tendo Oeiras sido um dos Municípios escolhidos, o que demonstra o grande interesse que a comunidade internacional deposita em Oeiras, tendo a **Senhora Presidente** observado que esta informação é de extrema importância e mais um motivo de orgulho para esta Câmara.-----

9 - PROPOSTA N.º 1512/03 - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA DR. VICTOR SÁ MACHADO, N.º 14, 3.º. DT.º., BAIRRO PATEO DOS CAVALEIROS, A FRANCISCO NOBRE EUSÉBIO:-----

----- Esta proposta por decisão da Senhora Presidente, que mereceu a concordância da



Câmara foi retirada da agenda.-----

-----Após esta votação saiu da sala o Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier. -----

10 - PROPOSTA Nº. 603/04 - PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PREDICO: -----

-----Esta proposta por decisão da Senhora Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião. -----

11 - PROPOSTA Nº. 978/04 - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE “LISBOÉMIA - PRODUÇÕES E SERVIÇOS, LDª.”, PARA A SOCIEDADE “DINAMITE CAFÉ, LDª.”: -----

-----Esta proposta por decisão da Senhora Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião. -----

12 - PROPOSTA Nº. 1348/04 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 20/04:-----

-----Esta proposta por decisão da Senhora Presidente, sob proposta do Senhor Vereador José Eduardo Costa, que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda.-----

13 - PROPOSTA Nº. 1391/04 - PROCESSO DE NOTIFICAÇÃO 533/03 - SPM - DESPEJO ADMINISTRATIVO DO ARMAZÉM SITO NA RUA ACTOR JOÃO GUEDES, Nº. 59, COM TRASEIRAS PARA A RUA MARIA ARCHER, Nº.S 1 E 1-A, EM LINDA-A-VELHA:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Considerando que em dezasseis de Outubro de dois mil e três, através do registo número cinquenta e três mil duzentos e vinte e nove, o legal representante da firma Lourenço Marques, Limitada, na qualidade de proprietária, foi notificada para proceder conforme informação do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística com data de vinte e cinco de Agosto de dois mil e quatro, isto é, regularizar a utilização que tem vindo a ser dada à fracção (armazém), sita no prédio da Rua Actor João Guedes, número cinquenta e nove com traseiras para a Rua Maria Archer, números um e um A, em Linda-a-Velha, uma vez que para o efeito não

possui a necessária licença municipal, tal como impõe o artigo quarto número dois alínea e) do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho.-----

----- Considerando que para o exercício daquela actividade de armazém, carece aquele espaço de licença de utilização própria para esse efeito;-----

----- Atendendo a que, não obstante a concessão da audiência do interessado nos termos dos artigos centésimo e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, a notificada nada alegou, continuando a utilizar a referida fracção como armazém, em desacordo com a respectiva licença de utilização - artesanato; -----

----- Considerando que, desde então se verificou que não foram cumpridas as notificações, continuando a notificada, apesar de advertida para a possibilidade de despejo administrativo, a utilizar o espaço em desconformidade; -----

----- Verificando-se que até à presente data não foram tomadas pela notificada medidas tendentes à resolução do problema e não cumpriu a última com data de doze de Fevereiro de dois mil e quatro e com o número dez mil seiscientos e sessenta e quatro. -----

----- Dispondo o artigo centésimo nono do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro alterado pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho que “ (...) o presidente da câmara municipal é competente para ordenar e fixar prazo para a cessação da utilização de edifícios ou de suas fracções autónomas quando sejam ocupadas sem a necessária licença ou autorização de utilização ou quando estejam a ser afectos a fim diverso do previsto no respectivo alvará”. -----

----- Dispondo ainda o artigo centésimo nono número dois do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro alterado pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho que, “Quando



os ocupantes dos edifícios ou suas fracções não cessem a utilização indevida no prazo fixado, pode a câmara municipal determinar o despejo administrativo (..)". -----

-----Propõe-se: -----

-----Que a Câmara Municipal delibere, nos termos das disposições legais, supra indicadas, e atentos os factos supra referidos, o despejo administrativo da fracção (armazém), sita no prédio da Rua Actor João Guedes, número cinquenta e nove, com traseiras para a Rua Maria Archer, números um e um A, em Linda-a-Velha; -----

-----Comunicar o teor da presente proposta de deliberação à notificada." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

14 - PROPOSTA Nº. 1392/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO RECREATIVA DO DAFUNDO: -----

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

-----“No âmbito da comparticipação a atribuir pela Câmara para a execução da obra referida em epígrafe, veio a União Recreativa do Dafundo solicitar a atribuição de um subsídio. -

-----A fiscalização do Departamento de Projectos Especiais foi informada que a empresa adjudicatária daquela empreitada remeteu ao dono de obra o sexto auto relativo a trabalhos já executados. -----

-----A colectividade solicitou apoio técnico ao Departamento de Projectos Especiais com vista à análise do referido auto, a fim de lhes ser atribuído um subsídio naquele valor. -----

-----Por meio da informação número duzentos e doze, de dois mil e quatro, do Departamento de Projectos Especiais / Equipamento, os serviços informam que a obra foi executada de acordo com o projecto fornecido pela Câmara.-----

-----O valor do subsídio solicitado pela colectividade é de cento e oito mil novecentos e oitenta e seis euros e trinta e seis cêntimos. -----

-----Assim, e em face ao acima exposto, propõe-se: -----

----- A atribuição de um subsídio no valor de cento e oito mil novecentos e oitenta e seis euros e trinta e seis cêntimos, à União Recreativa do Dafundo.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

15 - PROPOSTA Nº. 1393/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO DESPORTIVO UNIDOS CAXIENSES: -----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

----- “No âmbito do Contrato-Programa formalizado em vinte de Abril de dois mil e quatro, entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Grupo Desportivo Unidos Caxienses, a fiscalização do Departamento de Projectos Especiais / Projectos de Equipamento por meio da informação duzentos e dezanove, de dois mil e quatro, do Departamento de Projectos Especiais/Equipamento, informou o seguinte:-----

----- A colectividade enviou à Câmara um ofício com a justificação dos gastos nas obras em causa, solicitando a atribuição de um subsídio. -----

----- A Fiscalização do Departamento de Projectos Especiais / Projectos de Equipamento, em visita ao local, verificou que os trabalhos foram executados de acordo com o previsto. -----

----- O valor do subsídio solicitado é de noventa e oito mil quarenta euros e trinta e nove cêntimos. - -----

----- Assim, e em face ao acima exposto, propõe-se:-----

----- A aprovação e subsequente atribuição de um subsídio no valor de noventa e oito mil quarenta euros e trinta e nove cêntimos, ao Grupo Desportivo Unidos Caxienses, com vista à comparticipação de obras realizadas de beneficiação das instalações desportivas.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

16 - PROPOSTA Nº. 1394/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO DESPORTIVO UNIDOS CAXIENSES: -----

: ----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----



-----“No âmbito do contrato-programa formalizado em vinte de Abril de dois mil e quatro, entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Grupo Desportivo Unidos Caxienses, a fiscalização do Departamento de projectos Especiais / Projectos de Equipamento por meio da informação duzentos e trinta e seis, de dois mil e quatro, do Departamento de Projectos Especiais/Equipamento, informou o seguinte: -----

-----A colectividade enviou à Câmara um ofício com a justificação dos gastos nas obras em causa, solicitando a atribuição de um subsídio. -----

-----A Fiscalização do Departamento de Projectos Especiais / Projectos de Equipamento, em visita ao local, verificou que os trabalhos foram executados de acordo com o previsto. -----

-----O valor do subsídio solicitado é de cinquenta e dois mil cento e vinte e um euros e quatro centimos. -----

-----Assim, e em face ao acima exposto, propõe-se: -----

-----A aprovação e subsequente atribuição de um subsídio no valor de cinquenta e dois mil cento e vinte e um euros e quatro centimos, ao Grupo Desportivo Unidos Caxienses, com vista à comparticipação de obras realizadas de beneficiação das instalações desportivas.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

17 - PROPOSTA Nº. 1395/04 - PAVILHÃO DESPORTIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA LUÍS DE FREITAS BRANCO - PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 5º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS NORMAIS:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente: -----

-----“A empreitada do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Luís de Freitas Branco - Paço de Arcos, foi adjudicada à empresa Manuel Rodrigues Gouveia, Sociedade Anónima, pelo valor de um milhão cento e noventa e três mil setecentos e quarenta euros e cinquenta e cinco centimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Foram já executados e aprovados os trabalhos referentes ao primeiro, segundo, terceiro e quarto autos de medição no valor total de setecentos e dezoito mil cento e cinco euros e vinte e um cêntimos. -----

----- Pela fiscalização do Departamento de Projectos Especiais foi elaborado, no âmbito da empreitada supra o quinto auto de medição de trabalhos contratuais no valor de cento e trinta e quatro mil oitocentos e quatro euros e sessenta cêntimos, faltando realizar trabalhos correspondentes ao valor de trezentos e quarenta mil oitocentos e trinta euros e setenta e quatro cêntimos. - -----

----- A fiscalização do Departamento de Projectos Especiais em visita ao local, verificou que os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos. -----

----- Assim e em face ao acima exposto, propõe-se: -----

----- A aprovação e subsequente liquidação do presente auto de medição, no valor de cento e trinta e quatro mil oitocentos e quatro euros e sessenta cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, no valor de seis mil setecentos e quarenta euros e vinte e três cêntimos totalizando a importância de cento e quarenta e um mil quinhentos e quarenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

18 - PROPOSTA Nº. 1396/04 - ANULAÇÃO DE RECEITA CORRESPONDENTE A CHEQUE DEVOLVIDO COM INDICAÇÃO DE “EXTRAVIO”: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente: -----

----- “Através do Serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que foram creditados cheques na conta da Câmara Municipal de Oeiras pela Junta de Freguesia de Cruz Quebrada, no valor de quinhentos e cinco euros e quarenta cêntimos referentes a senhas de almoço. O cheque número nove biliões quatrocentos e sessenta e quatro milhões duzentos e cinquenta mil



oitocentos e sessenta, sobre o Banif, na importância de vinte e oito euros, em nome de José Carlos Araújo Rodrigues, foi devolvido com a indicação de “extravio”.- -----

-----O cheque supramencionado destinava-se ao pagamento de senhas de almoço, através da guia F zero sete, quatro mil cento e catorze, de vinte e nove de Julho de dois mil e quatro.-----

-----Propõe-se, nos termos do número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada parcialmente a guia F zero sete - quatro mil cento e catorze, no valor de vinte e oito euros, correspondente ao cheque devolvido.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

19 - PROPOSTA Nº. 1397/04 - Pº. 81-DIM/DOM/00 - CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE OUTURELA E AMPLIAÇÃO DA EB1 DE OUTURELA, PORTELA (M. EDUCAÇÃO) - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente: -----

-----“Em reunião de Câmara de vinte e três de Maio de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à firma SO-PR - Sociedade de Construções e Promoções Imobiliárias, Limitada, pela importância de quatrocentos e noventa e dois mil quinhentos e sessenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos, com o prazo de execução de nove meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Devido a dificuldades da firma adjudicatária, esta propôs que fosse feita a cessão da sua posição contratual a favor da firma CJG, Limitada, dentro das mesmas condições do contrato com a SO-PR, Limitada, ao abrigo do artigo centésimo quadragésimo oitavo do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Por deliberação de Câmara de dez de Julho de dois mil e dois, foi autorizada a cessão da posição contratual da SO-PR, Limitada nesta empreitada em favor da firma CJG, Limitada.---

----- Segundo a informação número quinhentos e setenta e dois, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, através da carta referência OB dois mil e três, vem a firma CJG, Limitada adjudicatária da empreitada referida em epígrafe, enviar a factura número mil setecentos e quatro, de dois mil e quatro, no valor de dezanove mil cento e cinquenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos, mais IVA, e os cálculos respeitantes à revisão de preços definitiva desta empreitada.-----

----- Os cálculos da revisão de preços, apresentados pela CJG, Limitada, foram elaborados nos termos do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e oito-A, de oitenta e seis, de dezasseis de Outubro, pelo qual se regia a empreitada, e coincidem com os cálculos realizados pela fiscalização.-----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação da revisão de preços definitiva no valor de vinte mil cento e doze euros e trinta cêntimos, o qual inclui a importância de novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e três cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à CJG, Limitada.-----

----- Comunicação ao Gabinete de Apoio às Relações Institucionais.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

20 - PROPOSTA Nº. 1398/04 - Pº. 226-DIM/DCAD/03 - EXECUÇÃO DE CALÇADAS EM DIVERSOS LOCAIS DAS FREGUESIAS DE BARCARENA, QUEIJAS E CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por cento e catorze mil quatrocentos e sete euros e cinquenta cêntimos, à firma José Ribeiro Alves, Limitada.-----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de nove mil



cento e dezanove euros, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de nove mil quinhentos e setenta e quatro euros e noventa e cinco centimos, o qual inclui a importância de quatrocentos e cinquenta e cinco euros e noventa e cinco centimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma José Ribeiro Alves, Limitada.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

21 - PROPOSTA Nº. 1399/04 - Pº. 261-DIM/DCAD/03 - OBRAS DE AMPLIAÇÃO (CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO) DA EBI DE PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por cinquenta e quatro mil setecentos e sessenta e nove euros e vinte centimos, à firma C.J.G., Construções, Limitada.-----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e dois mil setecentos e oitenta e dois euros e noventa centimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-- -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e três mil novecentos e vinte e dois euros e cinco centimos, o qual inclui a importância de mil cento e trinta e nove euros e quinze centimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma C.J.G., Construções, Limitada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

22 - PROPOSTA Nº. 1400/04 - Pº. 340-DIM/DOM/03 - TRABALHOS DIVERSOS NA ENVOLVENTE À RUA S. SALVADOR DA BAÍA, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente:-----

----- “Por despacho proferido em vinte e sete de Fevereiro de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Acoril - Empreiteiros, Sociedade Anónima, pela importância de cento e vinte e um mil cento e noventa e quatro euros e quarenta e sete cêntimos, com o prazo de execução de quarenta e cinco dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos, no montante global de cento e vinte e um mil cento e noventa e quatro euros e quarenta e sete cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Segundo a informação número seiscentos e seis, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram bem executados, pelo que, em face do que antecede, proponho:- -----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de cento e vinte e sete mil duzentos e cinquenta e quatro euros e dezanove cêntimos, o qual inclui a importância de seis mil cinquenta e nove euros e setenta e dois cêntimos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Acoril - Empreiteiros, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

23 - PROPOSTA Nº. 1401/04 - Pº. 347-DIM/DOM/03 - REPARAÇÕES DIVERSAS NA ENVOLVENTE À RUA JOSÉ MALHOA, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. E (ÚLTIMO) AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----



-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente: -----

-----“Por despacho proferido em três de Março de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, pela importância de cento e dezassete mil setecentos e noventa e um euros e trinta cêntimos, com o prazo de execução de quarenta e cinco dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o terceiro e (último) auto de medição de trabalhos, no montante global de dois mil novecentos e três euros e vinte e dois cêntimos, o qual corresponde a trabalhos a mais de natureza prevista. -----

-----Os trabalhos a mais de natureza prevista, resultaram de se ter ultrapassado a medição prevista no articulado, nos seguintes artigos: -----

-----Fornecimento e aplicação de betão betuminoso binder: trinta e seis toneladas. -----

-----Execução de camada de desgaste em betão: cento e vinte e um vírgula setenta e dois metros quadrados. -----

-----A percentagem dos trabalhos a mais do presente auto sobre o valor de adjudicação é de dois vírgula quarenta e seis por cento -----

-----A percentagem de trabalhos a mais acumulada é de dois vírgula quarenta e seis por cento. -----

-----Pelo exposto anteriormente, verifica-se que se ultrapassou o valor de adjudicação, pelo que se tornará necessária a elaboração de um contrato adicional da empreitada, no valor de dois mil novecentos e três euros e vinte e dois cêntimos. -----

-----Segundo a informação número seiscentos e um, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista, no valor de dois mil novecentos e três euros e vinte e dois cêntimos; -----

----- - Celebração de contrato adicional, no valor de dois mil novecentos e três euros e vinte e dois cêntimos;-----

----- - A aprovação do presente auto de medição no montante de três mil quarenta e oito euros e trinta e oito cêntimos, o qual inclui a importância de cento e quarenta e cinco euros e dezasseis cêntimos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa C.M.E., Sociedade Anónima.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

24 - PROPOSTA Nº. 1402/04 - Pº. 377-DIM/DCAD/03 - REPARAÇÃO DE CALÇADAS EM DIVERSOS LOCAIS NA FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. (E ÚNICO) AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dez mil quinhentos e setenta e nove euros e vinte cêntimos, à firma Mateus & Irmãos, Limitada.-----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dez mil quinhentos e setenta e nove euros e vinte cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. - -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de onze mil cento e oito euros e dezasseis cêntimos, o qual inclui a importância de quinhentos e vinte e oito euros e noventa e seis cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à



firma Mateus & Irmãos, Limitada.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

25 - PROPOSTA Nº. 1403/04 - Pº. 111-DIM/PROQUAL/03 - REQUALIFICAÇÃO DA ALAMEDA FERNÃO LOPES, EM MIRAFLORES - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente: -----

-----“Para a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso público, concorreram cinco empresas, tendo sido todas admitidas e apresentado as propostas a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo:-----

-----Um - JODOFER, Sociedade Anónima, proposta no montante de quinhentos e sessenta e dois mil trezentos e sessenta e um euros e um cêntimo, com o prazo de execução de seis meses; -----

-----Dois - Armando Cunha, Sociedade Anónima, proposta no montante de quinhentos e quarenta e quatro mil novecentos e dez euros e vinte e quatro cêntimos, com o prazo de execução de seis meses; -----

-----Três - Rosado & Frazão, Sociedade Anónima, proposta no montante de quinhentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa euros e trinta cêntimos, com o prazo de execução de seis meses; -----

-----Quatro - Tomás de Oliveira, Sociedade Anónima, proposta no montante de setecentos e cinquenta e sete mil seiscentos e noventa e nove euros e quatro cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;-----

-----Cinco - Mateus Vicente & Seabra Nascimento, Limitada, proposta no montante de oitocentos e cinquenta e nove mil trinta e sete euros e noventa e um cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;-----

-----As propostas foram analisadas pela respectiva Comissão de Análise das Propostas,

com base nos critérios de adjudicação definidos no programa de concurso, tendo concluído, conforme consta do relatório final de análise das propostas, que a proposta mais favorável à Edilidade é a do concorrente número dois, Armando Cunha, Sociedade Anónima -----

----- Refiro que os concorrentes foram notificados do teor do relatório de análise das propostas, recebendo cópia do mesmo, nos termos do artigo centésimo primeiro do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido apresentada qualquer pronúncia ao mesmo. -----

----- Assim e em face do que antecede, proponho: -----

----- A adjudicação da empreitada designada em título, por série de preços, ao concorrente Armando Cunha, Sociedade Anónima, com proposta no montante de quinhentos e quarenta e quatro mil novecentos e dez euros e vinte e quatro cêntimos, ao qual acresce a quantia de vinte e sete mil duzentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos, respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor - cinco por cento - e com o prazo de execução de seis meses, de acordo com o número um do artigo centésimo quinto do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não se prevendo que, no presente ano, seja despendida mais do que cento e trinta e três mil oitocentos e sessenta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos. -----

----- A aprovação da minuta de contrato número noventa e dois, de dois mil e quatro, nos termos do artigo centésimo décimo sexto do citado diploma e da circular número um, de dois mil e um, a qual a seguir se transcreve”-----

----- “Minuta de Contrato de Empreitada -----

----- Número noventa e dois, de dois mil e quatro -----

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Edifício dos Paços do Município, para execução da empreitada de “Requalificação da Alameda Fernão Lopes, em Miraflores”, tomada em reunião de Câmara de ... de ... de dois mil e quatro, adjudicada ao empreiteiro “Armando Cunha, Sociedade Anónima”, mediante concurso público,



pelo montante global de quinhentos e setenta e dois mil cento e cinquenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos, incluindo o Imposto de Valor Acrescentado à taxa de cinco por cento, celebram o presente contrato de empreitada, como primeiro outorgante, O Município de Oeiras, Pessoa Colectiva de Direito Público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, casada, natural da freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, com domicílio necessário neste edifício, cujos poderes lhe são conferidos pela alínea f) do número dois, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, adiante designado por primeiro outorgante ou Entidade Adjudicante.-----

Como segundo outorgante, o empreiteiro “Armando Cunha, Sociedade Anónima”, pessoa colectiva número ..., com sede na ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número ..., devidamente representada para este acto, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:-----

-----Primeira-----

----- (Objecto) -----

Pelo presente contrato, o segundo outorgante obriga-se a executar os trabalhos referentes à empreitada de “Requalificação da Alameda Fernão Lopes, em Miraflores”, nas condições do programa de concurso, caderno de encargos, projecto e da sua proposta datada de um de Junho de dois mil e quatro.-----

-----Segunda-----

----- (Preço e tipo de empreitada) -----

Um - O encargo total da empreitada é de quinhentos e setenta e dois mil cento e cinquenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos, sendo quinhentos e quarenta e quatro mil novecentos e dez euros e vinte e quatro cêntimos correspondente aos trabalhos e vinte e sete mil duzentos e

quarenta euros e cinquenta e um cêntimos correspondente ao Imposto de Valor Acrescentado à taxa de cinco por cento. -----

Dois - O valor da adjudicação tem cabimento orçamental dotado na rubrica da despesa -----

Três - O tipo de empreitada é por série de preços. -----

----- Terceira-----

----- (Lista de preços unitários) -----

A lista de preços unitários a considerar no presente contrato é a que consta dos anexos à proposta do empreiteiro, constituída por ... páginas dactilografadas em papel A4, em observância do ponto dezassete ponto dois da alínea b) do Programa do Concurso. -----

----- Quarta-----

----- (Prazo de execução)-----

O Prazo de execução da obra é de seis meses com início na data da consignação.-----

----- Quinta-----

----- (Garantia)-----

Para garantia do cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente contrato, o segundo outorgante prestou uma caução no valor de vinte e sete mil duzentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos (correspondente a cinco por cento do valor da adjudicação), mediante garantia bancária número ..., prestada pelo Banco -----

----- Sexta -----

----- (Plano de pagamentos e revisão de preços) -----

Um - O pagamento dos trabalhos incluídos no contrato far-se-á por medição, com observância do disposto no artigo ducentésimo segundo e seguintes do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, se outras condições não forem estabelecidas no Caderno de Encargos. - -----

Dois - A revisão de preços do contrato será efectuada de acordo com as disposições contidas na



cláusula três ponto seis do caderno de encargos (cláusulas gerais), com aplicação da fórmula polinomial. -----

-----Sétima-----

----- (Foro competente) -----

As partes acordam que para resolução dos litígios emergentes do presente contrato é competente o Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras.-----

----- Oitava -----

----- (Disposições finais) -----

Um - Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

Dois - O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação de Câmara de vinte e oito de Janeiro de dois mil e quatro.-----

Três - A empreitada objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho de ...; -----

Quatro - A minuta relativa ao presente contrato foi adjudicada por despacho de ...; -----

Cinco - A celebração do presente contrato foi adjudicada por despacho de...; -----

Seis - Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Sete - Em tudo quanto estiver omissa no presente contrato, aplicar-se-á a legislação geral de obras públicas, nomeadamente, o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

Oito - Foi pago o selo devido na importância de ... euros, por meio de guia, de acordo com o número oito da Tabela Geral do Imposto de Selo aprovada pela Lei cento e cinquenta, de noventa e nove, de onze de Setembro. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova por certidão/declaração de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a

Segurança Social, bem como ter entregue a declaração, na qual declara, sob compromisso de honra, de que não utilizará na execução da empreitada mão-de-obra estrangeira clandestina, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

----- Pelo Primeiro Outorgante -----

----- Pelo Segundo Outorgante.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

26 - PROPOSTA Nº. 1404/04 - Pº. 42-DIM/DOM/04 - PONTÃO DE ACESSO À URBANIZAÇÃO POENTE DA AVª. SR. JESUS DOS NAVEGANTES SOBRE A RIBEIRA DE PORTO SALVO, EM PAÇO DE ARCOS - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente:-----

----- “Para a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso público, concorreram duas empresas, as quais foram admitidas, tendo apresentado as propostas a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo: -----

----- Alvenobra, Limitada, proposta no montante de trezentos e quarenta e três mil novecentos e noventa euros e vinte e cinco cêntimos, com o prazo de execução de seis meses; ---

----- Tecnovia, Sociedade Anónima, proposta no montante de trezentos e trinta e oito mil cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos, com o prazo de execução de seis meses; -----

----- As propostas foram analisadas pela respectiva Comissão de Análise, tendo sido efectuada a audiência prévia, nos termos do artigo centésimo primeiro do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido, todavia, apresentada qualquer reclamação, ao relatório da análise.-----

----- Assim e em face do que antecede, proponho: -----

----- A adjudicação da empreitada designada em título, por série de preços, à empresa Tecnovia, Sociedade Anónima, pelo montante de trezentos e trinta e oito mil cinquenta e um



euros e trinta e cinco cêntimos, ao qual acresce a quantia de dezasseis mil novecentos e dois euros e cinquenta e sete cêntimos, respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor - cinco por cento - e com o prazo de execução de seis meses, de acordo com o número um, do artigo centésimo quinto do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, prevendo-se que, no presente ano, não seja despendida uma verba superior a cinquenta e quatro mil trezentos e doze euros. -----

-----A aprovação da minuta de contrato número noventa e três, de dois mil e quatro, nos termos do artigo centésimo décimo sexto do citado diploma e da circular número um, de dois mil e um, a qual se a seguir se transcreve. -----

----- “Minuta de Contrato de Empreitada-----

-----Número noventa e três, de dois mil e quatro-----

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Edifício dos Paços do Município, para execução da empreitada de “Pontão de Acesso à Urbanização Poente da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes sobre a Ribeira de Porto Salvo, em Paço de Arcos.”, tomada em reunião de Câmara de ... de ... de dois mil e quatro, adjudicada à “Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima”, mediante concurso público, pelo montante global de trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta e três euros e noventa e dois cêntimos, incluindo o Imposto de Valor Acrescentado à taxa de cinco por cento, celebram o presente contrato de empreitada, como primeiro outorgante, O Município de Oeiras, Pessoa Colectiva de Direito Público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, casada, natural da freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, com domicílio necessário neste edifício, cujos poderes lhe são conferidos pela alínea f) do número dois, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, adiante designado por primeiro outorgante ou Entidade Adjudicante. -----

Como segundo outorgante, Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, Pessoa Colectiva número ..., com sede na ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Lisboa sob o número ..., devidamente representada para este acto, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

----- Primeira-----

----- (Objecto)-----

Pelo presente contrato, o segundo outorgante obriga-se a executar os trabalhos referentes à empreitada de “Pontão de Acesso à Urbanização Poente da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes sobre a Ribeira de Porto Salvo, em Paço de Arcos”, nas condições do programa de concurso, caderno de encargos, projecto e da sua proposta datada de ... de ... de -----

----- Segunda-----

----- (Preço e tipo de empreitada)-----

Um - O encargo total da empreitada é de trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta e três euros e noventa e dois cêntimos, sendo, trezentos e trinta e oito mil cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos correspondente aos trabalhos e dezasseis mil novecentos e dois euros e cinquenta e sete cêntimos correspondente ao Imposto de Valor Acrescentado à taxa de cinco por cento. -----

Dois - O valor da adjudicação tem cabimento orçamental dotado na rubrica da despesa -----

Três - O tipo de empreitada é por série de preços. -----

----- Terceira-----

----- (Lista de preços unitários) -----

A lista de preços unitários a considerar no presente contrato é a que consta dos anexos à proposta do empreiteiro, constituída por ... páginas dactilografadas em papel A quatro, em observância do ponto catorze ponto dois da alínea b) do programa do concurso. -----

----- Quarta-----



----- (Prazo de execução) -----

O prazo de execução da obra é de seis meses com início na data da consignação. -----

----- Quinta -----

----- (Garantia) -----

Para garantia do cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente contrato, o segundo outorgante prestou uma caução no valor de, dezasseis mil novecentos e dois euros e cinquenta e sete cêntimos, mediante garantia bancária número ..., prestada pelo Banco -----

----- Sexta -----

----- (Plano de pagamentos e revisão de preços) -----

Um - O pagamento dos trabalhos incluídos no contrato, far-se-á por medição, com observância do disposto no artigo ducentésimo segundo e seguintes do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, se outras condições não forem estabelecidas no caderno de encargos. -- -----

Dois - A revisão de preços do contrato será efectuada de acordo com as disposições contidas na cláusula três ponto seis do caderno de encargos (cláusulas gerais), com aplicação da fórmula polinomial. -----

----- Sétima -----

----- (Foro competente) -----

As partes acordam que para resolução dos litígios emergentes do presente contrato é competente o Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras. -----

----- Oitava -----

----- (Disposições finais) -----

Um - Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

Dois - O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação de Câmara de

onze de Fevereiro de dois mil e quatro. -----

Três - A empreitada objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho de ...; -----

Quatro - A minuta relativa ao presente contrato foi adjudicada por despacho de ...; -----

Cinco - A celebração do presente contrato foi adjudicada por despacho de ...; -----

Seis - Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Sete - Em tudo quanto estiver omissa no presente contrato, aplicar-se-á a legislação geral de obras públicas, nomeadamente, o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

Oito - Foi pago o selo devido na importância de ... euros, por meio de guia, de acordo com o número oito da Tabela Geral do Imposto de Selo aprovada pela Lei cento e cinquenta, de noventa e nove, de onze de Setembro. -----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova por certidão/declaração de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a Segurança Social, bem como ter entregue a declaração, na qual declara, sob compromisso de honra, de que não utilizará na execução da empreitada mão de obra estrangeira clandestina, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante -----

Pelo Segundo Outorgante.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

27 - PROPOSTA Nº. 1405/04 - Pº. 199-DIM/DCAD/04 - BENEFICIAÇÕES EM ESCOLAS DO CONCELHO - EBI Nº. 1 DO DAFUNDO, Nº. 2 DE PORTO SALVO E Nº. 1 DE LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. (E ÚNICO) AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo



Senhor Vice-Presidente: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dezanove mil setecentos e quarenta e nove euros e setenta e dois cêntimos, à firma C.J.G., Construções, Limitada. -----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dezanove mil setecentos e quarenta e nove euros e setenta e dois cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -- -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte mil setecentos e trinta e sete euros e vinte e um cêntimos, o qual inclui a importância de novecentos e oitenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma C.J.G., Construções, Limitada.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

28 - PROPOSTA Nº. 1406/04 - Pº. 211-DIM/DCAD/04 - BENEFICIAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO E ARMAZÉM DE APOIO - JARDIM DE INFÂNCIA Nº. 2 DE OEIRAS, LUDOTECA DO BUGIO, EB1 Nº. 1 DE CAXIAS, JARDIM DE INFÂNCIA CHEUNI E ARMAZÉM DA D.E. - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e quatro mil setecentos e oitenta e um euros e noventa cêntimos, à firma Projeconsult, Limitada.-----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o segundo e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global

de onze mil duzentos e oitenta e dois euros e noventa e seis cêntimos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos - oito mil duzentos e setenta e oito euros e quarenta cêntimos;---

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista - três mil quatro euros e cinquenta e seis cêntimos. - -----

----- Os trabalhos a mais resultam da necessidade de inclusão de áreas de pintura que não estavam contemplados inicialmente e que se revelaram pertinentes incluir. Estes trabalhos implicam um agravamento face ao valor de adjudicação de doze vírgula quatro por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho: -----

----- - A aprovação de trabalhos a mais no montante de três mil quatro euros e cinquenta e seis cêntimos. -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de onze mil oitocentos e quarenta e sete euros e onze cêntimos, o qual inclui a importância de quinhentos e sessenta e quatro euros e quinze cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento, e o seguinte pagamento à firma Projeconsult, Limitada.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

29 - PROPOSTA Nº. 1407/04 - REQTº. 12254/04 E 16653/04 APENSOS AO PROCº. 1582-PL/78 - PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 4/85, NA RUA 7 DE JUNHO, EM LECEIA:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por Azuil Nunes Ferreira, na qualidade de procurador de José Lima e Julieta Rocha Lima, proprietários do prédio com a descrição na Conservatória do Registo Predial número dois mil e dezasseis, foi apresentado uma proposta de alteração ao alvará de loteamento quatro, de mil novecentos e oitenta e cinco, correspondente ao loteamento de terreno localizado, na Rua Sete de Junho, em Leceia.-----



-----Mediante as informações números novecentos e quarenta e sete, de dois mil e quatro, da Divisão de Planeamento e mil e quatro, de dois mil e quatro, da Divisão de Intervenção no Património Edificado, foi analisado tecnicamente o assunto tendo-se considerado que o mesmo reunia condições para a sua aprovação, uma vez que as alterações propostas ao alvará, com as áreas devidamente rectificadas, não apresentam qualquer inconveniente em termos urbanísticos.-

-----Trata-se assim de uma alteração simplificada, enquadrada pelo número oito do artigo vigésimo sétimo do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro com a redacção do Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho.-----

-----Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

-----Aprovar a alteração ao alvará de loteamento número quatro, de mil novecentos e oitenta e cinco, em Leceia, na Rua Sete de Junho, em face do conteúdo das informações técnicas acima referidas. -----

-----Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**30 - PROPOSTA Nº. 1408/04 - REQTº. 18187/03 APENSO AO PROCº. 200/00 (7º. VOL) -
ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NAS VIAS ENVOLVENTES
AO EDIFÍCIO DE ESCRITÓRIOS, SITO NO ENTRONCAMENTO DA AVª. TOMÁS RIBEIRO
COM A RUA AMÉLIA REY COLAÇO, EM CARNAXIDE: -----**

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Por Imovisão Três, Gestão e Investimentos Imobiliários, Sociedade Anónima, foi apresentado o projecto, de alteração de sinalização vertical e horizontal para as vias envolventes ao edifício de escritórios situado no entroncamento da Avenida Tomás Ribeiro com a Rua Amélia Rey Colaço, em Carnaxide. -----

-----A pretensão foi analisada pela Divisão de Trânsito e Transportes que prestou a

informação número oitocentos e noventa e um, de dois mil e quatro, da Divisão de Trânsito e Transportes, concluindo que a proposta de sinalização poderá ser aprovada e posteriormente implementada no local, na condição de serem cumpridas todas as correcções de pormenor indicadas nos pontos dois ponto um e dois ponto dois, da referida informação. -----

----- Proponho à Câmara que delibere:-----

----- Aprovar a alteração de sinalização, em face do conteúdo da informação técnica acima referida. -----

----- Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

31 - PROPOSTA Nº. 1409/04 - REQTº. 20389/04 APENSO AO PROCº. 224/03 - PEDIDO DE RECONDUÇÃO DE DESPACHO, REFERENTE A 1 UNIDADE HOSPITALAR LUSO-ALEMÃ - MOINHO VERMELHO PROPRIEDADES, LDª.: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por Moinho Vermelho Propriedades, Limitada, na qualidade de proprietária, foi apresentado um pedido de recondução do despacho, ao abrigo do número oito do artigo primeiro do Decreto-Lei cento e setenta e sete, de dois mil e um de quatro de Junho, referente à instalação de uma Unidade Hospitalar Luso-Alemã, nos terrenos junto a Leceia. -----

----- Mediante a informação número mil e noventa e sete, de dois mil e quatro, da Divisão de Planeamento, concluiu-se que o referido pedido tinha sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara de dez de Setembro de dois mil e três e dado que a solução e o conteúdo do processo se mantêm inalteráveis e adequados, bem como as considerações proferidas na informação técnica número oitocentos e quarenta, de dois mil e três, da Divisão de Planeamento e não havendo impedimentos ao nível do Planeamento Urbano, na aprovação do processo: -----

----- Proponho à Câmara que delibere:-----

----- Aprovar o pedido de recondução do despacho, em face do conteúdo das informações



técnicas acima referidas. -----

----- Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação. -----

----- Exarado pela Senhora Presidente da Câmara em oito de Setembro de dois mil e três de “Elabore-se proposta de deliberação”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

32 - PROPOSTA Nº. 1410/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGÉS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de mil quinhentos e doze euros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Algés, para aquisição de equipamento diverso.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

33 - PROPOSTA Nº. 1411/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de três mil quinhentos e noventa e oito euros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, para aquisição de equipamento diverso.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

34 - PROPOSTA Nº. 1412/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de três mil quatrocentos e setenta e oito euros e dezasseis cêntimos, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, para aquisição de fardamento.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

35 - PROPOSTA Nº. 1413/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARNAXIDE PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de dois mil novecentos e noventa e nove euros, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, para aquisição de fardamento.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

36 - PROPOSTA Nº. 1414/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARNAXIDE PARA OBRAS DE REPARAÇÃO NO QUARTEL:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de dois mil oitocentos e cinquenta e sete euros, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, para obras de reparação no quartel de bombeiros.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

37 - PROPOSTA Nº. 1415/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARNAXIDE PARA FORMAÇÃO PRÁTICA DE BOMBEIROS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de dois mil trezentos e cinquenta e quatro euros e vinte e oito centimos, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, para formação prática de bombeiros.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

38 - PROPOSTA Nº. 1416/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARNAXIDE PARA PAGAMENTO DE DESPESAS EFECTUADAS NO ALMOÇO DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DE MAIO - MÊS DO BOMBEIRO:



-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de cento e oitenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, para pagamento das despesas efectuadas no almoço de encerramento das comemorações de Maio - Mês do Bombeiro.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

39 - PROPOSTA Nº. 1417/04 - RECRIA - PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO IMÓVEL SITO NA RUA LUÍS DE CAMÕES, Nº. 84, EM LINDA-A-VELHA:-----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“De acordo com a informação número dois mil e sessenta e um, de dois mil e quatro, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

-----A aprovação do pagamento pela Câmara Municipal de Oeiras do montante de dez mil quatrocentos e quatro euros e noventa e seis cêntimos, IVA de cinco por cento incluído, a Maria José Garrido Torres Eva Ferreira, pela execução das obras de recuperação do imóvel sito na Rua Luís de Camões, número oitenta e quatro, em Linda-a-Velha.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

40 - PROPOSTA Nº. 1418/04 - Pº. 161-DH/03 - TRABALHOS A MAIS E IMPREVISTOS À EMPREITADA DE REPARAÇÃO DOS PARAMENTROS EXTERIORES NA RIBEIRA DA LAGE:-----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“De acordo com a informação número dois mil e treze, de dois mil e quatro, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

-----A aprovação de trabalhos a mais e imprevistos, no valor de vinte e dois mil setecentos e nove euros, mais IVA, o que corresponde a dezoito vírgula cinquenta e um por

cento da obra, inferior aos vinte por cento, previstos no número um do artigo quadragésimo quinto do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove. -----

----- A dispensa do estudo previsto no número dois do artigo quadragésimo quinto, conforme o número três do mesmo artigo.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

41 - PROPOSTA Nº. 1419/04 - Pº. 122-DH/04 - OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DE ESPAÇOS DE EQUIPAMENTO, NO BAIRRO SOCIAL DO ALTO DA LOBA, FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS - ABERTURA DE CONCURSO: -----

----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Segundo a informação número mil novecentos e sessenta e oito, de dois mil e quatro, da Divisão de Promoção de Habitação, a beneficiação dos espaços de equipamento sitos no Bairro Social do Alto da Loba, freguesia de Paço de Arcos, está estimada em vinte e três mil e quatrocentos euros.-----

----- Face àquela estimativa orçamental e atendendo ao disposto no artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março e nomeadamente a alínea d) do seu número dois, na nova redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, conjugado com o número cinco do seu artigo quadragésimo sétimo, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- Consultar três entidades da actividade de construção, considerando as disposições contidas no Decreto-Lei número doze, de dois mil e quatro, de nove de Janeiro, com vista à adjudicação da empreitada designada em epígrafe;-----

----- Aprovar as condições do procedimento, constituído por consulta, projecto de execução, condições gerais, enumeração de espécies de trabalhos, caderno de encargos e demais elementos que o constituem.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----



42 - PROPOSTA Nº. 1420/04 - Pº. 9-GFP/2004 - “BENEFICIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DA FÁBRICA DA PÓLVORA - BARCARENA” - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 1: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Por despacho do Senhor Director Municipal de Obras e Ambiente, datado de dezassete de Maio de dois mil e quatro, foi autorizada a adjudicação da empreitada designada em epígrafe, à empresa Canas Correia, Sociedade Anónima, pela importância de vinte e três mil trezentos e oitenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos, acrescida de IVA, com o prazo de execução de sessenta dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

-----Em vinte e sete de Setembro de dois mil e quatro, procedeu a fiscalização da obra à medição dos trabalhos da empreitada, com vista à elaboração do primeiro auto de medição, o qual importa em: -----

-----Oito mil novecentos e quarenta e três euros e sessenta e oito cêntimos. -----

-----Em face do que antecede, proponho à Câmara a aprovação do presente auto de medição no valor de oito mil novecentos e quarenta e três euros e sessenta e oito cêntimos, acrescido de IVA, bem como o pagamento respectivo ao adjudicatário Canas Correia, Sociedade Anónima.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

43 - PROPOSTA Nº. 1421/04 - NORMAS REGULAMENTARES DA EDIÇÃO DO ANO 2005 - PRÉMIO MUNICIPAL DE IMPRENSA - “GAZETA DE OEIRAS”:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A Câmara Municipal de Oeiras, na expectativa de um trabalho informativo de qualidade e continuado nos media, sobre este concelho, promove em associação com as empresas Tagus Parque e Nestlé, o “Prémio Municipal de Imprensa - Gazeta de Oeiras”.-----

----- Este prémio, destina-se a premiar anualmente o(s) trabalho(s) divulgado(s) sobre Oeiras nos media, de inequívoca qualidade, e que melhor contribua(m) para o conhecimento e promoção do concelho em todas as suas vertentes, sendo constituído da seguinte forma: -----

----- Sendo um prémio de autor (num valor global para esta edição superior a quatro mil quinhentos e quarenta e cinco euros), poder-se-ão candidatar os próprios e/ou empresas de comunicação social responsáveis pela difusão de qualquer trabalho de natureza Escrita, Fotográfica, Radiofónica, Televisiva e Multimédia, divulgado no ano de dois mil e quatro, num conjunto de trabalhos a concurso, não superior a três, por cada um dos autores.-----

----- Os trabalhos a concurso serão entregues no Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Oeiras, até ao dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e cinco, podendo qualquer um dos elementos do júri, remeter previamente para apreciação do colectivo, através do Gabinete de Comunicação da Autarquia, outros trabalhos que sejam do seu conhecimento e nos termos do presente clausulado. -----

----- Grande Prémio-----

----- Prémio Câmara Municipal de Oeiras - dois mil e oitocentos euros. -----

----- Segundo Prémio -----

----- Prémio Nestlé - Viagem à Suíça para duas pessoas com visita às instalações da empresa. -- -----

----- Prémio Temático -----

----- Prémio Tagus Parque na categoria Ciência, Tecnologia e Inovação Empresarial - mil setecentos e quarenta e cinco euros. -----

----- Prémio Neves de Sousa-----

----- Prémio de prestígio tendo como fundamento a carreira e/ou versatilidade jornalística patenteadas. No contexto deste prémio poderão ser remetidos para apreciação do júri elementos adicionais não limitados temporalmente. -----



-----A entrega processar-se-á em envelope fechado dirigido ao director do gabinete, contendo onze cópias do trabalho original no suporte em que foi difundido (se for em vídeo deverá ser em formato VHS), devidamente identificado (nome, morada e número de contribuinte), com menção expressa dos meios de comunicação, datas em que foram divulgados, acompanhado por uma breve nota curricular dos autores, não superior a mil e quinhentos caracteres.-----

-----Estes trabalhos serão apreciados na óptica jornalística, por um Júri de reconhecida qualidade, convidado pela Câmara Municipal de Oeiras, e que no âmbito deste normativo é soberano nas suas decisões.-----

-----Propõe-se ainda a atribuição de uma senha de presença aos membros do júri exteriores à Autarquia ou às empresas patrocinadoras no valor de cento e cinquenta euros.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

44 - PROPOSTA Nº. 1422/04 - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS RUAS NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO, JOSÉ FRANCISCO MANANGÃO, CONDESSA DE CUBA, ADRIANO CANAS E JOÃO ROSADO, EM PORTO SALVO (SUBSISTEMA DE PORTO SALVO), NO CONCELHO DE OEIRAS - SMAS:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de onze de Outubro de dois mil e quatro, deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação da empreitada de remodelação das redes de abastecimento de água nas ruas Nossa Senhora de Porto Salvo, José Francisco Manangão, Condessa de Cuba, Adriano Canas e João Rosado, em Porto Salvo (Subsistema de Porto Salvo), no Concelho de Oeiras, à empresa Manuel Simão & Filhos, Limitada, pelo valor de cento e treze mil novecentos e oitenta euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA, com celebração de

contrato escrito, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo.-----

----- Face ao exposto, proponho:-----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, de aprovação da adjudicação da empreitada de remodelação das redes de abastecimento de água nas ruas Nossa Senhora de Porto Salvo, José Francisco Manangão, Condessa de Cuba, Adriano Canas e João Rosado, em Porto Salvo (Subsistema de Porto Salvo), no Concelho de Oeiras, à empresa Manuel Simão & Filhos, Limitada, pelo valor de cento e treze mil novecentos e oitenta euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal;-----

----- Dois - A celebração de contrato escrito.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

45 - PROPOSTA Nº. 1423/04 - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE ROTURAS NA REDE DE ÁGUAS NAS FREGUESIAS DE BARCARENA E PORTO SALVO, NO CONCELHO DE OEIRAS - SMAS: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de onze de Outubro de dois mil e quatro, deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação da empreitada de reparação de roturas na rede de águas nas Freguesias de Barcarena e Porto Salvo, no Concelho de Oeiras, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de setenta e oito mil trezentos e trinta e um euros, acrescido de IVA, com celebração de contrato escrito, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho:-----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, de aprovação da adjudicação da empreitada de roturas na rede de águas nas Freguesias de Barcarena e Porto Salvo, no Concelho de Oeiras, à empresa António Filipe Teodósio &



Companhia, Limitada, pelo valor de setenta e oito mil trezentos e trinta e um euros, acrescido de IVA à taxa legal; -----

-----Dois - A celebração de contrato escrito.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

46 - PROPOSTA Nº. 1424/04 - ADJUDICAÇÃO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARREGAMENTO DIGITAL DA REDE SECUNDÁRIA E DOS RAMAIS DE LIGAÇÃO À REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS - SMAS: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de onze de Outubro de dois mil e quatro, deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação da prestação de serviços de carregamento digital da rede secundária e dos ramais de ligação à rede de drenagem de águas residuais, à empresa MECI, Sociedade Anónima, pelo valor de sessenta e quatro mil e seiscentos euros, acrescido de IVA, com celebração de contrato escrito, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo. -- -----

-----Face ao exposto, proponho: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, de aprovação da adjudicação da prestação de serviços de carregamento digital da rede secundária e dos ramais de ligação à rede de drenagem de águas residuais, à empresa MECI, Sociedade Anónima, pelo valor de sessenta e quatro mil e seiscentos euros, acrescido de IVA à taxa legal; - -----

-----Dois - A celebração de contrato escrito.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

47 - PROPOSTA Nº. 1425/04 - Pº. 92-DIM/DOM/04 - RDL 2/04 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º.

AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Por despacho proferido em trinta de Junho de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Jodofer - Empreiteiros, Sociedade Anónima, pela importância de noventa e quatro mil e quinhentos euros, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. ---

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos, no montante global de trinta e oito mil seiscentos e oitenta euros e dois cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Segundo a informação número setecentos e trinta e dois, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de quarenta mil seiscentos e catorze euros e dois cêntimos, o qual inclui a importância de mil novecentos e trinta e quatro euros de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Jodofer - Empreiteiros, Sociedade Anónima.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

48 - PROPOSTA Nº. 1426/04 - Pº. 258-DIM/DOM/01 - ARRANJO PAISAGÍSTICO DAS PRACETAS GONÇALVES CRESPO, GOMES LEAL E GIL VICENTE, TROÇOS DAS RUAS 25 DE ABRIL E MANUEL TEIXEIRA GOMES, EM CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 23º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e cinco de Setembro de dois mil e dois, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, ao Consórcio Rosado & Frazão, Sociedade Anónima/ Lusifor, Limitada, pela importância de quinhentos e cinquenta e cinco mil cento e



doze euros e vinte e dois cêntimos, com o prazo de execução de dez meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o vigésimo terceiro e último auto de medição de trabalhos, no montante global de quatro mil novecentos e vinte e três euros e oitenta e nove cêntimos, o qual corresponde a trabalhos a mais de natureza não prevista, aprovados em reunião de Câmara de vinte e três de Junho de dois mil e quatro.-----

-----Segundo a informação número seiscentos e vinte e oito, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, sendo o último auto, verifica-se um saldo de setenta e cinco mil duzentos e oitenta e quatro euros e trinta e um cêntimos correspondente aos trabalhos a menos totais da empreitada, dos quais vinte e um mil setecentos e trinta e cinco euros e sete cêntimos (três vírgula noventa e dois por cento) são compensáveis com trabalhos a mais, conforme mapa de compensações anexo à informação número quinhentos e quarenta e cinco, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, respeitante ao auto número vinte e um.-----

-----Ainda segundo a mesma informação, a percentagem dos trabalhos a mais de natureza não prevista sobre o valor da adjudicação é de zero vírgula oitenta e nove por cento, e havendo trabalhos a mais anteriores, o total acumulado cifra-se assim em vinte e sete vírgula cinquenta por cento. - -----

-----Assim, em termos de controlo de custos, a percentagem de trabalhos a mais efectiva, cifra-se em vinte e sete vírgula cinquenta por cento menos três vírgula noventa e dois por cento igual a vinte e três vírgula cinquenta e oito por cento.-----

-----Relativamente ao contrato adicional, os cálculos a efectuar são os seguintes: -----

-----Total de trabalhos a mais (previstos e não previstos): cento e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e seis euros e trinta e quatro cêntimos;-----

-----Trabalhos a mais compensáveis com trabalhos a menos: vinte e um mil setecentos e trinta e cinco euros e sete cêntimos.-----

----- Diferencial: cento e trinta mil novecentos e um euros e vinte e sete cêntimos. -----

----- Mais se informa que, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a menos não compensáveis, no valor de cinquenta e três mil quinhentos e quarenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos; -----

----- - Celebração de contrato adicional da empreitada, no valor de cento e trinta mil novecentos e um euros e vinte e sete cêntimos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição, no valor de cinco mil cento e setenta euros e oito cêntimos, o qual inclui a importância de duzentos e quarenta e seis euros e dezanove cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento ao consórcio Rosado & Frazão, Sociedade Anónima/Lusifor, Limitada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

49 - PROPOSTA Nº. 1427/04 - Pº. 231-DIM/DCAD/03 - BENEFICIAÇÕES DIVERSAS NO PALÁCIO RIBAMAR, EM ALGÉS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. (E ÚLTIMO) AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 8/09/04 - PONTO 47: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Em reunião de Câmara realizada em oito de Setembro de dois mil e quatro, proposta de deliberação número quarenta e sete, foi deliberado aprovar o terceiro e último auto de medição de trabalhos da empreitada em epígrafe. -----

----- Porém, por lapso, foi indicado na proposta o valor do IVA de trezentos e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos, e o valor global de sete mil novecentos e noventa e três euros e doze cêntimos, quando deveriam ter sido indicados os valores de trezentos e oitenta euros e sessenta e três cêntimos e de sete mil novecentos e noventa e três euros e treze cêntimos, respectivamente. -----



-----Em face do que antecede proponho: -----

----- A aprovação da rectificação do valor do IVA no montante de trezentos e oitenta euros e sessenta e três cêntimos.-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de sete mil novecentos e noventa e três euros e treze cêntimos, o qual inclui a importância de trezentos e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Edisserra, Sociedade Anónima.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

50 - PROPOSTA Nº. 1428/04 - Pº. 81-DIM/DOM/04 - RDL 1/04 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Por despacho proferido em onze de Junho de dois mil e quatro foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Jodofer - Empreiteiros, Sociedade Anónima, pela importância de cento e nove mil setecentos e quarenta e nove euros, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. - -----

-----Pela Divisão de Obras Municipais foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos, no montante global de sete mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Segundo a informação número setecentos e trinta e um, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de sete mil novecentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos, o qual inclui a importância de trezentos e setenta e sete euros e

setenta e oito cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Jodofer - Empreiteiros, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

51 - PROPOSTA Nº. 1429/04 - Pº. 90-DIM/DOM/04 - RDL 2/04 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE BARCARENA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Por despacho proferido em onze de Junho de dois mil e quatro foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Canas Correia, Sociedade Anónima, pela importância de cento e quinze mil novecentos e quarenta e nove euros e trinta cêntimos, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos, no montante global de vinte e um mil novecentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número setecentos e setenta, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição no valor de vinte e três mil e cinquenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos, o qual inclui a importância de mil noventa e sete euros e setenta e três cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Canas Correia, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

52 - PROPOSTA Nº. 1430/04 - Pº. 16-DIM/DOM/04 - REMODELAÇÃO DO COLECTOR PLUVIAL DAS RUAS BARTOLOMEU DIAS E LUÍS DE CAMÕES, EM LINDA-A-VELHA -



APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Por despacho proferido em doze de Abril de dois mil e quatro foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela importância de cento e vinte mil sessenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos, com o prazo de execução de cento e oitenta dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Pela Divisão de Obras Municipais foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, no montante global de quarenta e sete mil quatrocentos e vinte euros e quarenta e um cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Segundo a informação número setecentos e sessenta e dois, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

-----A aprovação do presente auto de medição no valor de quarenta e nove mil setecentos e noventa e um euros e quarenta e três cêntimos, o qual inclui a importância de dois mil trezentos e setenta e um euros e dois cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

53 - PROPOSTA Nº. 1431/04 - Pº. 84-DIM/DOM/04 - RDL 1/04 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE BARCARENA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Por despacho proferido em dezoito de Maio de dois mil e quatro foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Guedol - Engenharia, Sociedade Anónima, pela importância de cento e dezoito mil quatrocentos e cinquenta euros, com o prazo de execução de

três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos, no montante global de cento e dezassete mil duzentos e oitenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número setecentos e setenta e seis, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de cento e vinte e três mil cento e quarenta e nove euros e dezassete cêntimos, o qual inclui a importância de cinco mil oitocentos e sessenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Guedol - Engenharia, Sociedade Anónima.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

54 - PROPOSTA Nº. 1432/04 - Pº. 98-DIM/DOM/04 - REPARAÇÃO DA PRACETA DE MOCÂMEDES, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Por despacho proferido em onze de Junho de dois mil e quatro foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à firma Cerâmica Vala, Limitada, pela importância de quarenta e quatro mil cento e oitenta e oito euros, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos, no montante global de dezassete mil trezentos e dez euros e cinquenta e seis cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Segundo a informação número setecentos e trinta e sete, de dois mil e quatro, da



Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de dezoito mil cento e setenta e seis euros e nove cêntimos, o qual inclui a importância de oitocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Cerâmica Vala, Limitada.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

55 - PROPOSTA Nº. 1433/04 - Pº. 188-DIM/DEIP/04 - REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA ARTUR MOURA, EM PORTO SALVO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe foi adjudicada por vinte e um mil quatrocentos e trinta e sete euros e noventa e cinco cêntimos, à firma Alberto Roque, Limitada.-----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de vinte e um mil quatrocentos e trinta e sete euros e noventa e cinco cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e dois mil quinhentos e nove euros e oitenta e cinco cêntimos, o qual inclui a importância de mil setenta e um euros e noventa cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Alberto Roque, Limitada.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

56 - PROPOSTA Nº. 1434/04 - Pº. 13-DIM/DEIP/04 - REMODELAÇÃO DA INSTALAÇÃO ELÉCTRICA NO ALTO DO PUXA FEIXE, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por oito mil trezentos e quarenta e seis euros e vinte e dois cêntimos, à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima.-----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de oito mil trezentos e quarenta e seis euros e vinte e dois cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. - -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de oito mil setecentos e sessenta e três euros e cinquenta e três cêntimos, o qual inclui a importância de quatrocentos e dezassete euros e trinta e um cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

57 - PROPOSTA Nº. 1435/04 - Pº. 221-DIM/DEIP/04 - REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA GUSTAVO LACERDA, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente:-----



-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quinze mil quatrocentos e vinte e um euros, à firma Alberto Roque, Limitada. -----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de quinze mil quatrocentos e vinte e um euros, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dezasseis mil cento e noventa e dois euros e cinco cêntimos, o qual inclui a importância de setecentos e setenta e um euros e cinco cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Alberto Roque, Limitada.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

58 - PROPOSTA Nº. 1436/04 - Pº. 172-DIM/DOM/02 - ARRANJOS EXTERIORES NA ESCOLA BÁSICA Nº. 1 DE CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Em reunião de Câmara de doze de Fevereiro de dois mil e três foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Graviner, Sociedade Anónima, pela importância de cento e oitenta e um mil oitocentos e noventa e cinco euros e quinze cêntimos, com o prazo de execução de seis meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

-----Segundo a informação número setecentos e seis, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, vem a empresa Graviner, Sociedade Anónima, adjudicatária da empreitada acima mencionada, apresentar a revisão de preços a qual se encontra junta ao processo. -----

-----Analisados os cálculos apresentados pelo adjudicatário e tendo procedido à sua verificação, concluiu-se que os referidos cálculos da revisão de preços se encontram correctos e

que importa em seis mil setecentos e oitenta e seis euros e doze cêntimos, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação e liquidação da revisão de preços no valor de sete mil cento e vinte e cinco euros e quarenta e três cêntimos, o qual inclui a importância de trezentos e trinta e nove euros e trinta e um cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Graviner, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

59 - PROPOSTA Nº. 1437/04 - Pº. 209-DIM/DCAD/04 - INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS NA EB 2 E 3 DE MIRAFLORES PARA ADAPTAÇÃO DA ESCOLA EBI Nº. 2 DE ALGÉS - PARQUE INFANTIL - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dezanove mil quatrocentos e trinta euros e cinquenta cêntimos, à empresa Serviciti, Instalação e Manutenção de Mobiliário Urbano, Sociedade Anónima.-----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dezanove mil quatrocentos e trinta euros e cinquenta cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. - -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte mil quatrocentos e dois euros e três cêntimos, o qual inclui a importância de novecentos e setenta e um euros e cinquenta e três cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Serviciti, Instalação e Manutenção de Mobiliário Urbano, Sociedade



Anónima.”

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

60 - PROPOSTA Nº. 1438/04 - Pº. 171-DIM/DCAD/04 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VEDAÇÃO NAS TRASEIRAS DOS PRÉDIOS DA RUA VERA CRUZ, EM STº. AMARO DE OEIRAS - LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 08/09/04 - PONTO 63: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Em reunião de Câmara realizada em oito de Setembro de dois mil e quatro, proposta de deliberação número mil cento e oitenta e sete, foi deliberado aprovar o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada em epígrafe. -----

-----Porém, por lapso, foi indicado na proposta o valor de IVA de oitocentos e vinte e cinco euros e dezoito cêntimos, e o valor global de dezassete mil trezentos e vinte e oito euros e sessenta e oito cêntimos, quando deveriam ter sido indicados os valores de novecentos e cinquenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos e vinte mil sete euros e setenta e cinco cêntimos respectivamente.-----

-----Em face do que acontece, proponho:-----

----- A aprovação da rectificação do valor de IVA no montante de novecentos e cinquenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos. -----

----- A aprovação da rectificação do valor global no montante de vinte mil sete euros e setenta e cinco cêntimos, e o sequente pagamento à firma C.J.G., Construções, Limitada.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

61 - PROPOSTA Nº. 1439/04 - Pº. 164-DIM/PROQUAL/03 - REMODELAÇÃO VIÁRIA DA RUA GENERAL FERREIRA MARTINS, EM ALGÉS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por setenta e três mil cento e cinquenta e quatro euros e três cêntimos, à firma C.J.G. - Construções, Limitada. -----

----- Pelo Gabinete PROQUAL foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de vinte e um mil trezentos e sessenta e sete euros e noventa cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e dois mil quatrocentos e trinta e seis euros e trinta cêntimos, o qual inclui a importância de mil sessenta e oito euros e quarenta cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o seguinte pagamento à firma C.J.G. - Construções, Limitada; -----

----- - Remeter cópia do auto ao Gabinete de Apoio às Relações Institucionais.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

62 - PROPOSTA Nº. 1440/04 - Pº. 163-DIM/DCAD/04 - RECUPERAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DA QUINTA DO ESMERALDO EM STº. AMARO DE OEIRAS DA EB1 Nº. 1 DE ALGÉS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e três mil setecentos e quarenta e três euros e cinco cêntimos, à empresa Serviciti, Instalação e Manutenção de Mobiliário Urbano, Sociedade Anónima. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e três mil setecentos e quarenta e três euros e cinco cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----



-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e quatro mil novecentos e trinta euros e vinte cêntimos, o qual inclui a importância de mil cento e oitenta e sete euros e quinze cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Serviciti, Instalação e Manutenção de Mobiliário Urbano, Sociedade Anónima.”

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

63 - PROPOSTA Nº. 1441/04 - Pº. 104-DIM/DEIP/04 - INSTALAÇÃO ELÉCTRICA, CONSERVAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ESPECIAL NO CONCELHO DE OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por trinta e dois mil novecentos e setenta e sete euros e oitenta cêntimos, à firma Alberto Roque, Limitada. -----

-----Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de trinta e dois mil novecentos e setenta e sete euros e oitenta cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de trinta e quatro mil seiscentos e vinte e seis euros e sessenta e nove cêntimos, o qual inclui a importância de mil seiscentos e quarenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à Alberto Roque, Limitada.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

64 - PROPOSTA Nº. 1442/04 - REQTº. 16161 APENSO AO 642/00 (2º. VOL.) - CEDÊNCIA DE TERRENO PARA DOMÍNIO PÚBLICO, CEDIDO POR MANUEL PEREIRA MATIAS, LDª.:----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por Manuel Pereira Matias, Limitada, com sede na Rua de Pedrouços, número cento e cinco A/C, mil e quatrocentos - duzentos e oitenta e oito Lisboa, na qualidade de proprietário do terreno para construção sito na Rua da Vista Alegre, em Paço de arcos, freguesia de Paço de Arcos. -----

----- Relativo ao processo de construção seiscentos e quarenta e dois, de dois mil - segundo volume, foi apresentado declaração que constituiu o requerimento quatro mil seiscentos e treze, de dois mil e quatro. Em conformidade e com o requerimento de dezasseis de Fevereiro de dois mil e quatro, a autorização das cedências a favor da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Da informação técnica constante do processo verificou-se que as plantas de cedências entregues estão de acordo com o projecto de arquitectura seiscentos e quarenta e dois, de dois mil, deferido a dezassete de Julho de dois mil e três. -----

----- Foi apresentado o requerimento dezasseis mil cento e sessenta e um, de dois mil e quatro, no qual, vem o requerente dar cumprimento à informação requerimento quatro mil seiscentos e treze, de dois mil e quatro, de dezanove de Abril de dois mil e quatro, no qual se verifica qual a área a ceder ao domínio público com cento e três vírgula quarenta e nove metros quadrados, no total, encontra-se em terreno devoluto e tem as seguintes confrontações: -----

----- Arruamentos (quarenta e cinco vírgula setenta e cinco metros quadrados) - Norte - próprio lote, Sul - Rua José Fontana, Nascente - Rua da Vista Alegre, Poente - Rua José Fontana.

----- Logradouro (cinquenta e sete vírgula setenta e quatro metros quadrados) - Norte - próprio lote, Sul - próprio lote, Nascente - próprio lote, Poente - lote vizinho. -----

----- Assim, julga-se de ser de aceitar a realização das cedências a favor da Câmara Municipal de Oeiras, uma vez que o processo apresenta-se devidamente instruído. -----



-----Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

----- Aprovar a aceitação da área a ceder ao domínio público. -----

----- Emitir certidões com vista aos necessários registos na conservatória.-----

----- Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

65 - PROPOSTA Nº. 1443/04 - Pº. 10-GFP/04 - BENEFICIAÇÃO DOS ANTIGOS PAIÓIS DA FÁBRICA DA PÓLVORA DE BARCARENA - ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Por despacho do Senhor Vice-Presidente datado de trinta de Junho de dois mil e quatro, foi autorizada a abertura do concurso limitado sem publicação de anúncio, tendo em vista a execução da empreitada supra mencionada. Para tal foram endereçados convites a cinco empresas, a saber:-----

----- BenefiPinta, Construção Civil, Limitada; -----

----- Canas Correia, Sociedade Anónima; -----

----- C. J. G., Construções, Limitada; -----

----- Copi, Construções Civas, Obras Públicas e Industriais, Limitada; -----

----- Guedol, Engenharia, Sociedade Anónima. -----

-----Das empresas convidadas, quatro apresentaram proposta, sendo a lista de concorrentes admitidos a seguinte:-----

----- Concorrente número um - Canas Correia, Sociedade Anónima; -----

----- Concorrente número dois - C.J.G., Construções, Limitada;-----

----- Concorrente número três - BenefiPinta, Construção Civil, Limitada; -----

----- Concorrente número quatro - Copi, Construções Civas, Obras públicas e Industriais, Limitada.-- -----

-----O prazo para entrega das propostas terminou em nove de Agosto de dois mil e

quatro, tendo o acto público de abertura das mesmas ocorrido no dia seguinte, dez de Agosto de dois mil e quatro. -----

----- A Comissão de Análise das Propostas verificou, de acordo com o critério de adjudicação, que a proposta apresentada pelo concorrente Canas Correia, Sociedade Anónima, com o valor de sessenta e dois mil oitenta euros e noventa e dois cêntimos, é com efeito, a proposta de mais baixo preço. -----

----- Considerando os relatórios de análise e avaliação de propostas com os respectivos anexos como fazendo parte integrante desta proposta de deliberação, proponho à Câmara que aprove: ---- -----

----- - A adjudicação da empreitada denominada beneficiação dos edifícios dos antigos paióis da Fábrica da Pólvora de Barcarena à empresa Canas Correia, Sociedade Anónima, pela quantia de sessenta e dois mil oitenta euros e noventa e dois cêntimos, acrescida de IVA, à taxa legal em vigor e com um prazo de execução de dois meses.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

66 - PROPOSTA Nº. 1444/04 - DESPEJO ADMINISTRATIVO DO EDIFÍCIO SITO NA AVª. PATRÃO JOAQUIM LOPES, Nº. 15, EM PAÇO DE ARCOS, DA ASSOCIAÇÃO POPULAR DE PAÇO DE ARCOS, POR UTILIZAÇÃO DO EDIFÍCIO PARA A ACTIVIDADE DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS/BAR SEM POSSUIR ALVARÁ DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Considerando que a Associação Popular de Paço de Arcos com sede na Avenida Patrão Joaquim Lopes, número quinze, em Paço de Arcos, mantém em funcionamento um estabelecimento de bebidas/bar sem para o efeito possuir o necessário alvará de licença de utilização; -----

----- Considerando que de acordo com o estipulado no artigo primeiro número dois do



Decreto-Lei número cento e sessenta e oito, de noventa e sete, de quatro de Julho, alterado pelos Decretos-Lei número cento e trinta e nove, de noventa e nove, de vinte e quatro de Abril, número duzentos e vinte e dois, de dois mil, de nove de Setembro e número cinquenta e sete, de dois mil e dois, de onze de Março que estabelece o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas (doravante RJERB), são estabelecimentos de bebidas, qualquer que seja a sua denominação, os estabelecimentos destinados a prestar, mediante remuneração, serviços de bebidas e cafetaria no próprio estabelecimento ou fora dele; -

-----Considerando que por força do determinado no artigo primeiro número seis do RJERB, não se consideram estabelecimentos de restauração ou de bebidas as cantinas, os refeitórios e os bares de entidades públicas, de empresas e de estabelecimentos de ensino, destinados a fornecer serviços de alimentação e de bebidas exclusivamente ao respectivo pessoal e alunos, devendo este condicionamento ser devidamente publicitado;-----

-----Verificando-se que pelo facto do referido estabelecimento de bebidas/bar detido pela Associação Popular de Paço de Arcos não se enquadrar no artigo primeiro número seis do RJERB, deve o mesmo ser considerado como estabelecimento de bebidas para efeitos do artigo primeiro número dois do RJERB, e como tal sujeito ao seu regime normativo;-----

-----Considerando que por força do artigo décimo quarto número um do RJERB, “O funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas depende apenas da titularidade do alvará de licença ou de autorização de utilização para serviços de restauração ou de bebidas (...)”, ou seja, carece aquele espaço de licença de utilização própria para esse efeito.--

-----Dispondo o artigo centésimo nono número um do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro alterado pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho que “(...) o presidente da câmara municipal é competente para ordenar e fixar prazo para a cessação da utilização de edifícios ou de suas fracções autónomas quando sejam ocupadas sem a necessária licença ou

autorização de utilização (...)”. -----

----- Dispondo ainda o artigo centésimo nono número dois do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro alterado pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho que, “Quando os ocupantes dos edifícios ou suas fracções não cessem a utilização indevida no prazo fixado, pode a câmara municipal determinar o despejo administrativo (...)”. -----

----- Considerando ainda que a actividade desenvolvida pela Associação Popular de Paço de Arcos é insusceptível de ser licenciada pelo facto de se encontrar projectada para o referido espaço a construção do Auditório Municipal José de Castro. -----

----- Verificando-se a necessidade premente por parte desta Edilidade em realizar um estudo geológico no local com vista à execução do referido auditório. -----

----- Considerando ainda que o referido estabelecimento de bebidas/bar detido pela Associação Popular de Paço de Arcos não cumpre as normas de higiene e saúde previstas no Decreto-Lei número trezentos e trinta e seis, de noventa e três, de vinte e nove de Setembro, criando assim condições de grave risco para a saúde pública. -----

----- Considerando os factos supra descritos, justifica-se a preterição do procedimento previsto no artigo centésimo nono número um do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho, devendo ser imediatamente ordenado o despejo administrativo daquele espaço. -----

----- Propõe-se que: -----

----- - A Câmara Municipal delibere, nos termos das disposições legais, supra indicadas, e atentos os factos supra referidos, o despejo administrativo do edifício sito na Avenida Patrão Joaquim Lopes, número quinze, em Paços de Arcos. -----

----- - Comunicar o teor da presente proposta de deliberação à notificada.” -----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

67 - PROPOSTA Nº. 1445/04 - APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DOS CONCELHOS DE OEIRAS E AMADORA, NO ÂMBITO DA ANIMAÇÃO E ILUMINAÇÃO NO NATAL:-----

-----I - O Senhor Vereador Ferreira de Matos apresentou à Câmara a seguinte proposta: --

-----“Ciente da importância que assume na nossa sociedade a época Natalícia, a Câmara Municipal de Oeiras, em colaboração com a Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora, assume a tarefa de decorar alguns locais do Município, na expectativa de contribuir não apenas para a valorização do nosso património como para a dinamização do comércio do Concelho.-----

-----Solicitada pela ACECOA a proposta de iluminação e respectivo orçamento, cifra-se o valor total das iluminações em trezentos e treze mil cento e oitenta e três euros e um centimo, com IVA incluído.-----

-----Ao abrigo do protocolo firmado entre a CMO e a ACECOA em quatro de Novembro de dois mil e três, de acordo com o constante na cláusula nona e comparticipação financeira a alterar na cláusula segunda, número dois, alíneas a), b) e c), o subsídio a atribuir pela Câmara Municipal de Oeiras à Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora traduzir-se-á no valor de duzentos e noventa e sete mil quinhentos e vinte e três euros e oitenta e seis centimos, cabendo à ACECOA angariar os restantes cinco por cento no valor de quinze mil seiscientos e cinquenta e nove euros e quinze centimos.-----

-----Por ser de toda a conveniência definir com rigor a relação entre a ACECOA para este efeito, propõe-se a aprovação do protocolo conforme minuta que a seguir se transcreve:-----

----- “Protocolo Entre a Câmara Municipal de Oeiras e -----

-----a Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora-----

----- Preâmbulo-----

Ciente da importância que assume na nossa sociedade a época Natalícia, a Câmara Municipal de Oeiras em colaboração com a Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora, assumem a tarefa de decorar alguns locais do Município na expectativa de contribuir não apenas para a valorização do nosso património como para a dinamização do comércio do concelho. - -----

Neste sentido é celebrado o presente protocolo, de acordo com a deliberação de Câmara número mil quatrocentos e cinquenta e três, de vinte e dois de Outubro de dois mil e três; -----

Entre -----

Município de Oeiras, Pessoa Colectiva de Direito Público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por José Ferreira de Matos, Vereador da Câmara Municipal de Oeiras, casado, natural da Freguesia de Espinhel, Concelho de Águeda, -----
com domicílio necessário neste edifício, cujos poderes lhe são conferidos pelo despacho número quarenta e quatro, de dois mil e dois, da Senhora Presidente da Câmara, e, adiante designado por primeiro outorgante; -----

E -----

Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora, Pessoa Colectiva número quinhentos milhões novecentos e oitenta e sete mil quinhentos e cinquenta e seis, com sede na Rua Parque Anjos, seis-B, em Algés, neste acto representado pelo seu Presidente João Manuel de Oliveira Antunes, Bilhete de Identidade número cinco milhões cento e noventa e três mil e oitenta e oito barra nove, emitido em quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, número de contribuinte cento e quarenta e cinco milhões duzentos e trinta e oito mil seiscientos e quarenta e quatro, e José Augusto Alves Anes, Bilhete de Identidade número um milhão novecentos e quarenta e seis mil quinhentos e vinte e seis, emitido em oito de Setembro de mil novecentos e oitenta e seis pelos Serviços de



Identificação Civil de Lisboa, número de contribuinte cento e quarenta e três milhões quatrocentos e trinta mil novecentos e oitenta, adiante designado por segundo outorgante. -----

----- Cláusula Primeira -----

----- (Objecto) -----

O presente protocolo estabelece as condições de colaboração, entre as duas outorgantes, para a instalação das iluminações de Natal no Concelho de Oeiras. -----

----- Cláusula Segunda -----

----- (Obrigações da Câmara Municipal de Oeiras) -----

Um - Compete ao Município de Oeiras: -----

a) Criar condições para a instalação das iluminações de Natal, nos locais constantes do Anexo Primeiro do presente protocolo, privilegiando as zonas comerciais; -----

b) Contribuir financeiramente com a quantia de duzentos e noventa e sete mil quinhentos e vinte e três euros e oitenta e seis cêntimos, para as iluminações de Natal (equivalente a noventa e cinco por cento do custo total); -----

c) Nos termos do Edital Camarário número cento e cinquenta e quatro, de noventa e sete, de dez de Abril, com as alterações introduzidas pelo Edital Camarário número quatrocentos e vinte e nove, de noventa e oito, de doze de Novembro, autorizar, durante o período previsto na cláusula quarta deste protocolo, que os estabelecimentos comerciais nos locais constantes do Anexo Primeiro, funcionem até às vinte horas todos os dias da semana, e sábados, permanecendo em funcionamento também à hora do almoço. -----

Dois - A comparticipação financeira prevista na alínea b) do número anterior, será efectuada em duas prestações, a liquidar nos termos seguintes: -----

a) Cento e quarenta e oito mil setecentos e sessenta e um euros e noventa e três cêntimos, a liquidar até ao dia quinze de Novembro de dois mil e quatro; -----

b) Cento e quarenta e oito mil setecentos e sessenta e um euros e noventa e três cêntimos, a

liquidar até ao dia vinte de Dezembro de dois mil e quatro;-----

c) O encargo resultante do presente protocolo será satisfeito pela dotação orçamental seguinte:
classificação orgânica: cento e cinco mil seiscientos e oitenta e oito - três ponto quatro ponto dois
ponto um ponto zero zero quatro, classificação económica zero dois ponto zero dois ponto vinte
e cinco.-----

-----Cláusula Terceira-----

----- (Obrigações da Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e
Amadora)- -----

Compete à Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora: -----

a) Diligenciar, junto dos comerciantes dos locais constantes no anexo primeiro, para que
funcionem com o horário estabelecido nos termos da cláusula segunda, alínea c); -----

b) Contribuir financeiramente para as iluminações de Natal com a quantia equivalente a cinco
por cento do custo total, valor a acrescentar ao referido montante.-----

-----Cláusula Quarta-----

----- (Período de autorização) -----

O período de autorização da primeira outorgante, prevista na alínea c) da cláusula segunda,
inicia-se na segunda semana de Novembro e finda no dia seis de Janeiro. -----

-----Cláusula Quinta-----

----- (Locais)-----

No caso de existir viabilidade financeira, a primeira outorgante poderá indicar outros locais para
instalação de iluminações de Natal, para além dos que estão previstos no Anexo Primeiro. -----

----- Cláusula Sexta-----

----- (Resolução e denúncia)-----

Um - O incumprimento das obrigações constantes das cláusulas segunda e terceira do presente
protocolo concede aos seus outorgantes o direito de resolução, a qual deverá ser efectuada



através de comunicação escrita à outra parte, por carta registada com aviso de recepção. -----

Dois - A denúncia do presente protocolo poderá ser efectuada por qualquer dos outorgantes, mediante a comunicação escrita à outra parte, por carta registada com aviso de recepção, até ao dia um de Novembro. -----

Três - A denúncia do protocolo nos termos do número anterior, não confere direito de indemnização a qualquer das partes. -----

----- Cláusula Sétima -----

----- (Revisão e aditamentos)-----

Um - O presente protocolo pode ser modificado ou revisto por acordo entre as partes. -----

Dois - A parte interessada na revisão do protocolo deverá enviar à outra uma proposta fundamentada, onde conste a sua pretensão. -----

Três - Todos os aditamentos e revisões somente serão válidos se realizados por escrito, com expressa menção das cláusulas eliminadas, aditadas ou modificadas e desde que, expressamente aprovadas pelas partes.-----

----- Cláusula Oitava-----

----- (Foro) -----

Em qualquer litígio entre as partes, emergente de interpretação, execução ou revisão do presente protocolo, será competente, com expressa renúncia a qualquer outro, o foro da Comarca de Oeiras.-----

----- Cláusula Nona -----

----- (Vigência e renovação) -----

Este protocolo produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa com a conclusão do evento, renovando-se automaticamente por um período de três anos, se não for resolvido ou denunciado por nenhum dos outorgantes nos termos da cláusula sexta. -----

Paços do Concelho de Oeiras, ... de ... dois mil e quatro”.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

----- Após esta votação entrou na sala o Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier-----

68 - PROPOSTA Nº. 1446/04 - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL PARA EQUIPAMENTO E OBRAS:-----

----- I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “Um - Introdução-----

----- Reconhecendo a Autarquia o importante papel que as Instituições Particulares de Solidariedade Social desempenham na promoção do bem-estar da comunidade, fazendo face a problemas que emergem no actual contexto social e que implicam a implementação de novas respostas, procura-se contribuir para que estas organizações consigam conjugar os recursos necessários para se redimensionarem e corresponder aos novos desafios. -----

----- De facto, às organizações que actuam no âmbito da economia social cabe hoje essencialmente um papel de agentes de um processo de desenvolvimento de competências, para que os indivíduos e as famílias possam encontrar meios de satisfação vivencial e de catalisação de virtualidades individuais e colectivas. -----

----- É com base num compromisso mútuo entre a Autarquia e as diferentes Instituições que nesta área intervêm a nível do Concelho, que se pretende encontrar formas de ultrapassar fragilidades e potenciar a força, a criatividade e o empenhamento para atingir resultados significativos na consolidação de oportunidades e estratégias concretas de inserção. -----

----- Dois - Proposta -----

----- Deste modo, considera-se de interesse apoiar financeiramente as Instituições que apresentam diferentes necessidades de remodelação/conservação das suas instalações, aquisição de equipamento, reformulação e/ou alargamento das diversas valências e implementação de novos projectos. -----

----- Face ao que antecede, propõe-se: -----



-----Dois.um - A aprovação de uma comparticipação financeira no montante global de quarenta mil trinta e oito euros, a atribuir às Instituições constantes da listagem que a seguir se transcreve, de acordo com o valores que nela estão discriminados. -----

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico para a importância acima referida. -----

-----Dois.três - Comunicação às Instituições. -----

-----Dois.quatro - Pagamento sequente. -----

-----“Instituição / Acções a apoiar / Valor a propor -----

-----Apoio - Associação de Solidariedade Social / Aquisição de uma viatura para apoio às diversas valências / três mil e quinhentos euros. -----

-----Centro Comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores / Aquisição de: picadora industrial; disco para robot de cozinha; batedeira industrial; câmara frigorífica e de congelação / quatro mil euros. -----

-----Centro Social Paroquial de São Miguel de Queijas / Aquisição de materiais para os diversos ateliers / mil e quinhentos euros. -----

-----Centro Social Paroquial de São Romão de Carnaxide / Aquisição de equipamento e materiais para o desenvolvimento de oficinas criativas com crianças e idosos / mil e quinhentos euros. -----

-----Centro Social Senhor Jesus dos Aflitos da Paróquia da Cruz-Quebrada/Dafundo / Alargamento do apoio domiciliário aos fins-de-semana / três mil euros. -----

-----Associação Popular de Paço de Arcos / Aquisição de catres; reorganização da segurança das instalações / dois mil duzentos e cinquenta euros. -----

-----Associação de Moradores do Bairro Vinte e Cinco de Abril / Comparticipação nas despesas de aquisição de autocarro / quatro mil novecentos e oitenta e oito euros. -----

-----Associação de Moradores do Bairro Vinte e Cinco de Abril / Alargamento da resposta ao nível da valência de apoio domiciliário / mil e quinhentos euros. -----

----- Centro de Assistência Infantil Nossa Senhora das Dores / Obras de conservação: renovação do pavimento de algumas salas / três mil euros. -----

----- Casa de Nossa Senhora de Fátima / Pinturas no jardim de infância; aquisição de livros para a biblioteca pré-escolar / dois mil e oitocentos euros. -----

----- Centro Sagrada Família / Acções de inclusão social e cívica; trabalho com famílias; formação profissional - aquisição de equipamento e materiais / quatro mil euros. -----

----- Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo / Precisam de uma marquesa para a realização de tratamentos de reabilitação; apoio ao funcionamento do sector de reabilitação e terapia ocupacional / mil e quinhentos euros. -----

----- Centro Social Paroquial de Cristo-Rei / Aquisição de equipamento para a entrada em funcionamento do espaço sénior / mil e quinhentos euros. -----

----- Núcleo de Instrução e Beneficência - Casa da Criança “Rainha Santa Isabel” / Limpeza - pintura das paredes exteriores do edifício / três mil euros.-----

----- Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo / Ampliação da resposta na valência de apoio domiciliário / dois mil euros. -----

----- Total - quarenta mil e trinta e oito euros”.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

69 - PROPOSTA Nº. 1447/04 - APOIO À EDIÇÃO DE LIVRO SOBRE O 50º. ANIVERSÁRIO DO LICEU NACIONAL DE OEIRAS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um - Introdução-----

----- A Escola Secundária Sebastião e Silva comemorou em Dezembro de dois mil e dois o cinquentenário da criação do Liceu de Oeiras. Numa iniciativa da Associação de Antigos Alunos e Amigos, que se encontra formalmente constituída, congregando personalidades de reconhecido mérito e prestígio, possui sede na escola e desenvolve diversas actividades com



carácter regular, foi editado um livro alusivo ao “Liceu”, contando com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras e da Câmara Municipal de Cascais. -----

-----Trata-se de uma publicação de inegável qualidade, em que é feita referência à história e evolução deste estabelecimento de ensino, encontrando-se prevista para breve a sua reedição, face ao sucesso da primeira edição.-----

-----Dois - Proposta-----

-----Em face do exposto e ao interesse da Câmara em associar-se a esta edição, proponho:

-----Dois.um - A concessão de um apoio financeiro à Associação de Antigos Alunos e Amigos do Liceu Nacional de Oeiras / Escola Secundária Sebastião e Silva, no valor de quatro mil e novecentos euros; -----

-----Dois.dois - Pagamento sequente -----

-----Dois.três - comunicação à Associação.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

70 - PROPOSTA Nº. 1448/04 - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO OLIVEIRA, Nº. 1, 3º. B, B °. ALTO DOS BARRONHOS, EM CARNAXIDE, AO AGREGADO FAMILIAR DE VIRGÍNIA SIMÕES: -----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Na sequência da informação número dois mil cento e vinte e três, de dois mil e quatro, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- A atribuição do fogo sito no Largo Idálio Oliveira, número um, terceiro-B, do Bairro Alto dos Barronhos, em Carnaxide, ao agregado familiar de Virgínia Simões, com a aplicação da renda no valor de seis euros e quarenta e dois cêntimos.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

71 - PROPOSTA Nº. 1449/04 - TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO SITO NA RUA ANTÃO GONÇALVES, Nº. 8, 2º. ESQº., Bº. DOS

NAVEGADORES PARA JOSÉ ALBERTINO BORGES: -----

----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência das informações números mil oitocentos e vinte e quatro e dois mil e oitenta e sete, de dois mil e quatro, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- - A transmissão da titularidade do contrato de arrendamento do fogo sito na Rua Antão Gonçalves, número oito, segundo esquerdo, Bairro dos Navegadores, para José Albertino Borges de Brito e Maria Alice Borges de Brito, em virtude da renúncia ao arrendamento social por parte do representante de família Jaime de Brito.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

72 - PROPOSTA Nº. 1450/04 - REGTº. Nº. 25400/03 - SP-18/96 (2º. VOL.) - COLOCAÇÃO DE LOMBAS NA VIA SEM NOME NO ALTO DO LAGOAL, NO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES DA CERCASCAIS - PAÇO DE ARCOS: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Vereador Luís Pires: -----

----- “Vem o Senhor Jorge Martins da CerCascais, através do registo número vinte e cinco mil e quatrocentos, de dois mil e três, solicitar a necessidade de colocação de lombas, na via sem nome no Alto do Lagoal, no acesso às instalações da CerCascais, em Paço de Arcos, devido à ocorrência de um pequeno incidente. -----

----- Analisada a pretensão, foi elaborada a informação técnica número mil e sessenta e oito, de dois mil e quatro, da Divisão de Trânsito e Transportes. -----

----- Porque se trata de um acesso local, a velocidade de circulação deverá ser de trinta quilómetros por hora, apesar do volume de tráfego ser reduzido. A circulação em contra-mão de veículos que saem da oficina representa um factor de risco acrescido, assim sendo achamos que não deverão ser colocadas lombas naquele nicho. -----

----- Em face do que antecede proponho à Câmara que delibere a implementação das



seguintes medidas:-----

-----a) Colocar um sinal H-quatro - via sem saída;-----

-----b) Colocar no mesmo prumo do H-quatro, um sinal C-dezasseis - paragem e estacionamento proibidos a substituir o C-quinze existente (estacionamento proibido); -----

-----c) Colocar um sinal C-treze - proibição de exceder a velocidade máxima de trinta quilómetros por hora; -----

-----d) No mesmo prumo, colocar um sinal H-três - via de sentido único;-----

-----e) Colocar um sinal A-vinte e cinco - trânsito nos dois sentidos; -----

-----f) No mesmo prumo, colocar um sinal C-vinte-B - fim de limite de velocidade; -----

-----g) Colocar um sinal C-um - sentido proibido; -----

-----h) As marcas longitudinais devem ser prolongadas, M-um linha contínua, M-dois - linha descontínua e M-três - linha mista;-----

-----i) Nos sentidos únicos devem ser pintadas setas de configuração, iguais às de selecção M-quinze, para reforçarem o sentido de circulação (três em cada sentido); -----

-----j) Pintar as marcas M-quinze-A e M-quinze-B, respectivamente à esquerda e à direita;-----

-----k) A marca reguladora de estacionamento e paragem M-doze - linha amarela contínua, deve ser repintada em toda a sua extensão.-----

-----Nota: Os sinais D-um-A (sentido obrigatório para a direita), D-três-A (obrigação de contornar o obstáculo) e os espelhos parabólicos existentes são de manter.-----

-----l) Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação; -----

-----m) Dar conhecimento das medidas adoptadas à Junta de Freguesia de Paço de Arcos e também à Divisão da P.S.P. para reforço da fiscalização.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**CIRCULAÇÃO DOS TRANSPORTES COLECTIVOS NA RUA TENENTE GENERAL
ZEFERINO SEQUEIRA E ZONA ENVOLVENTE, EM CARNAXIDE:-----**

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo
Senhor Vereador Luís Pires: -----

----- “A melhoria da mobilidade no nosso Concelho, constitui uma preocupação que
conduz à procura de soluções com esse objectivo.-----

----- É do conhecimento de quem se ocupa do estudo desta matéria, que a melhoria da
mobilidade passa pela implementação de medidas correctoras dos hábitos de transporte dos
portugueses, entre as quais, medidas que incentivem a utilização do transporte público em
detrimento do transporte individual. -----

----- A par das preocupações quanto à mobilidade, também o excesso de emissão de gases
poluidores deteriorando o ambiente, devem conduzir-nos à redução do número de veículos que
circulam diariamente, o que se conseguirá com o aumento de utilizadores do transporte público.

----- Uma das condições para que a transferência se materialize, passa por aumentar a
velocidade comercial dos transportes públicos, o que se pode conseguir descriminando
positivamente a circulação das viaturas afectas a esse tipo de transporte, para o que devemos
criar corredores onde apenas circulem os transportes colectivos, os conhecidos corredores Bus. -

----- Para persecução dos objectivos enunciados foi desenvolvido um projecto de melhoria
das condições de circulação dos transportes colectivos em Carnaxide, mais concretamente num
dos nós identificados como altamente penalizadores para os mesmos, como é o caso da Rua
Tenente General Zeferino Sequeira e a área envolvente, o que leva à realização de obras de
correcção geométrica, por razões que se prendem com a segurança rodoviária e também com a
funcionalidade (informação número duzentos e cinquenta e seis, de dois mil e dois, da Divisão
de Trânsito e Transportes, planta dois junta ao processo).-----

----- Assim, considera-se fundamental desenvolver e promover a circulação viária



utilizando sentidos únicos e outras medidas ordenadoras do trânsito, em determinados troços (Informação número mil e setenta e dois, de dois mil e quatro, da Divisão de Trânsito e Transportes, planta um junta ao processo).-----

-----A solução agora proposta implica sinalização global adequada, conforme definida (planta três junta ao processo).-----

-----Em face do que antecede proponho à Câmara que delibere:-----

-----a) Aprovar o esquema de circulação, apresentado na planta um, à escala um por mil, anexa à informação número mil e setenta e dois, de dois mil e quatro, da Divisão de Trânsito e Transportes; -----

-----b) Aprovar as alterações geométricas, apresentadas na planta dois à escala um por mil, anexa à informação número mil e setenta e dois, de dois mil e quatro, da Divisão de Trânsito e Transportes; -----

-----c) Aprovar a sinalização horizontal, apresentada na planta três à escala um por quinhentos, anexa à informação número mil e setenta e dois, de dois mil e quatro, da Divisão de Trânsito e Transportes;-----

-----d) Dar conhecimento das medidas adoptadas à Junta de Freguesia de Carnaxide, à Divisão de Oeiras da PSP e à Vimeca Transportes, Limitada.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

74 - PROPOSTA Nº. 1452/04 - Pº. 152-DIM/DOM/02 - CONSTRUÇÃO DE NICHOS DE DECOMPOSIÇÃO AERÓBIA NO CEMITÉRIO DE OEIRAS - 2ª. FASE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Em reunião de Câmara de catorze de Janeiro de dois mil e quatro foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à firma Mateus & Irmãos, Limitada, pela importância de cento e treze mil novecentos e cinquenta e oito euros e quarenta cêntimos, com o prazo de

execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Pela Divisão de Obras Municipais foi elaborado o quarto auto de medição de trabalhos, no montante global de cinco mil oitenta e cinco euros e vinte cêntimos, o qual corresponde a trabalhos a mais de natureza prevista e não prevista. -----

----- Segundo a informação número seiscentos e doze, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos não previstos, por omissão no mapa de medições inicial, são fundamentais a sua execução para o eficaz funcionamento dos nichos, visto que os líquidos provenientes dos corpos têm que ser encaminhados para poços absorventes, não previstos, respectiva drenagem dos líquidos e produtos bacteriológicos enzimáticos a aplicar nos poços para absorção dos líquidos: -----

----- Natureza dos Trabalhos / Quantidade / Preço Unitário / Total -----

----- Fornecimento e assentamento de depósito e respectiva tampa em polipropileno com capacidade de mil litros / um valor global / seiscentos e quarenta e quatro euros / seiscentos e quarenta e quatro euros. -----

----- Fornecimento e assentamento de caixa em PVC com quarenta e três por quarenta e três centímetros / duas unidades / trezentos euros / seiscentos euros. -----

----- Fornecimento e assentamento de tubo de queda em PVC diâmetro noventa milímetros / três unidades / noventa e seis euros / duzentos e oitenta e oito euros. -----

----- Levantamento de lancil existente, incluindo a fundação / quarenta e três metros lineares / doze euros / quinhentos e dezasseis euros. -----

----- Fornecimento e execução de caixas em alvenaria de tijolo com cinquenta por cinquenta centímetros / quatro unidades / trezentos euros / mil e duzentos euros. -----

----- Fornecimento e execução de poço absorvente constituído por uma cúpula / uma unidade / trezentos e vinte euros / trezentos e vinte euros. -----



-----Realização de sondagem no solo junto ao edifício de nichos existentes / um valor global / noventa e seis euros / noventa e seis euros. -----

-----Execução de ligação do depósito ao poço absorvente, com tubo em PVC diâmetro noventa milímetros / um valor global / quatrocentos e trinta e cinco euros e vinte cêntimos / quatrocentos e trinta e cinco euros e vinte cêntimos. -----

-----Fornecimento de produto bacteriológico enzimático para degradação de matéria orgânica / quarenta unidades / vinte e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos / novecentos e oitenta e seis euros. -----

-----Os trabalhos a mais de natureza não prevista apresentados anteriormente carecem de sancionamento, e a percentagem dos trabalhos a mais do presente auto sobre o valor de adjudicação é de quatro vírgula quarenta e seis por cento. -----

-----Não havendo trabalhos a mais anteriores, o total acumulado de trabalhos a mais cifra-se em quatro vírgula quarenta e seis por cento. -----

-----Pelo exposto anteriormente, verificou-se que se ultrapassou o valor de adjudicação, pelo que se tornará necessária a elaboração de um contrato adicional da empreitada, no valor de cinco mil oitenta e cinco euros e vinte cêntimos. -----

-----Ainda segundo a mesma, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação dos preços unitários e dos trabalhos a mais de natureza não prevista, no valor de cinco mil oitenta e cinco euros e vinte cêntimos. -----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de cinco mil trezentos e trinta e nove euros e quarenta e seis cêntimos, o qual inclui a importância de duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mateus Irmãos, Limitada. -----

----- A elaboração de contrato adicional no valor de cinco mil oitenta e cinco euros e

vinte cêntimos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

75 - PROPOSTA Nº. 1453/04 - CEDÊNCIA DE VIATURA À OEIRAS VIVA, E.M.: -----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

----- “Tendo em consideração que: -----

----- a) pela proposta de deliberação número mil setecentos e trinta e seis, de dois mil e três, relativa à reunião do Executivo Municipal ocorrida em vinte e um de Setembro de dois mil e três, foi transferida para a Oeiras Viva, Empresa Municipal, a gestão do programa CiclOeiras;

----- b) para a prossecução da manutenção e conservação corrente das bicicletas, conforme contemplado no ponto A-três, bem como da movimentação das mesmas entre Postos de Atendimento, é necessária a utilização de uma viatura; -----

----- c) o Programa CiclOeiras contemplava a aquisição de uma viatura pela CMO;-----

----- Propõe-se que a CMO disponibilize à Oeiras Viva, Empresa Municipal, uma viatura nas condições seguintes:-----

----- Um - Marca Opel, modelo Vivaro, com a matrícula setenta e dois-vingte e oito-XX; --

----- Dois - A referida viatura foi adquirida sob o regime de Aluguer Operacional à empresa LeasePlan Portugal, Limitada, conforme contrato número quinhentos e sessenta e oito, cujo cópia se anexa ao processo. -----

----- Três - Os custos (rendas) conexos com este contrato são suportados pela CMO. -----

----- Quatro - O referido contrato inclui os custos com o seguro automóvel, Imposto de Circulação, a manutenção da viatura e veículo de substituição, sendo da responsabilidade da Oeiras Viva, Empresa Municipal, garantir o seu bom estado de funcionamento e conservação, bem como o contacto com a locadora de forma a programar e executar as acções periódicas e pontuais de manutenção e/ou reparação nas oficinas reparadoras que se encontram autorizadas para o efeito. -----



-----Cinco - Os custos correntes, nomeadamente o combustível, são da responsabilidade da Oeiras Viva, Empresa Municipal.-----

-----Seis - Tal como indicado no ponto quatro do presente, o Seguro Automóvel e Imposto de Circulação, foram contratados pela CMO junto da LeasePlan, sendo que o Seguro Automóvel possui a apólice número oitocentos e sessenta milhões trezentos e trinta e três.-----

-----Sete - Todos os custos relacionados com o seguro automóvel, à excepção dos incluídos no contrato, serão da responsabilidade da Oeiras Viva, Empresa Municipal. -----

-----Oito - A CMO desde já autoriza os funcionários da Oeiras Viva, Empresa Municipal, e/ou da Divisão de Viaturas e Máquinas da CMO, ou ainda de outras unidades orgânicas, habilitados com carta de condução, a conduzir a viatura, devendo desde já informar a locadora referida em dois) desta autorização.-----

-----Nove - A Oeiras Viva, Empresa Municipal, garante que todos os seus funcionários que utilizem a viatura, como condutor ou passageiros, o farão exclusivamente ao serviço da empresa, e que estão cobertos pelo seguro de acidentes de trabalho e/ou de acidentes pessoais contratado pela empresa.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

-----Nesta votação não participaram os Senhores Vereadores José Eduardo Costa e Jorge Barreto Xavier, devido a ausência momentânea. -----

76 - PROPOSTA Nº. 1454/04 - ACORDO DE COLABORAÇÃO DE UTILIZAÇÃO E GESTÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DA EB 2,3 DE SÃO BRUNO:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um - Introdução -----

-----Nos últimos anos, a crescente importância dada pelo Município ao desenvolvimento da rede de infra-estruturas desportivas no Concelho de Oeiras, nomeadamente as pertencentes a estabelecimentos de ensino, traduz-se numa melhoria da quantidade e qualidade da oferta de

instalações para a prática desportiva, quer da comunidade escolar, quer da não escolar, onde também se insere a comunidade desportiva do concelho.-----

----- É do interesse da Câmara Municipal de Oeiras colaborar com os órgãos de administração e gestão da referida escola, no sentido de contribuir para o proporcionar das condições ideais de utilização e gestão do Pavilhão Desportivo, da sala de Ginástica e do Polidesportivo exterior da Escola. -----

----- Dois - Proposta -----

----- Assim, tendo por objectivo o estabelecimento do Acordo de Colaboração de Utilização e Gestão do Pavilhão Desportivo da EB Dois, Três de São Bruno, proponho: -----

----- Dois.um - Aprovação da celebração do Acordo de Colaboração, que a seguir se transcreve; -----

----- Dois.dois - Aprovação da minuta do Acordo de Colaboração.-----

----- Dois.três - Comunicação à escola. -----

----- “Acordo de Colaboração de Utilização e Gestão do -----

----- Pavilhão Desportivo, da Sala de Ginástica e do Polidesportivo-----

----- Exterior da EB Dois, Três de São Bruno-----

É celebrado o presente Acordo de Colaboração entre: -----

A Escola Básica Dois, Três de São Bruno adiante designada por Escola, ou primeiro outorgante, e neste acto representada pela Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento de Escolas São Bruno; -----

E -----

A Câmara Municipal de Oeiras adiante designada por CMO, ou segundo outorgante, neste acto representada pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal; -----

que se rege pelo seguinte articulado: -----

Artigo primeiro - O presente Acordo de Colaboração tem por objectivo estabelecer as condições



de utilização do Pavilhão Desportivo, da sala de Ginástica e do Polidesportivo exterior da Escola;-----

Artigo segundo - a) A gestão do Pavilhão Desportivo, da sala de Ginástica e do Polidesportivo exterior é da responsabilidade da CMO, que deve assegurar o seu bom funcionamento, incluindo os meios humanos e materiais necessários, os consumos de água, de energia eléctrica, de gás e de limpeza; -----

b) A CMO procederá aos pagamentos regulares dos consumos de água, de energia eléctrica e gás, cujo registo é autónomo e controlado pela Câmara Municipal;-----

Artigo terceiro - Cabe à CMO assegurar a manutenção e a conservação do Pavilhão Desportivo, da sala de Ginástica e do Polidesportivo exterior;-----

Artigo quarto - A CMO obriga-se a facultar a utilização do Pavilhão Desportivo à Escola, por forma a permitir satisfazer as necessidades curriculares e de complemento curricular;-----

Artigo quinto - A calendarização das utilizações regulares deverá, em regra, ser afixada até ao décimo dia útil do primeiro mês de cada ano lectivo, por acordo estabelecido entre os outorgantes;-----

Artigo sexto - A Escola obriga-se a assegurar o apoio de meios humanos durante o período de utilização da referida instalação desportiva, bem como o controlo das entradas e saídas dos alunos, nos períodos de utilização pelo estabelecimento de ensino; -----

Artigo sétimo - Pela utilização das referidas instalações a Escola pagará uma taxa de dez euros e sessenta e seis cêntimos por hora, acrescidos da taxa legal de IVA em vigor. A periodicidade do pagamento deve ser trimestral;-----

Artigo oitavo - Este valor é actualizado anualmente, de acordo com o índice de preços ao consumidor (IPC); -----

Artigo nono - O presente Acordo de Colaboração entra em vigor na data da sua assinatura e tem vigência até ao último dia de actividades do ano lectivo de dois mil e quatro/dois mil e cinco;----

Artigo décimo - O presente Acordo de Colaboração será tacitamente renovável por períodos de duração equivalentes a um ano lectivo; -----

Artigo décimo primeiro - O presente Acordo de Colaboração poderá ser denunciado por qualquer dos outorgantes, caso exista fundamento para tal, devendo a outra parte ser avisada com a antecedência mínima de sessenta dias; -----

Artigo décimo segundo - A CMO delegará na Oeiras Viva, Empresa Municipal, as obrigações assumidas ao abrigo deste Acordo de Cooperação.-----

Oeiras, ... de Outubro de dois mil e quatro. -----

A Presidente da Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento de Escolas São Bruno - (Paulina Isabel Castilho Monteiro);-----

A Presidente da Câmara Municipal - (Teresa Pais Zambujo)”.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

77 - PROPOSTA Nº. 1455/04 - REALOJAMENTO DE 90 FAMÍLIAS NO EMPREENDIMENTO PATEO DOS CAVALEIROS II:-----

----- I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com o proposto na informação número dois mil cento e cinquenta e seis, de dois mil e quatro, do Departamento de Habitação, datada de onze de Outubro e despachos nela exarados, propõe-se: -----

----- Um - A aprovação da localização das noventa famílias nos fogos do Empreendimento do Pateo dos Cavaleiros Dois, conforme listagem que a seguir se transcreve. --

----- Dois - A aprovação dos respectivos valores de renda, com entrada em vigor em Dezembro de dois mil e quatro.”-----

----- “Andar / Representante de Família / Renda -----

----- Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, dois. -----

----- - Primeiro direito / António Manuel Silva Ramos / vinte euros e sessenta e quatro



cêntimos;-- -----

----- Primeiro esquerdo / Vitória das Neves da Silva / três euros e sessenta e seis

cêntimos;-- -----

----- Primeiro frente / Manuel Corte Real / sessenta euros e oito cêntimos; -----

----- Segundo direito / Daniel Malaquias Silva Ramos / setenta e quatro euros e trinta e

um cêntimos; -----

----- Segundo esquerdo / Silvestre Fernandes Landim / vinte e nove euros e vinte e cinco

cêntimos;-- -----

----- Terceiro direito / Armindo José Ferreira Amorim / sete euros e setenta e três

cêntimos;-- -----

----- Terceiro esquerdo / Ana Filipa Romeira Perrulas / quarenta e um euros e oitenta e

um cêntimos; -----

----- Terceiro frente / Maria Luísa dos Reis Amorim / trinta e nove euros e sete

cêntimos;--- Cave direita / Carla Alexandra da Silva Ramos / quatro euros e sessenta e oito

cêntimos;-- -----

----- Cave esquerda / Manuel Joaquim Sousa / três euros e sessenta e seis cêntimos;-----

----- Cave frente / Armindo Viçoso Silva / cinquenta e oito euros e quarenta e oito

cêntimos;-- -----

----- Rés-do-chão direito / José Manuel dos Reis Ramos / setenta euros e vinte e sete

cêntimos;-- -----

----- Rés-do-chão frente / Maria Cipriana Silva Ramos / três euros e sessenta e seis

cêntimos.-- -----

----- Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, três: -----

----- Primeiro direito / Maria de Fátima Tavares Moreira / cento e trinta e seis euros e

doze cêntimos; -----

----- - Primeiro esquerdo / Diatta Bacary / setenta e seis euros e vinte e quatro centimos; -
----- - Segundo direito / Ana Cristina Serrano Vasques de Souto / cento e oito euros e
dezanove centimos; -----
----- - Segundo esquerdo / Alexandrino Lopes Veiga / sessenta e oito euros e setenta e
dois centimos;-----
----- - Terceiro direito / José António Vinagre Fona / quarenta e um euros e oitenta e um
centimos; - -----
----- - Terceiro esquerdo / Fátima da Conceição Silva Santos / dez euros e doze centimos.
----- Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, quatro:-----
----- - Primeiro direito / Ana Paula Quaresma Lima / sete euros e trinta e um centimos; ---
----- - Primeiro esquerdo / Maria Arlete Conceição Cabeça / três euros e sessenta e seis
centimos; - -----
----- - Segundo direito / Vanda Clara Romeira Sousa / dezasseis euros e vinte e oito
centimos; - -----
----- - Segundo esquerdo / Maria Celeste dos Reis / catorze euros e vinte e cinco centimos

----- - Terceiro direito / Sandra Patrícia Teles Marques / trinta e dois euros e noventa e
cinco centimos; -----
----- - Terceiro esquerdo / Sandra Rosa Quaresma / vinte e um euros e setenta e três
centimos; - -----
----- - Cave direita / Marisa Gonçalves Ramos / três euros e sessenta e seis centimos; ----
----- - Cave esquerda / Sandra Teresa Ramos Lopes / três euros e sessenta e seis centimos;
----- - Rés-do-chão direito / Francisco dos Reis Cabeça Montes / três euros e sessenta e
seis centimos. -----
----- Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, cinco:-----



----- Primeiro esquerdo / Maria Tavares / setenta euros e quarenta e quatro cêntimos; ----

----- Terceiro direito / Rui Manuel Simões / trinta euros e sessenta e nove cêntimos; ----

----- Terceiro esquerdo / Francisco Furtado / quarenta e nove euros e quarenta e seis cêntimos;-- -----

----- Rés-do-chão direito / João Carlos Cardoso Batista / duzentos euros e trinta e nove cêntimos;-- -----

----- Rés-do-chão esquerdo / Maria Horta Mendes / cento e cinquenta e dois euros e noventa e sete cêntimos. -----

----- Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, seis: -----

----- Primeiro direito / Magda Susana Romeira Sousa da Silva / oitenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos; -----

----- Primeiro esquerdo / Maria Helena Romeira Sousa Silva / vinte e dois euros e nove cêntimos;-- -----

----- Segundo direito / Domingos José Gomes Serralho / trinta e dois euros e trinta e cinco cêntimos;-----

----- Segundo esquerdo / Paula Cristina Silva Ramos / oito euros e quarenta e oito cêntimos;-- -----

----- Terceiro direito / Joaquina Gertrudes Alves / três euros e sessenta e seis cêntimos; -

----- Terceiro esquerdo / Rubrio Ezequiel Ramos / cinquenta euros e noventa e sete cêntimos;-- -----

----- Cave esquerda / Geraldo da Conceição Ramos / quarenta e um euros e cinquenta cêntimos;-- -----

----- Rés-do-chão direito / António Viriato Sousa da Silva / trinta euros e noventa e oito cêntimos;-- -----

----- Rés-do-chão esquerdo / José Elias Lopes Ramos / catorze euros e trinta e três

cêntimos. - -----
----- Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, sete:-----
----- - Primeiro direito / Isaura do Carmo Barrote / três euros e sessenta e seis cêntimos; --
----- - Segundo direito / Domingos Gomes Moreira / cento e trinta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos; -----
----- - Segundo esquerdo / Venâncio Gomes Barros / cinquenta e quatro euros e trinta e um cêntimos;-----
----- - Terceiro direito / Filomena Maria Neves do Rosário / vinte e um euros e quatro cêntimos; - -----
----- - Terceiro esquerdo / José Sebastião Fernandes / sessenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos;-----
----- Terceiro frente / Jorge Humberto Lopes Guerra / quarenta e um euros e oitenta e um cêntimos; - -----
----- Rés-do-chão direito / Pedro Rocha Fernandes / dezassete euros e dezoito cêntimos.--
----- Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, oito:-----
----- Primeiro direito / Clarinda da Conceição Pais Pedrosa / vinte euros e vinte e quatro cêntimos; - -----
----- - Primeiro esquerdo / Gil Correia Pinto / cento e quinze euros e oitenta e oito cêntimos; - -----
----- - Segundo direito / Maria Filomena Frederico Pires / trinta e um euros e oitenta e um cêntimos; - -----
----- - Segundo esquerdo / Andreza Varela Borges / vinte e sete euros e dois cêntimos;----
----- - Cave direita / Emídio Ferreira Machado / três euros e sessenta e seis cêntimos; ----
----- - Rés-do-chão direito / José Dias / seis euros e oitenta e cinco cêntimos;-----
----- - Rés-do-chão esquerdo / Alexandrina Barroso Bouça Ginha / vinte e cinco euros e



onze cêntimos; -----

----- Sub-cave direita / Antão Vítor Luz / três euros e sessenta e seis cêntimos. -----

----- Rua Doutor Vítor Sá Machado, três: -----

----- Primeiro direito / Maria Manuela da Silva Samora Correia / cento e três euros e nove cêntimos; -----

----- Primeiro esquerdo / Lenine Gonçalves Rocha / vinte e dois euros e vinte e dois cêntimos;-- -----

----- Segundo direito / Emília Cristina Ramalho Silva / cinco euros e oito cêntimos;-----

----- Segundo esquerdo / Paulo Alexandre Naia Abade / sessenta e sete euros e oitenta e um cêntimos; -----

----- Terceiro direito / Alberto Mário Pires dos Santos / vinte e seis euros e sessenta e quatro cêntimos; -----

----- Terceiro esquerdo / Bernardina Antão Dias / três euros e sessenta e seis cêntimos;--

----- Rés-do-chão direito / Luís de Sousa Alves / oitenta euros e setenta e três cêntimos;-

----- Rés-do-chão esquerdo / Manuel dos Santos Quina Pinto / cento e quarenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos. -----

----- Rua Doutor Vítor Sá Machado, cinco: -----

----- Primeiro direito / José Pedro Vieira Barbosa / trinta e seis euros e setenta e nove cêntimos;-- -----

----- Primeiro esquerdo / Ana Paula Pereira Semedo / setenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos; -----

----- Segundo direito / Maria Francisca Neves Teotónio / quarenta e oito euros e trinta e um cêntimos; -----

----- Segundo esquerdo / Maria Rosa Silva Gomes / duzentos e trinta e cinco euros e oitenta e três cêntimos;-----

----- - Terceiro direito / Francisco Manuel Mendes Firmino / oito euros e quarenta e oito
cêntimos; - -----

----- - Terceiro esquerdo / Teresa Anjos Salvado Pereira / cinquenta e sete euros e trinta e
três cêntimos; -----

----- - Rés-do-chão direito / Elisabeth Jesus Nogueira / cinquenta e quatro euros e trinta e
cinco cêntimos; -----

----- - Rés-do-chão esquerdo / Adelina Rosa da Costa Alfredo Escaleira / vinte e oito
euros e vinte e nove cêntimos.-----

----- Rua Doutor Vítor Sá Machado, sete: -----

----- - Primeiro direito / Maria Augusta Ribeiro Semedo / dez euros e cinquenta e três
cêntimos; - -----

----- - Primeiro esquerdo / Silvestre Gonçalves Semedo / cento e dezanove euros e vinte e
seis cêntimos; -----

----- - Rés-do-chão direito / António Domingos Nunes Borges / sessenta e quatro euros e
trinta e um cêntimos;-----

----- - Rés-do-chão esquerdo / Cipriano Pereira Furtado / dezasseis euros e dezassete
cêntimos. - -----

----- Rua Doutor Vítor Sá Machado, nove: -----

----- - Primeiro direito / Maria Alice Francisca / treze euros e setenta e um cêntimos;-----

----- - Primeiro esquerdo / Rosa Maria Brito da Luz / dezasseis euros e setenta e três
cêntimos; - -----

----- - Primeiro frente / Ana Paula Sousa Barros / setenta e quatro euros e setenta e seis
cêntimos; - -----

----- - Segundo direito / Maria de Fátima Araújo Silva / cento e trinta e quatro euros e
sessenta e oito cêntimos; -----



----- Segundo esquerdo / Carlos Alberto Lopes Tavares / cinquenta e oito euros e setenta e dois cêntimos;-----

----- Segundo frente / Fortunato Ortet Varela / cento e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos;-- -----

----- Terceiro direito / Vanda Marizia Lima Évora / onze euros e noventa e dois cêntimos;-- -----

----- Terceiro esquerdo / Aprigio Fernandes Peixoto / quarenta e oito euros e setenta e três cêntimos;-----

----- Terceiro frente / Natália Sanches Pereira H. Veiga / catorze euros e trinta e três cêntimos;-- -----

----- Rés-do-chão direito / Eusébio Mendes Almeida / vinte e sete euros e oitenta e três cêntimos;-- -----

----- Rés-do-chão esquerdo / Manuel José Freitas Rodrigues / cento e quarenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos; -----

----- Rés-do-chão frente / Isabel Maria dos Santos Lopes / quarenta e um euros e trinta e quatro cêntimos”.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

78 - PROPOSTA Nº. 1456/04 - VENDA DAS EDIÇÕES: A PINTURA SACRA NO CONCELHO DE OEIRAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII / O PALÁCIO ANJOS E A ARQUITECTURA DE VERANEIO EM ALGÉS:-----

-----I - O Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier apresentou à Câmara a seguinte proposta: -- -----

-----“Torna-se um imperativo continuar a desenvolver em Oeiras uma dinâmica definidora duma identidade cultural própria, assente na valorização e divulgação do seu património. É neste contexto que se inscrevem as várias iniciativas relacionadas com o estudo da

história local, o que nos tem permitido descer ao passado, analisar percursos e perspectivar novos caminhos, onde salientamos o plano de edições de carácter histórico-patrimonial, inscrito em Plano de Actividades de dois mil e quatro, cujas publicações seguidamente descrevemos: ----

----- a) O Palácio Anjos e a Arquitectura de Veraneio em Algés - Este estudo contempla uma descrição da zona balnear de Algés na segunda metade de oitocentos, caracterizando, não só a sua arquitectura de veraneio, mas também a envolvente das quintas. Esta obra questiona, ainda, os aspectos relacionadas com a conservação e a intervenção nesta casa de grande valor patrimonial e contextualiza a sua evolução ao longo dos tempos. -----

----- b) A Pintura Sacra no Concelho de Oeiras nos Séculos Dezassete e Dezoito - Esta edição tem como principal propósito o levantamento, a inventariação e a análise, nas vertentes histórico-cultural e artística dos testemunhos pictóricos dos séculos dezassete e dezoito, abordando mestres de grande relevo a nível nacional e que, dada a proximidade à capital, vieram trabalhar na zona de Oeiras. É o caso do pintor régio de Filipe Primeiro, Domingos Vieira Serrão ou de Bento Coelho, pintor régio de Dom Pedro Segundo que elaborou um painel para o altar da Igreja de São Pedro de Barcarena, entre outros exemplos. -----

----- Tratando-se de duas publicações que seguem a linha editorial traçada pelo Sector de Acção Cultural, com vista à divulgação do diversificado património do concelho, propõe-se que o preço unitário para venda dos referidos produtos, nos locais habituais, seja o seguinte: -----

----- a) O Palácio Anjos e a Arquitectura de Veraneio em Algés - vinte euros, com taxa de IVA já incluído. -----

----- b) A Pintura Sacra no Concelho de Oeiras nos Séculos Dezassete e Dezoito - vinte euros, com taxa de IVA já incluído. -----

----- Mais se informa que o custo unitário do produto a) regista o valor de: vinte euros e sessenta e dois cêntimos e o produto b) vinte e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----



79 - PROPOSTA Nº. 1457/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA TRANSFERIDOS PARA IPSS:-----

-----I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Um - Introdução -----

-----“Na reunião de Câmara de nove de Fevereiro de dois mil foram aprovados os novos procedimentos para a efectivação dos pagamentos, de subsídio mensal a cada Junta de Freguesia, relativos ao funcionamento de Estabelecimentos de Infância transferidos para IPSS. -----

-----Este subsídio é equivalente à diferença do montante global a pagar aos funcionários, de acordo com a tabela da Instituição Particular de Solidariedade Social e aquele que resulta do escalão indiciário correspondente às categorias a que estão funcionalmente afectos no quadro das Juntas de Freguesia. -----

-----No primeiro semestre de dois mil e quatro, foram transferidas verbas para as diversas Juntas de Freguesia, de acordo com o mapa um, junto ao processo.-----

-----Posteriormente foram efectuados acertos às seis juntas de freguesia, de acordo com o mapa dois, junto ao processo, através da proposta de deliberação número mil cento e seis, da reunião da Câmara de vinte e oito de Julho de dois mil e quatro. -----

-----Relativamente à Junta de Freguesia de Porto Salvo apenas agora é possível efectuar os acertos (mapa três), por motivos de atraso na devolução dos mapas corrigidos, havendo a acrescer o diferencial decorrente do enquadramento de quatro funcionárias que estando afectas ao quadro de pessoal da referida Junta, prestam serviço nos Estabelecimentos de Infância. -----

-----Dois - Proposta-----

-----Face ao que antecede, propõe-se:-----

-----Dois.um - Que seja deliberada a disponibilização do montante de quatro mil oitocentos e quarenta e oito euros e noventa e três cêntimos, à Junta de Freguesia de Porto Salvo

para fazer face aos acertos do primeiro semestre de dois mil e quatro tal como consta do mapa três, que a seguir se transcreve;-----

----- Dois.dois - Cabimento contabilístico para a importância acima referida; -----

----- Dois.três - Comunicação à Junta de Freguesia; -----

----- Dois.quatro - Pagamento sequente.”-----

----- “Meses / Porto Salvo / Acerto relativo às quatro funcionárias afectas ao quadro da J.F.P.S.: --- -----

----- Janeiro / catorze mil quinhentos e quarenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos / quatrocentos e noventa e quatro euros e trinta e dois cêntimos; -----

----- Fevereiro / catorze mil oitocentos e trinta euros e sessenta cêntimos / seiscentos e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos;-----

----- Março / quinze mil trezentos e quarenta e nove euros e noventa cêntimos / seiscentos e sessenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos; -----

----- Abril / dezasseis mil vinte euros e setenta e um cêntimos / oitocentos e nove euros e quarenta e seis cêntimos;-----

----- Maio / quinze mil trezentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos / setecentos e trinta e quatro euros e cinquenta cêntimos;-----

----- Junho - Subsídio de Férias / trinta e dois mil setecentos e dezassete euros e setenta e cinco cêntimos / mil setecentos e sessenta e um euros e noventa e três cêntimos; -----

----- Total / cento e oito mil oitocentos e sete euros e onze cêntimos / cinco mil noventa e um euros e oitenta e dois cêntimos;-----

----- Valor Semestral Transferido / cento e nove mil e cinquenta euros / -;-----

----- Diferença / menos duzentos e quarenta e dois euros e oitenta e nove cêntimos / quatro mil oitocentos e quarenta e oito euros e noventa e três cêntimos.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----



80 - PROPOSTA Nº. 1458/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A GRUPOS DE TEATRO SÉNIOR:-----

-----I - A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Um - Introdução -----

-----No ano transacto a Câmara Municipal de Oeiras contemplou pela primeira vez na sua programação o apoio aos Grupos de Teatro Sénior existentes no Concelho por considerar que a participação em actividades lúdicas deste tipo constitui, um excelente meio de combate à solidão, aumento da auto-estima e promoção do desenvolvimento de redes de sociabilidade e solidariedade e, por vezes, até a concretização de um sonho. -----

-----Neste sentido, e porque se continua a apostar nesta área a Autarquia pretende manter o apoio anual para esta finalidade. -----

-----Dois - Proposta-----

-----Face ao que antecede, propõe-se:-----

-----Dois.um - A atribuição de um subsídio no valor de seiscientos euros, a cada uma das seguintes Instituições: Obra Social Madre Maria Clara; Centro Social Paroquial São Miguel de Queijas, Academia Cultural para a Terceira Idade e o Centro Social Paroquial de Nova Oeiras. --

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico no valor total de dois mil e quatrocentos euros.-

-----Dois.três - Comunicação às Instituições supra citadas.-----

-----Dois.quatro - Pagamento sequente.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

81 - PROPOSTA Nº. 1459/04 - CONSTITUIÇÃO DE TRIBUNAL ARBITRAL: -----

-----I - O Senhor Vereador Rui Soeiro apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Na sequência da missiva recebida por esta Autarquia proveniente da empresa Edifer, Sociedade Anónima, cuja cópia se encontra em anexo (anexo um) a esta proposta de deliberação, que a seguir se transcreve, necessita esta Câmara de decidir sobre vários aspectos

relacionados com o conteúdo do documento recebido, nomeadamente:-----

----- Um - Em face do documento designado Acordo/Auto de Recepção, outorgado entre a Edilidade e a Empresa Edifer, Sociedade Anónima, em dezoito de Dezembro de dois mil e dois, as partes acordaram que qualquer litígio relacionado com obrigações de pagamento pela CMO à Edifer sobre o preço das fracções do referido empreendimento Pátio dos Cavaleiros, seria dirimido por um Tribunal Arbitral, nos termos da Lei trinta e um, de oitenta e seis, de vinte e nove de Agosto. -----

----- Dois - Ora, tendo a Edifer entregue cento e oitenta e quatro fogos à CMO, aquando da celebração daquele acordo, vem agora, através de carta, reclamar o pagamento de um milhão e duzentos mil euros, por via de compensação dos custos de financiamento da construção dos mencionados cento e oitenta e quatro fogos. -----

----- Três - Acresce, que este valor se baseia no período entre dezoito de Dezembro de dois mil e dois e vinte e dois de Setembro de dois mil e quatro, data em que foi celebrado o contrato de compra e venda entre a Edifer e o INH, em substituição do contrato entre as partes contratantes do Acordo/Auto de Recepção a que atrás se alude.-----

----- Quatro - Não sendo imputável à empresa qualquer responsabilidade pela situação verificada, parece correcto ser este o momento a partir do qual a Edifer, Sociedade Anónima deve ser ressarcida dos encargos que tem vindo a suportar.-----

----- Cinco - Todavia, já não parece ser aceitável o montante de encargos calculado pela identificada empresa, posto que manifestamente excessivo em relação ao valor que se crê ser resultante dos factores legais aplicáveis. -----

----- Seis - Montante total esse que nunca poderia exceder, a título de tais encargos, o valor global de oitocentos e cinquenta e um mil seiscentos e sessenta e seis euros e oitenta e três cêntimos. - -----

----- Sete - Deste modo, e no quadro do acordo existente de dezoito de Dezembro de dois



mil e dois, afigura-se-nos legal e admissível seja pela Câmara reconhecida como legítima a constituição de um Tribunal Arbitral nos termos da Lei trinta e um, oitenta e seis, de vinte e nove de Agosto, tendo em vista a resolução do diferendo emergente. Assim sendo, propõe-se: -----

-----a) Aceitar a abertura do litígio com a constituição do Tribunal Arbitral nos termos propostos e conforme carta a enviar à Edifer (anexo dois), que a seguir se transcreve.-----

-----b) Nomear como Árbitro da Câmara Municipal no referido Tribunal, o Senhor Doutor Paulo Saragoça da Matta, Advogado e Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com domicílio na Rua Castilho, número noventa, quarto esquerdo, em Lisboa.-----

-----c) Nomear como advogado para representar as pretensões da CMO junto dos árbitros e os termos de um eventual acordo em sede de transacção o Senhor Doutor Mário Silveiro de Barros, Advogado, com domicílio, para estes efeitos, no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Oeiras, sito no Largo Marquês de Pombal, dois mil setecentos e oitenta Oeiras. ----

-----d) Rejeitar liminarmente o valor apresentado pela empresa Edifer de um milhão e duzentos mil euros, por o considerar excessivamente elevado.-----

-----e) Seja conferido mandato judicial, subscrito nos termos legais e de acordo com o modelo anexo à presente (anexo três), que a seguir se transcreve, ao identificado Advogado, para que conteste as pretensões da Demandante, mandato esse com poderes especiais para, em nome e representação do Município, confessar parcialmente ou transigir, por montante compreendido até ao valor referido no Ponto número seis retro.-----

-----f) Que o montante indemnizatório que eventualmente vier a resultar de transacção a acordar entre a CMO e a Edifer no âmbito daquele processo, seja pago faseadamente em nove prestações mensais, a vencerem-se entre Janeiro e Setembro de dois mil e cinco.” -----

-----“Anexo Um-----

-----Um - Como é do conhecimento de Vossa Excelência a Câmara Municipal de Oeiras e a Edifer Construções, Sociedade Anónima, outorgaram em dezoito de Dezembro de dois mil e

dois, um documento intitulado Acordo/Auto de Recepção, o qual permitiu e viabilizou a entrega à Câmara Municipal de Oeiras e por esta aos respectivos munícipes de cento e oitenta e quatro fogos do Empreendimento designado por Pateo dos Cavaleiros. -----

----- Dois - Estes fogos que faziam parte dum total de duzentos e noventa e dois a adquirir pela CMO, passaram a partir dessa data - dezoito de Dezembro - a estar na inteira posse e disponibilidade da CMO, tendo estado igualmente prontos para serem entregues à CMO os restantes fogos a partir de dezoito de Fevereiro de dois mil e dois. -----

----- Três - Apesar disso, nunca foi assinado o Contrato-Promessa de Compra e Venda entre as Partes, pois supervenientemente as Partes acordaram que a Edifer procedesse à venda dos fogos ao INH, que por seu turno os revenderá à CMO. -----

----- Quatro - O facto de, desde a data da entrega dos cento e oitenta e quatro fogos e da conclusão dos restantes, a CMO não ter podido celebrar o previsto CPCV e subsequente escritura de compra e venda, originou que a Edifer continuasse a suportar os custos do financiamento com a construção para além das datas contratualmente previstas e legitimamente expectáveis. -----

----- Cinco - Por isso mesmo, os números quatro e cinco da cláusula segunda do Acordo/Auto de Recepção, estabeleceu que a “CMO ressarcirá a Edifer dos encargos que esta continue a suportar designadamente com as entidades financiadoras da construção, entre a data da tradição das fracções e a data da assinatura do CPCV ...”, “ocorrendo o ressarcimento após a celebração do CPCV....”-----

----- Seis - Uma vez que as Partes acordaram que o contrato de compra e venda, a celebrar ocorrerá entre a Edifer e o INH, em substituição do contrato que haveria de ser celebrado entre as Partes, entende a Edifer, que a outorga deste contrato com o INH, passa a constituir o evento que determinará o momento da CMO proceder ao ressarcimento dos encargos. -----

----- Sete - A celebração da escritura pública de compra e venda entre a Edifer e o INH



ocorreu em vinte e dois de Setembro de dois mil e quatro. -----

-----Oito - Os encargos até essa data suportados pela Edifer, decorrentes do Acordo de dezoito de Dezembro de dois mil e dois são de um milhão e duzentos mil euros, valor que a Edifer reclama da CMO, que por seu turno o considera excessivo.-----

-----Nove - Nos termos da cláusula quarta do Acordo de dezoito de Dezembro de dois mil e dois, as partes acordaram irrevogavelmente que qualquer litígio relacionado com a respectiva execução nomeadamente com as obrigações de pagamento pela CMO à Edifer do preço das fracções, seria dirimido por um Tribunal Arbitral, nos termos da Lei trinta e um, de oitenta e seis, de vinte e nove de Agosto.-----

-----Dez - Assim, e de acordo com o disposto na Cláusula Quarta do Acordo de dezoito de Dezembro de dois mil e dois e com o disposto no número quatro do artigo décimo primeiro da referida Lei trinta e um, de oitenta e seis, a demandante Edifer Construções, Sociedade Anónima, indica como Árbitro que lhe cabe designar o Senhor Professor Miguel Catela, com domicílio na Avenida Fontes Pereira de Melo, número três, décimo direito, em Lisboa, convidando Vossas Excelências para proceder à designação do Árbitro que lhes cabe indicar, nos termos e prazo constantes da Lei trinta e um, de oitenta e seis.” -----

----- “Anexo dois-----

-----“Acusamos a recepção da Vossa missiva identificada em assunto, através da qual Vossas Excelências pretendem desencadear o mecanismo previsto na Cláusula Quarta do Acordo firmado a dezoito de Dezembro de dois mil e dois, a saber, a instituição de um Tribunal Arbitral nos termos previstos na Lei número trinta e um, de oitenta e seis, de vinte e nove de Agosto. -----

-----Nesta conformidade, ponderando que este Município não pode reconhecer como aceitável, nem muito menos como devida, a pretensão por Vossas Excelências manifestada no sentido de reclamar o pagamento do montante de um milhão e duzentos mil euros, a título de “encargos que (a Edifer) (...) continue a suportar designadamente com as entidades financiadoras

da construção, entre a data da “traditio” das fracções e a data da assinatura do CPCV; considerando o disposto na identificada cláusula quarta do Acordo de dezoito de Dezembro de dois mil e dois; e ao abrigo do disposto no artigo décimo primeiro número quatro do diploma legal citado; a Câmara Municipal de Oeiras declara aceitar o desencadear da jurisdição arbitral, para o que pela presente via designa como seu Árbitro o Senhor Doutor Paulo Saragoça da Matta, Advogado e Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com domicílio na Rua Castilho, número noventa, quarto esquerdo, mil duzentos e cinquenta-zero setenta e um Lisboa.”---

----- “Anexo três-----
----- Procuração Forense com Poderes Especiais -----
----- Município de Oeiras, pessoa colectiva de base territorial de direito público, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, titular do Número de Identificação quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, representada pela sua Presidente da Câmara Senhora Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, casada, natural da freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, portadora do Bilhete de Identidade número dois milhões cento e setenta e três mil novecentos e cinco, emitido em vinte e seis de Junho de mil novecentos e noventa e seis, pela DGRN-SIC de Lisboa, contribuinte fiscal número cem milhões quinhentos e noventa e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois, domiciliada no mesmo local, constitui seu bastante procurador o Senhor Doutor Mário Silveiro de Barros, Advogado, com domicílio electivo, para os presentes efeitos, no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Oeiras, sito no Largo Marquês de Pombal, dois mil setecentos e noventa e cinco - Oeiras, a quem confere, com a faculdade de substabelecer, os mais amplos poderes forenses em Direito permitidos, e, em especial, os poderes para confessar parcialmente e/ou transigir no âmbito do procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Empresa Edifer Construções, Sociedade Anónima, em que é Demandante a dita empresa e Demandado o Município de Oeiras. -----



-----Oeiras, ... de Outubro de dois mil e quatro, -----

-----A Presidente da Câmara.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

82 - PROPOSTA Nº. 1460/04 - REGIME DE RENDA APOIADA - ACTUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS 2004-2005: -----

-----Esta proposta por decisão da Senhora Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião. -----

83 - PROPOSTA Nº. 1461/04 - CURSOS DE PATRIMÓNIO - PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO: ---

-----I - O Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier apresentou à Câmara a seguinte proposta: -- -----

-----“O património constitui, hoje em dia, um meio gerador de bem-estar e a sua preservação afigura-se-nos como uma tarefa fundamental nas sociedades contemporâneas. Compatibilizar conservação e desenvolvimento, ordenamento com crescimento económico são outras responsabilidades com as quais nos confrontamos quotidianamente. Todos estes factores implicam, necessariamente, uma reflexão sobre o património e as suas políticas de gestão.-----

-----Neste sentido, a Câmara Municipal de Oeiras tem levado a cabo uma estratégia de dinamização cultural que passa pela implementação de uma série de acções que visam o aprofundamento, a defesa e o conhecimento do seu património. Deste modo, considerou-se oportuno dar início à presente iniciativa - Cursos de Património, para a qual foi endereçado um convite ao Doutor Joaquim Boiça, no sentido de comissariar este evento. -----

-----O Curso de Património decorrerá de sete de Outubro a nove de Dezembro, às terças e quintas-feiras, das dezoito horas às vinte horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, com inscrição prevista para cento e vinte a cento e cinquenta participantes e é dirigida ao público em geral. -- -----

-----Face ao programa, junto ao processo, está prevista a divisão do mesmo em dois

módulos. -- -----

----- Propõe-se que, para ingresso no referido curso, sejam efectuadas as seguintes modalidades de pagamento:-----

----- - Inscrição em apenas um módulo - quinze euros; -----

----- - Inscrição no módulo um e dois - vinte e cinco euros; -----

----- Desconto de cinquenta por cento para: -----

----- - Funcionários da CMO;-----

----- - Maiores de sessenta e cinco anos, -----

----- - Estudantes e Professores.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

84 - PROPOSTA Nº. 1462/04 - ANULAÇÃO DE RECEITA CORRESPONDENTE A CHEQUE SEM PROVISÃO:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pelo serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que, Jaime Serra, pagou a guia zero um-doze mil seiscientos e noventa e seis, em nome de Jaime Serra e a guia zero um-doze mil seiscientos e noventa e cinco, em nome de Manuel Castanheira, ambas com o cheque número dois biliões trinta e três milhões cento e vinte e cinco mil quinhentos e noventa e nove, do Banco Millennium B.C.P., na importância total de quinhentos e trinta e oito euros e cinquenta e três cêntimos, tendo sido devolvido por falta de provisão. -----

----- Propõe-se assim, nos termos do número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada a receita do valor de quinhentos e trinta e oito euros e cinquenta e três cêntimos, correspondente ao cheque sem provisão.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

85 - PROPOSTA Nº. 1463/04 - Pº. 39-DIM/DOM/04 - ESPAÇOS EXTERIORES ENVOLVENTES



À TORRE D, EM NOVA OEIRAS - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Para a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso público, concorreram treze empresas, das quais a Viesa, Limitada e Nascimento, Sociedade Anónima, foram excluídas nos termos da alínea a) do número dois do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, as restantes foram admitidas, apresentaram as propostas a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo: -----

----- Armando Cunha, Sociedade Anónima, proposta no montante de cento e oitenta e nove mil novecentos e noventa e nove euros e cinquenta e sete cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;-----

----- Pavilancil, Limitada, proposta no montante de cento e quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois euros e dezanove cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;--

----- Jaop, Sociedade Anónima, proposta no montante de cento e noventa e sete mil setenta e oito euros e cinquenta cêntimos, após correcção, com o prazo de execução de seis meses; -----

----- Miniterras, Limitada, proposta no montante de cento e oitenta mil trezentos e quinze euros e oitenta e três cêntimos, com o prazo de execução de seis meses; -----

----- Vibeiras, Sociedade Anónima e Mota-Engil, Sociedade Anónima, proposta no montante de cento e oitenta e nove mil quatrocentos e dez euros e seis cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;-----

----- Jodofer, Sociedade Anónima, proposta no montante de duzentos e trinta mil euros, com o prazo de execução de seis meses; -----

----- Alvenobra, Limitada, proposta no montante de duzentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos, com o prazo de execução de seis

meses;-----

----- - João Domingos Duarte, Limitada, proposta no montante de cento e quarenta e três mil trezentos e quarenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;-----

----- - Lusifor, Sociedade Anónima / Rosado & Frazão, Sociedade Anónima, proposta no montante de cento e oitenta e cinco mil duzentos e cinquenta e sete euros e noventa e sete cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;-----

----- - Sociedade Industrial e Construções Valente, Limitada, proposta no montante de cento e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta euros e sessenta cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;-----

----- - Pert, Limitada, proposta no montante de cento e noventa e seis mil duzentos e dezoito euros e sessenta e um cêntimos, com o prazo de execução de seis meses;-----

----- As propostas foram analisadas pela respectiva Comissão de Análise, tendo sido efectuada a audiência prévia, nos termos do artigo centésimo primeiro do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido, todavia, apresentada qualquer reclamação, ao relatório da análise das propostas.-----

----- Assim e em face do que antecede, proponho: -----

----- - A adjudicação da empreitada designada em título, por série de preços, à firma Pavilancil - Sociedade de Construções de Pavimentos e Lancil, Limitada, pelo montante de cento e quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois euros e dezanove cêntimos, ao qual acresce a quantia de sete mil duzentos e doze euros e dez cêntimos, respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor - cinco por cento - e com o prazo de execução de seis meses, de acordo com o número um do artigo centésimo quinto do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, prevendo-se que, no presente ano, não seja despendida qualquer verba. -----

----- A aprovação da minuta de contrato número cento e dez, de dois mil e quatro, nos



termos do artigo centésimo décimo sexto do citado diploma e da circular número um, de dois mil e um, a qual a seguir se transcreve:-----

----- “Minuta de Contrato de Empreitada-----

----- Número cento e dez, de dois mil e quatro-----

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Edifício dos Paços do Município, para execução da empreitada de “Espaços Exteriores Envolventes à Torre D, em Nova Oeiras”, tomada em reunião de Câmara de ... de ... de dois mil e quatro, adjudicada ao consórcio “Pavilancil - Sociedade de Construções de Pavimentos e Lancil, Limitada”, mediante concurso público, pelo montante global de cento e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos, incluindo o imposto de valor acrescentado à taxa de cinco por cento, celebram o presente contrato de empreitada, como primeiro outorgante, O Município de Oeiras, Pessoa Colectiva de Direito Público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, casada, natural da freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, com domicílio necessário neste edifício, cujos poderes lhes são conferidos pela alínea f) do número dois, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, adiante designado por Primeiro Outorgante ou Entidade Adjudicante.-----

Como segundo outorgante, Pavilancil - Sociedade de Construções de Pavimentos e Lancil, Limitada, Pessoa colectiva número ..., com sede na ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número ..., devidamente representada para este acto, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:-----

----- Primeira -----

----- (Objecto) -----

Pelo presente contrato, o segundo outorgante obriga-se a executar os trabalhos referentes à

empreitada de “Espaços Exteriores Envolventes à Torre D, em Nova Oeiras”, nas condições do programa de concurso, caderno de encargos, projecto e da sua proposta datada de ... de ... de -

----- Segunda-----

----- (Preço e tipo de empreitada)-----

Um - O encargo total da empreitada é de cento e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos, sendo cento e quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois euros e dezanove cêntimos, correspondente aos trabalhos e sete mil duzentos e doze euros e dez cêntimos, correspondente ao imposto de valor acrescentado à taxa de cinco por cento.-----

Dois - O valor da adjudicação tem cabimento orçamental dotado na rubrica da despesa-----

Três - O tipo de empreitada é por série de preços. -----

----- Terceira-----

----- (Lista de preços unitários) -----

A lista de preços unitários a considerar no presente contrato é a que consta dos anexos à proposta do empreiteiro, constituída por ... páginas dactilografadas em papel A-Quatro, em observância do ponto catorze ponto dois da alínea b) do Programa do Concurso. -----

----- Quarta-----

----- (Prazo de execução)-----

O prazo de execução da obra é de seis meses com início na data da consignação. -----

----- Quinta-----

----- (Garantia)-----

Para garantia do cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente contrato, o segundo outorgante prestou uma caução no valor de sete mil duzentos e doze euros e dez cêntimos, mediante garantia bancária número ..., prestada pelo Banco -----

----- Sexta -----

----- (Plano de pagamentos e revisão de preços) -----



Um - O pagamento dos trabalhos incluídos no contrato, far-se-á por medição, com observância do disposto no artigo ducentésimo segundo e seguintes do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, se outras condições não forem estabelecidas no caderno de encargos. -- -----

Dois - A revisão de preços do contrato será efectuada de acordo com as disposições contidas na cláusula três ponto seis do caderno de encargos (cláusulas gerais), com aplicação da fórmula polinomial. -----

-----Sétima-----

----- (Foro competente) -----

As partes acordam que para resolução dos litígios emergentes do presente contrato é competente o Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras. -----

----- Oitava -----

----- (Disposições finais) -----

Um - Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

Dois - O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação de Câmara de onze de Fevereiro de dois mil e quatro. -----

Três - A empreitada objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho de -----

Quatro - A minuta relativa ao presente contrato foi adjudicada por despacho de -----

Cinco - A celebração do presente contrato foi adjudicada por despacho de -----

Seis - Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Sete - Em tudo quanto estiver omissa no presente contrato, aplicar-se-á a legislação geral de obras públicas, nomeadamente, o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

Oito - Foi pago o selo devido na importância de ... euros, por meio de guia, de acordo com o número oito da Tabela Geral do Imposto de Selo aprovada pela Lei cento e cinquenta, de noventa e nove, de onze de Setembro.-----

Depois de o segundo outorgante ter feito prova por certidão/declaração de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a Segurança Social, bem como ter entregue a declaração, na qual declara, sob compromisso de honra, de que não utilizará na execução da empreitada mão de obra estrangeira clandestina, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pelo Primeiro Outorgante; -----

Pelo Segundo Outorgante”.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

86 - PROPOSTA Nº. 1464/04 - TRANSMISSÃO DE POSIÇÃO DE ADJUDICATÁRIO DE PEDRO MIGUEL DE OLIVEIRA LEITE PARA A SOCIEDADE “VARANDAS DE MATOSINHOS - GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.”:-----

----- I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta: --

----- “Por deliberação da Câmara Municipal de Oeiras de quinze de Outubro de mil novecentos e noventa e sete foi sancionada a adjudicação do lote quatro da Zona Habitacional Municipal da Serra de Carnaxide a Pedro Miguel de Costa Pecegueiro de Oliveira Leite, em resultado da hasta pública previamente realizada a vinte e nove de Abril de mil novecentos e noventa e sete. -----

----- Através do requerimento vinte e quatro mil cento e noventa e sete, de três de Maio de dois mil e quatro, o adjudicatário veio pedir que lhe seja autorizada a aquisição do lote através da sociedade “Varandas de Matosinhos - Gestão Imobiliária, Sociedade Anónima”, da qual é o administrador único. -----

----- Este requerimento foi analisado através da informação quarenta e dois, de dois mil e



quatro - Departamento de Administração Geral Secção de Notariado, para a qual se remete e que constitui parte integrante desta proposta de deliberação, onde se conclui não existir impedimento legal à satisfação do pretendido. -----

-----Em face do exposto, proponho: -----

----- A aprovação da transmissão da posição de adjudicatário de Pedro Miguel de Costa Pecegheiro de Oliveira Leite para a sociedade denominada “Varandas de Matosinhos - Gestão Imobiliária, Sociedade Anónima”, para a aquisição do lote quatro da Zona Habitacional Municipal da Serra de Carnaxide alterando nesta parte a deliberação de Câmara de quinze de Outubro de mil novecentos e noventa e sete, titulada pela proposta de deliberação número dois mil quinhentos e cinquenta, de noventa e sete.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

87 - PROPOSTA Nº. 1465/04 - CONCURSO Nº. 1/04 - CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO IMÓVEL SITO NA ÁREA CIRCUNDANTE DO FORTE DE SÃO BRUNO, EM CAXIAS - ADJUDICAÇÃO: -----

-----I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta:---

-----“Na reunião de Câmara do passado dia vinte e cinco de Fevereiro foi aprovada a abertura do concurso público destinado à atribuição do direito de exploração do imóvel sito na área circundante do Forte de São Bruno, em Caxias, bem como dos respectivos anúncio, caderno de encargos e programa do concurso. -----

-----Na acima indicada reunião de Câmara foi também nomeado o júri do concurso público em causa. -----

-----O anúncio foi publicado no Diário da República, terceira série, em quinze de Abril de dois mil e quatro. -----

-----O concurso público decorreu de acordo com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis.- -----

----- Em anexo à presente proposta junta-se o relatório final contendo a aplicação dos critérios de adjudicação, previamente definidos, às propostas apresentadas. -----

----- Diante do supra exposto, propõe-se que:-----

----- a) A adjudicação do direito de exploração do imóvel sito na área circundante do Forte de São Bruno, em Caxias, seja feita ao concorrente “São Bruno - Actividades Hoteleiras, Limitada”; -----

----- b) A remuneração da concessão ascenda à quantia de mil quinhentos e vinte e um euros e trinta e quatro cêntimos mensais, sendo actualizável anualmente de acordo com as regras e taxas aplicáveis ao arrendamento comercial;-----

----- c) A concessão seja atribuída pelo prazo de cinco anos, renovável de dois em dois anos por um período máximo de vinte anos; -----

----- d) As condições oferecidas pelo concorrente na respectiva proposta, façam parte do contrato de concessão.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

88 - PROPOSTA Nº. 1466/04 - CONCURSO Nº. 2/04 - CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO IMÓVEL SITO NO PÁTEO DO ENXUGO, FÁBRICA DA PÓLVORA, EM BARCARENA - ADJUDICAÇÃO:-----

----- I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta: --

----- “Na reunião de Câmara do passado dia onze de Fevereiro, foi aprovada a abertura do concurso público destinado à atribuição do direito de exploração do imóvel sito no Pátio do Enxugo, Fábrica da Pólvora, em Barcarena, bem como dos respectivos anúncio, caderno de encargos e programa do concurso. -----

----- Na acima indicada reunião de Câmara foi também nomeado o júri do concurso público em causa. -----

----- O anúncio foi publicado no Diário da República, terceira série, em quinze de Abril



de dois mil e quatro.-----

-----O concurso público decorreu de acordo com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis.- -----

-----Em anexo à presente proposta junta-se o relatório final contendo a aplicação dos critérios de adjudicação, previamente definidos, às propostas apresentadas.-----

-----Diante do supra exposto, propõe-se que: -----

-----a) A adjudicação do direito de exploração do imóvel sito no Pátio do Enxugo, Fábrica da Pólvora, em Barcarena, seja feita ao concorrente António Pedro Barreiros Quintais e Daniel Ricardo Pires Belbute;-----

-----b) A remuneração da concessão ascenda à quantia de quinhentos euros mensais, sendo actualizável anualmente de acordo com as regras e taxas aplicáveis ao arrendamento comercial;- -----

-----c) A concessão seja atribuída pelo prazo de cinco anos, renovável de dois em dois anos por um período máximo de vinte anos;-----

-----d) As condições oferecidas pelo concorrente na respectiva proposta, façam parte do contrato de concessão.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

89 - PROPOSTA Nº. 1467/04 - ATRIBUIÇÃO DA 2ª. FASE DO SUBSÍDIO DE EXPEDIENTE E LIMPEZA DAS ESCOLAS B1 E JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 11/02/04 - PONTO 45: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um - Introdução -----

-----Na proposta de deliberação número cento e sessenta, de dois mil e quatro, de onze de Fevereiro, foi aprovado um valor de subsídio de expediente e limpeza de cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta e três euros e onze cêntimos, para as Escolas Básicas do Primeiro Ciclo e

um valor de doze mil oitocentos e sete euros e quarenta e dois cêntimos, para os Jardins de Infância da Rede Pública e atribuída a primeira tranche do mesmo, por um período de oito meses (Janeiro a Agosto). -----

----- Tendo sido aprovada a segunda fase, referente aos meses de Setembro a Dezembro, na proposta de deliberação número novecentos e setenta, de dois mil e quatro, de catorze de Julho, importa agora proceder à rectificação da mesma, visto que se verificou um erro na fórmula de cálculo, provocando uma diferença global de um cêntimo. -----

----- Dois - Proposta -----

----- Nesta conformidade, proponho: -----

----- Dois.um - A atribuição da segunda tranche do subsídio para expediente e limpeza das Escolas B Um e aos Jardins de Infância da Rede Pública do Concelho, aos Agrupamentos de Escolas, conforme quadro que a seguir se transcreve, perfazendo um valor de vinte e dois mil quinhentos e noventa euros e cinco cêntimos, a retirar das rubricas dois ponto um ponto um ponto dois ponto zero quinze - cento e cinco mil e cem e dois ponto um ponto um ponto um ponto zero zero três - cento e cinco mil e setenta e sete do Plano Plurianual de Investimentos.----

----- Dois.dois - Comunicação às sedes dos Agrupamentos de Escolas.-----

----- “Segunda Fase Expediente e Limpeza-----

----- Agrupamento de escolas - Conde de Oeiras: -----

----- Escolas e Jardins de Infância / Valor do Subsídio -----

----- EB Um Número Dois de Oeiras / seiscentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos;

----- EB Um Número Cinco de Oeiras / quinhentos e oitenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos;-----

----- EB Um da Laje / trezentos e setenta e um euros e quarenta e nove cêntimos; -----

----- Jardim de Infância Número Dois de Oeiras / trezentos e dois euros e quarenta e dois cêntimos; - -----



-----Total / mil oitocentos e oitenta e cinco euros e cinco cêntimos.-----

-----Agrupamento de escolas - Joaquim Pessoa:-----

-----EB Um Número Um de Oeiras / quinhentos e setenta e quatro euros e cinquenta cêntimos;-- -----

-----EB Um Número Três de Oeiras / oitocentos e vinte euros e quarenta cêntimos; -----

-----EB Um Número Quatro de Oeiras / seiscentos e trinta e cinco euros e trinta e seis cêntimos;-- -----

-----Jardim de Infância Número Um de Oeiras / trezentos e trinta e seis euros e setenta e sete cêntimos; -----

-----Total / dois mil trezentos e sessenta e sete euros e três cêntimos.-----

-----Agrupamento de escolas - Paço de Arcos: -----

-----EB Um Número Um de Paço de Arcos / quinhentos e quarenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos;-----

-----EB Um Número Dois de Paço de Arcos / trezentos e noventa e seis euros e trinta e três cêntimos;-----

-----EB Um Número Três de Paço de Arcos / quatrocentos e vinte e oito euros e cinquenta e três cêntimos; -----

-----EB Um Número Quatro de Paço de Arcos / seiscentos e nove euros e dezassete cêntimos;-- -----

-----Jardim de Infância Alto da Loba / duzentos e noventa e seis euros e cinquenta e seis cêntimos;-- -----

-----Total / dois mil duzentos e setenta e três euros e dezoito cêntimos. -----

-----Agrupamento de escolas - Caspolima - Porto Salvo: -----

-----EB Um Número Três de Porto Salvo / seiscentos e noventa e quatro euros e vinte e seis cêntimos; -----

----- EB Um Número Um de Porto Salvo / quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta
cêntimos; - -----

----- EB Um Número Dois de Porto Salvo / trezentos e vinte e três euros e quarenta e
nove cêntimos;-----

----- EB Um Pedro Álvares Cabral (Porto Salvo) / quinhentos e sessenta e três euros e
quarenta e três cêntimos; -----

----- Jardim de Infância Pedro Álvares Cabral (Talaíde) / trezentos e sessenta e nove euros
e quarenta e três;-----

----- Total / dois mil quinhentos e quinze euros e noventa e um cêntimos. -----

----- Agrupamento de escolas - Professor Noronha Feio:-----

----- EB Um Número Dois de Linda-a-Pastora / quatrocentos e setenta e um euros e
oitenta e sete cêntimos;-----

----- EB Um Número Três de Linda-a-Pastora / seiscentos e trinta e um euros e vinte e
oito cêntimos;-----

----- EB Um de Queluz de Baixo / seiscentos e vinte e dois euros e treze cêntimos; -----

----- EB Um de Tercena / quinhentos e dez euros e quarenta e um cêntimos; -----

----- Jardim de Infância Queluz de Baixo / duzentos e quarenta e oito euros e noventa e
um cêntimos;-----

----- Jardim de Infância de Queijas / duzentos e quinze euros e sessenta e nove cêntimos -

----- Total / dois mil setecentos euros e vinte e nove cêntimos.-----

----- Agrupamento de Escolas - São Bruno:-----

----- EB Um Número Um Caxias / trezentos e quarenta e oito euros e setenta e seis
cêntimos; - -----

----- EB Um Número Dois Caxias / trezentos e noventa e dois euros e quarenta e seis
cêntimos; - -----



-----EB Um Murganhal / trezentos e noventa e dois euros e quarenta e seis cêntimos; -----

-----EB Um Número Um Barcarena / trezentos e onze euros e cinquenta e três cêntimos; -

-----EB Um Número Dois Barcarena / quatrocentos e vinte e oito euros e cinquenta e três cêntimos;-- -----

-----Total / mil oitocentos e setenta e três euros e setenta e quatro cêntimos. -----

-----Agrupamento de escolas - EB Integrada / Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner - EB Um / trezentos e vinte e seis euros e vinte e sete cêntimos; -----

-----Agrupamento de escolas - Carnaxide - Portela: -----

-----EB Integrada / Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner - Jardim de Infância. / cento e noventa e nove euros e oitenta e quatro cêntimos; -----

-----EB Um / Jardim de Infância de Outurela-Portela - EB Um / novecentos e trinta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos; -----

-----EB Um / Jardim de Infância de Outurela-Portela - Jardim de Infância / duzentos e vinte e seis euros e quarenta e dois cêntimos;-----

-----Jardim de Infância Alto dos Barronhos / trezentos e oitenta euros e cinquenta e oito cêntimos;-- -----

-----Total - dois mil sessenta e oito euros e oitenta cêntimos. -----

-----Agrupamento de Escolas - Carnaxide-Valejas: -----

-----EB Um Número Dois Carnaxide / duzentos e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos;-- -----

-----EB Um Sylvia Philips / setecentos e trinta e um euros e seis cêntimos;-----

-----EB Um de Valejas / trezentos e setenta e sete euros e setenta e dois cêntimos;-----

-----Jardim de Infância de Valejas / cento e cinquenta e um euros e oitenta e nove cêntimos;-- -----

-----Jardim de Infância de Carnaxide / trezentos e oitenta euros e cinquenta e oito

cêntimos; - -----
----- Total / mil novecentos e trinta euros e sete cêntimos. -----
----- Agrupamento de Escolas - Zarco:-----
----- EB Um Número Um Linda-a-Velha / quatrocentos e setenta e três euros e oitenta e seis cêntimos; -----
----- EB Um Número Três Linda-a-Velha / seiscentos e setenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos; -----
----- EB Um da Cruz Quebrada / duzentos e noventa e dois euros e sessenta e nove cêntimos; - -----
----- EB Um do Dafundo / trezentos e oitenta e três euros e trinta e quatro cêntimos; -----
----- Jardim de Infância de Linda-a-Velha / duzentos e setenta e quatro euros e setenta e um cêntimos;-----
----- Jardim de Infância da Quinta da Graça / duzentos e setenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos;-----
----- Total / dois mil trezentos e setenta e seis euros e treze cêntimos. -----
----- Agrupamento de Escolas - Miraflres: -----
----- EB Um Número Dois de Linda-a-Velha / seiscentos e vinte e quatro euros e setenta cêntimos; - -----
----- EB Um Número Um de Algés / novecentos e cinquenta e sete euros e onze cêntimos;
----- EB Um Número Dois de Algés / quatrocentos e quatro euros e quarenta e um cêntimos; - -----
----- Jardim de Infância Número Um de Algés / quatrocentos e onze euros e trinta cêntimos; - -----
----- Jardim de Infância Número Dois de Algés / duzentos e dois euros e trinta e três cêntimos; - -----



-----Total / dois mil quinhentos e noventa e nove euros e oitenta e cinco cêntimos”.-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

90 - INFORMAÇÕES - SR^a. PRESIDENTE:-----

-----A Senhora Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara das seguintes actividades em que participou:-----

-----Esteve no CASO, com escolas da rede pública e privada, na apresentação do projecto de educação ambiental para este ano lectivo.-----

-----Esteve presente no Décimo Quinto Encontro de Bandas de Oeiras.-----

-----Participou nos Encontros Distritais da Comissão Nacional das Crianças e Jovens em Risco, tendo-se realizado em Oeiras o Encontro da Grande Lisboa, onde se fez a avaliação das actividades das Comissões de Protecção de Menores.-----

-----Esteve presente, no dia um de Outubro, no Parque dos Poetas, nas comemorações do Dia da Água e da Música, com escolas da rede pública e privada.-----

-----Assistiu, no dia sete de Outubro, à recepção aos professores, no restaurante “O Lago”.-----

-----Esteve presente no lançamento do livro do Professor Moniz Pereira, no Liceu Camões.-----

-----Participou, no dia dez de Outubro, na Vigésima Quarta Corrida do Tejo e na Festa de Nossa Senhora da Paz, no Bairro dos Navegadores.-----

-----Esteve presente, no dia doze de Outubro, no âmbito dos Encontros de Outubro, no espectáculo “Ri, porque a Indiferença é o Sono da Alma”, da Academia Cultural da Terceira Idade.-----

-----Para Novembro ou Janeiro, depois dirá, a Embaixada do Panamá pretende realizar um Encontro de Empresários do Panamá e Portugueses, e gostaria que os Senhores Vereadores estivessem presentes.-----

----- Por último, convidou os Senhores Vereadores a assistirem, na próxima sexta-feira, à noite, ao Segundo Festival Intergeracional de Fado do concelho de Oeiras. -----

91 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA: -----

----- O Senhor Vereador Arnaldo Pereira iniciou a sua intervenção dando conhecimento das actividades que se realizaram de trinta de Setembro a doze de Outubro, que a seguir se transcrevem: -----

----- “Dia / Hora / Iniciativa / Local -----

----- Trinta / nove e trinta / Congresso sobre Ano Europeu da Educação para Desporto / Auditório da Biblioteca-----

----- Trinta / doze / Reunião com Associação Desportiva de Carnaxide e Miraflores / Gabinete da Presidente -----

----- Trinta / dezasseis / Reunião com Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide / Gabinete da Presidente -----

----- Um / dez / Visita ao Atlético Clube de Porto Salvo / ... -----

----- Um / catorze / Abertura conferência EGREPA / Taguspark -----

----- Um / quinze e trinta / Reunião com Clube Recreativo “Os Fixes” / Gabinete do Vereador-- -----

----- Um / dezasseis e trinta / Reunião com Clube Recreativo “Leões de Porto Salvo” / Gabinete do Vereador - dezassete e trinta / Reunião com Grupo Desportivo de Barcarena / Gabinete do Vereador - dezoito e trinta / Reunião com Associação Desportiva e Recreativa da Ribeira da Laje / Gabinete do Vereador-----

----- Dois / dezassete / Torneio de Futebol - UDRA / Campo da colectividade -----

----- Sete / onze / Engenheiro Miguel Bento da secção de hóquei do Sporting Clube de Portugal / Gabinete do Vereador -----

----- Dez / ... / Corrida do Tejo / ... -----



-----Onze / quinze / Reunião com Soccerpro / Gabinete do Vereador-----

-----Doze / onze / Reunião com Junta de Freguesia de Caxias e Associação Cultural e Desportiva “Pedreira dos Húngaros” / Gabinete do Vereador.”-----

-----De seguida, deu conhecimento de um fax que recebeu do Instituto do Desporto de Portugal - Delegação Distrital de Lisboa sobre a Vigésima Quarta Edição da Corrida do Tejo, a qual a seguir se transcreve:-----

-----“É com imenso agrado que me dirijo a Vossa Excelência, na sequência do seu amável e honroso convite para a vigésima quarta edição da Corrida do Tejo, na qual tive, este ano, o privilégio de poder participar na qualidade de “corredor”.-----

-----Desta forma, e assumindo o citado papel, tive a oportunidade de verificar e constatar da forma mais espontânea - ou seja, correndo! - o elevado padrão de qualidade organizacional de todo o evento, patente em todos os aspectos e pormenores. Por esta mesma razão, aqui quero deixar bem expressa a Vossa Excelência os meus sinceros parabéns pela magnífica realização, que terá batido todos as expectativas.-----

-----A excelente equipa de trabalho que assumiu toda a organização, na pessoa do Senhor Vereador do Desporto da Câmara - Doutor Arnaldo Pereira e do Chefe de Divisão de Desporto - Doutor Rafael Salgueiro, aqui deixo expressos os meus parabéns e os sinceros votos de continuação de bom trabalho, na certeza de uma edição de dois mil e cinco (a vigésima quinta Corrida do Tejo) será certamente ainda melhor!”-----

-----Sobre este assunto, gostaria que ficasse registada uma palavra de apreço a todos os serviços da Câmara envolvidos na organização deste evento desportivo que é considerado, em termos de classificação por entidades independentes, o melhor organizado do País. Este ano estavam cinco mil pessoas inscritas e participaram três mil e quinhentos participantes, o que é muito bom, tendo em consideração que a única oferta pela participação na corrida é uma t-shirt. -

-----Ainda sobre a Corrida, deu conhecimento de um documento com o número de

participantes, os vencedores e instituições apoiantes, o qual a seguir se transcreve:-----

----- “Número de inscritos: quatro mil novecentos e catorze-----

----- Número de participantes: três mil quatrocentos e noventa e sete (segunda prova oficial mais participada, sendo a mais participada a Meia Maratona de Lisboa, com três mil quinhentos e quinze participantes)-----

----- Vencedores: Individual Masculino / Individual Feminino / Colectivo Masculino / Colectivo Feminino -----

----- - Artur Santiago / Sandra Teixeira / União Recreativa do Dafundo / NúcleOeiras-----

----- - Manuel Damião / Lucília Soares / NúcleOeiras / Linda-a-Pastora Sporting Clube---

----- - Euclides Oliveira / Marlene Ferreira / JOMA / GD Unidos Caxienses -----

----- Instituições apoiantes: -----

----- - Maratona Clube de Portugal - Divulgação -----

----- - Administração do Porto de Lisboa - Autorização -----

----- - Capitania do Porto de Lisboa - Autorização -----

----- - GNR - BT Carcavelos - Segurança-----

----- - PSP - Oeiras - Segurança-----

----- - Brisa - Informação de trânsito -----

----- - Instituto de Estradas de Portugal - Autorização -----

----- - Peugeot - Pórtico e dorsais -----

----- - Aquarel - treze mil águas-----

----- - Vimeca - Cedência do espaço de partida -----

----- - Carris-----

----- - Bombeiros Voluntários de Carnaxide - Fanfarra -----

----- - Junta de Freguesia de Linda-a-Velha - Palco -----

----- - Parques Tejo - Parque-----



----- Oeiras Viva - Balneário e material diverso -----

----- Refer - Transporte -----

----- CB Jamor - Apoio Rádio -----

----- Refrige - duas mil Powerrade -----

----- CP - Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa - Autorização -----

----- Grupo Motard “Roda Lenta” - Motos de apoio.” -----

-----Deu conhecimento de três felicitações que dirigiu a atletas do concelho, as quais a seguir se transcrevem:-----

-----“Pelo presente, envio as minhas mais vivas felicitações pela conquista da octogésima edição do Campeonato Nacional Absoluto, em Porto Santo, pelo vosso atleta Frederico Gil. -----

-----Ao jovem tenista e ao seu treinador João Cunha e Silva, desejo a continuação dos êxitos agora alcançados, fruto do seu trabalho individual, mas também do empenho e do entusiasmo do CETO no desenvolvimento da modalidade no nosso concelho.”-----

-----“Pelo presente, envio as minhas mais vivas felicitações pela conquista da Taça da Europa em patinagem artística, categoria de iniciados, em Itália, pela vossa atleta Carolina Andrade. -- -----

-----À jovem patinadora e aos técnicos, desejo a continuação do êxito agora alcançado, fruto do seu trabalho individual, mas também do empenho e do entusiasmo da ADO no desenvolvimento da modalidade no nosso concelho.”-----

-----“Pelo presente, envio as minhas mais vivas felicitações pela conquista das duas medalhas de bronze nos Jogos Paralímpicos de Atenas Dois Mil e Quatro, pelo vosso atleta João Martins. --- -----

-----Ao jovem nadador e ao seu treinador António Pitta, desejo a continuação do êxito agora alcançado, fruto do seu trabalho individual, mas também do empenho e do entusiasmo do Centro no desenvolvimento do desporto para portadores de deficiência no nosso concelho.” -----

----- De seguida, deu conhecimento do relatório da CiclOeiras, relativo aos meses de
Julho e Setembro, os quais a seguir se transcrevem: -----

----- “Período: Julho de dois mil e quatro-----

----- Quantidade de utilizações: mil quatrocentas e sessenta e nove -----

----- Quantidade de utilizadores: novecentos e trinta e cinco -----

----- Utilizadores de uma única vez: quinhentos e trinta e quatro -----

----- Utilizadores de mais que uma vez: quatrocentos e um -----

----- Estes fizeram x utilizações: novecentos e trinta e cinco -----

----- Utilizações por quinzena: -----

----- Primeira quinzena: oitocentos e treze -----

----- Segunda quinzena: seiscentos e cinquenta e seis-----

----- Total: mil quatrocentos e sessenta e nove-----

----- Utilizações por dia da semana: -----

----- Dia útil: novecentos e onze -----

----- Fim de semana: quinhentos e cinquenta e oito -----

----- Total: mil quatrocentos e sessenta e nove-----

----- Utilizações por horário: -----

----- Manhã: seiscentos e vinte e dois -----

----- Tarde: oitocentos e quarenta e sete -----

----- Total: mil quatrocentos e sessenta e nove-----

----- Utilizações por duração da utilização:-----

----- Menos de uma hora: duzentos e noventa e seis -----

----- Uma a duas horas: oitocentos e setenta e quatro -----

----- Mais de duas horas: duzentos e noventa e nove-----

----- Total: mil quatrocentos e sessenta e nove-----



-----Utilizadores por sexo:-----

-----Masculino: quinhentos e noventa e seis -----

-----Feminino: trezentos e trinta e nove-----

-----Total: novecentos e trinta e cinco -----

-----Utilizações por concelho de origem: -----

-----Oeiras: oitocentos e dezanove -----

-----Cascais: cento e cinquenta e um -----

-----Sintra: cento e quarenta e sete -----

-----Amadora: cinquenta e cinco-----

-----Lisboa: cento e cinquenta e seis -----

-----Outros: cento e quarenta e um -----

-----Total: mil quatrocentos e sessenta e nove -----

-----Utilizadores só uma vez por concelho de origem:-----

-----Oeiras: trezentos e seis-----

-----Cascais: quarenta e sete-----

-----Sintra: quarenta e sete-----

-----Amadora: vinte e cinco -----

-----Lisboa: cinquenta e um -----

-----Outros: cinquenta e oito -----

-----Total: quinhentos e trinta e quatro-----

-----Utilizadores frequentes por concelho de origem:-----

-----Oeiras: duzentos e dezanove -----

-----Cascais: quarenta e quatro-----

-----Sintra: quarenta e quatro-----

-----Amadora: catorze-----

----- Lisboa: quarenta e quatro -----

----- Outros: trinta e seis -----

----- Total: quatrocentos e um.” -----

----- “Período: Setembro de dois mil e quatro-----

----- Quantidade de utilização: -----

----- Posto Piscina Oceânica: mil quatrocentos e dez -----

----- Posto Centro da Juventude: cento e sessenta e um-----

----- Total: mil quinhentos e setenta e um -----

----- Quantidade de utilizadores: -----

----- Posto Piscina Oceânica: oitocentos e noventa e nove -----

----- Posto Centro da Juventude: noventa e nove -----

----- Total: novecentos e noventa e oito-----

----- Utilizadores de uma única vez:-----

----- Posto Piscina Oceânica: quatrocentos e noventa e seis -----

----- Posto Centro da Juventude: cinquenta e oito -----

----- Total: quinhentos e cinquenta e quatro -----

----- Utilizadores de mais que uma vez:-----

----- Posto Piscina Oceânica: quatrocentos e três-----

----- Posto Centro da Juventude: quarenta e um -----

----- Total: quatrocentos e quarenta e quatro -----

----- Utilizadores por sexo: -----

----- - Posto Piscina Oceânica -----

----- Masculino: quinhentos e dois-----

----- Feminino: trezentos e noventa e sete -----

----- - Posto Centro da Juventude -----



-----Masculino: setenta e três-----

-----Feminino: vinte e seis -----

-----Total: novecentos e noventa e oito -----

-----Utilizações por horário: -----

----- Posto Piscina Oceânica-----

-----Manhã: quinhentos e cinquenta e nove -----

-----Tarde: oitocentos e cinquenta e um -----

----- Posto Centro da Juventude-----

-----Manhã: quarenta e quatro-----

-----Tarde: cento e dezassete -----

-----Total: mil quinhentos e setenta e um-----

-----Utilizações por dia da semana:-----

----- Posto Piscina Oceânica-----

-----Dia útil: novecentos e cinco-----

-----Fim de semana: quinhentos e cinco -----

----- Posto Centro da Juventude-----

-----Dia útil: quarenta e três -----

-----Fim de semana: cento e dezoito-----

-----Total: mil quinhentos e setenta e um-----

-----Utilizações por duração da utilização: -----

----- Posto Piscina Oceânica-----

-----Menos de uma hora: quatrocentos e onze -----

-----Uma a duas horas: oitocentos e quinze -----

-----Mais de duas horas: cento e oitenta e quatro-----

----- Posto Centro da Juventude-----

----- Menos de uma hora: vinte e dois -----

----- Uma a duas horas: cento e vinte e nove -----

----- Mais de duas horas: dez -----

----- Total: mil quinhentos e setenta e um -----

----- Utilização por quinzena: -----

----- - Posto Piscina Oceânica -----

----- Primeira quinzena: oitocentos e sete -----

----- Segunda quinzena: seiscentos e três -----

----- - Posto Centro da Juventude -----

----- Primeira quinzena: zero -----

----- Segunda quinzena: cento e sessenta e um -----

----- Total: mil quinhentos e setenta e um -----

----- Utilizadores por concelho de origem: -----

----- - Posto Piscina Oceânica -----

----- Oeiras: quatrocentos e quarenta e um -----

----- Cascais: cento e cinquenta e cinco -----

----- Sintra: cento e onze -----

----- Lisboa: setenta e seis -----

----- Amadora: trinta e oito -----

----- Outros: setenta e oito -----

----- - Posto Centro da Juventude -----

----- Oeiras: oitenta e um -----

----- Cascais: dez -----

----- Sintra: um -----

----- Lisboa: quatro -----



-----Amadora: um-----

-----Outros: dois-----

-----Total: novecentos e noventa e oito-----

-----Utilizadores só uma vez por concelho:-----

-----Posto Piscina Oceânica-----

-----Oeiras: duzentos e cinquenta e dois-----

-----Cascais: oitenta e sete-----

-----Sintra: cinquenta e nove-----

-----Lisboa: quarenta e dois-----

-----Amadora: dezoito-----

-----Outros: trinta e oito-----

-----Posto Centro da Juventude-----

-----Oeiras: cinquenta e um-----

-----Cascais: quatro-----

-----Sintra: zero-----

-----Lisboa: um-----

-----Amadora: um-----

-----Outros: um-----

-----Total: quinhentos e cinquenta e quatro-----

-----Utilizadores mais frequentes por concelho de origem:-----

-----Posto Piscina Oceânica-----

-----Oeiras: cento e oitenta e nove-----

-----Cascais: sessenta e oito-----

-----Sintra: cinquenta e dois-----

-----Lisboa: trinta e quatro-----

----- Amadora: vinte e um-----

----- Outros: trinta e nove -----

----- - Posto Centro da Juventude -----

----- Oeiras: trinta -----

----- Cascais: seis-----

----- Sintra: um -----

----- Lisboa: três-----

----- Amadora: zero -----

----- Outros: um -----

----- Total: quatrocentos e quarenta e quatro.”-----

----- Seguidamente, apresentou informação sobre a Piscina Oceânica de Oeiras referente ao ano de dois mil e quatro, a qual a seguir se transcreve:-----

----- “Tendo em consideração a premura na elaboração deste documento e de forma temporária, até podermos apresentar um documento definitivo mais empírico aqui ficam algumas amostras desta atípica época balnear dois mil e quatro.-----

----- Sem dúvida existem valores completamente diferentes com os verões anteriores, por um lado uns resultados económicos baseados num modelo de gestão diferente e por outro lado um resultado em termos de acessos que traduzem umas condições climatéricas adversas, principalmente durante o mês de Agosto.-----

----- Para todos os efeitos nós temos estado aqui, alguns pela primeira vez e outros não, mas a Piscina tem oferecido um serviço aos munícipes durante mais um mês. Esta abertura prematura durante o mês de Maio mesmo não sendo positiva para empresa em termos de resultados pensamos que é o caminho adequado para habituar as pessoas a usufruir deste espaço e confiamos em que gradualmente a afluência possa aumentar em épocas balneares futuras.-----

----- Como aspectos positivos, marcantes para todos nós, a aposta pela segurança privada



pensamos ter sido um bom exemplo para todos com boa aceitação por parte dos utentes como terão a possibilidade de apreciar. Também devemos dizer que o mês de Julho tem sido o melhor mês de sempre e que tem implicado um grande esforço por parte da empresa a qual tem recebido quase vinte mil visitas de jovens, setenta e cinco por cento das quais tem sido assumidas pela Piscina Oceânica e o restante divididas entre as outras instalações da empresa.-----

-----A concessão do bar, prova de um modelo de gestão mais maduro aplicado a este tipo de instalações, tem facilitado muito a gestão operacional da Piscina, com uma diminuição grande nos custos de exploração e maior controlo na gestão dos recursos necessários para o efeito. É pena que o serviço atendendo os testemunhos dos nossos clientes, tenha diminuído consideravelmente em aspectos qualitativos. -----

-----A colocação da cadeira de deficientes tem sido para mim em termos pessoais o maior sucesso, não há nada mais gratificante do que sentir o obrigado das pessoas que tinham dificuldade no acesso à água. -----

-----As alterações no controlo de acesso têm sido um sucesso, o custo das entradas é muito mais reduzido e, por outro lado o sistema apresentou maior fiabilidade e controlo do que em anos anteriores. -----

-----O novo sistema de tratamento de águas resultou, para além de gratuito, muito mais eficiente e sobretudo eficaz. O número de resultados negativos reduziu, em mais de vinte e cinco por cento, em relação a outras épocas balneares. -----

-----Compete falar sobre quatro projectos com um resultado muito aquém das nossas expectativas. A contratação de um animador sócio-cultural amenizou algumas das seiscentas crianças que visitaram diariamente a Piscina durante o mês de Julho. O projecto CiclOeiras com o seu posto principal nesta Piscina atingiu a sua máxima expressão durante o mês de Junho com duas mil duzentas e vinte e quatro utilizações (isto quer dizer que as nossas quarenta e seis bicicletas foram utilizadas setenta e quatro vezes por dia !!!). Contamos com a presença de seis

escolas de mergulho que realizaram as suas actividades durante o período nocturno. Por último as actividades dirigidas de hidroginástica foram acompanhadas por mais de quarenta pessoas em cada aula. Esperamos que todos estes projectos continuem a progredir no futuro.-----

----- Tudo indica que para o próximo ano, com estas e outras alterações realizadas para melhoria do serviço produzido, se as condições climatéricas acompanharem, será um verão de sucesso.”-- -----

----- Continuando, deu conhecimento dos relatórios de actividades da Piscina Oceânica de Oeiras, dos Pavilhões Desportivos da Empresa Municipal Oeiras Viva, da Piscina Municipal de Outurela/Portela, da Piscina Municipal de Barcarena, referentes ao mês de Julho, os quais a seguir se transcrevem: -----

----- “Piscina Oceânica - Julho dois mil e quatro -----

----- Um - Introdução -----

----- O mês de Julho foi um mês excelente em termos meteorológicos, tendo mesmo havido uma vaga de calor inesperada, o que contribuiu para o sucesso da Piscina Oceânica de Oeiras. ---- -----

----- Dois - Piscina -----

----- É o mês dos clientes institucionais por excelência. -----

----- Fomos contactados por diversas escolas e instituições, que procederam à marcação de treze mil cento e sessenta e quatro participantes divididos por vários programas de Ocupação de Tempos Livres. Vieram à piscina onze mil cento e catorze utentes, mais trezentos e vinte e cinco que no ano anterior.-----

----- Para contribuir para a alegria das crianças acordou-se com um palhaço a vinda à piscina, três vezes por semana. Esta iniciativa foi do agrado não só dos utentes inseridos em grupos, mas de todos os clientes. Não esquecendo os adultos convocou-se uma monitora de hidroginástica que deu algumas aulas, as quais tiveram uma enorme aderência.-----



-----Algumas empresas de mergulho optaram pela Piscina Oceânica de Oeiras para dar instrução prática de cursos de mergulho, após o encerramento ao público.-----

-----O total de utentes que entraram na piscina através de ingressos simples foram dezanove mil e quarenta e três, mais dois mil duzentos e vinte e cinco que em dois mil e três. Venderam-se duzentas e quarenta e oito séries de dez entradas. -----

-----Entraram na Piscina Oceânica de Oeiras através de cartões de livre-trânsito setecentas e treze pessoas, das quais quatrocentas e onze do Colégio Militar. -----

-----A média de utentes/dia passou de trezentos e trinta e três para seiscentas e catorze pessoas/dia, e somando os clientes institucionais para novecentos e setenta e três. Em termos de ingressos foi o segundo melhor mês desde dois mil. Só em Julho de dois mil e dois as médias foram superiores. -----

-----O aluguer de colchões e chapéus-de-sol totalizou dois mil novecentos e oitenta e três, quando nos anos anteriores tinha sido de três mil e noventa e dois, três mil quinhentos e trinta e sete, três mil seiscentos e quinze e quatro mil seiscentos e quarenta e seis. -----

-----Em Maio realizaram-se três salvamentos, em Junho seis e em Julho dez. Todos eles de utentes entre os oito e os vinte e um anos, excepto um feito a uma criança de quatro anos. -----

-----Três - Bar -----

-----O funcionamento do bar decorreu dentro da normalidade.-----

-----Quatro - Posto de Socorros-----

-----Continuaram até meados do mês alguns problemas com a assiduidade dos enfermeiros. Em termos de ocorrências nada de extraordinário existe a relatar, para além das situações normais de um local com estas características: pequenas escoriações, lavagens oculares e queimaduras solares. -----

-----Em Maio realizaram-se dezasseis assistências, em Junho noventa e em Julho trezentas e cinquenta e duas. -----

----- Desde o início da época balnear realizaram-se seis pedidos de comparecência de ambulância à piscina, tendo em todos os casos tido alta imediata. -----

----- Cinco - Quiosque-----

----- O funcionamento do quiosque decorreu dentro da normalidade. -----

----- Seis - Parque de Estacionamento-----

----- O funcionamento do parque de estacionamento decorreu dentro do que seria esperado.-- -----

----- Sete - Receitas -----

----- O valor total das receitas brutas da recepção foram cento e oitenta e sete mil duzentos e dezanove euros. O valor da cedência mensal do bar e do quiosque totalizou oito mil trezentos e setenta e oito euros.-----

----- Na recepção a receita bruta diária maior foi de dez mil quinhentos e noventa e oito euros realizada no dia vinte e cinco, domingo.-----

----- O total das receitas brutas da recepção foi de cento e setenta e oito mil oitocentos e quarenta e um euros, mais trinta e três mil cento e noventa euros que no ano anterior. -----

----- O total referente aos clientes institucionais, em Julho, foi de vinte e nove mil euros. -

----- Desde dois mil que foi o segundo melhor mês de receitas brutas da recepção. O melhor de sempre foi Agosto de dois mil e dois em que se totalizou cento e oitenta mil setecentos e noventa e sete euros. -----

----- Oito - Despesas -----

----- As despesas com fornecedores foram cerca de três mil quinhentos e vinte e seis euros, enquanto que as verbas pagas a prestadores de serviços atingiram, cerca de vinte e nove mil e quinhentos euros. -----

----- Nove - Reclamações -----

----- Houve duas reclamações: Uma de um utente do concelho, sobre a troca de séries de



dez entradas e outra de um utente de Lisboa sobre a não existência de preços de meio dia na parte da manhã. -----

-----Dez - Deficiências-----

-----Verificaram-se, de novo, alguns problemas de entupimento nos balneários. As razões devem-se à falta de cuidado dos utentes. -----

-----A pedra do rebordo da piscina dos adultos apresenta desgaste, alguns dos focos internos da piscina têm problemas de infiltrações e soltaram-se alguns azulejos na piscina dos adultos.-----

-----Onze - Conclusão-----

-----O ambiente foi o animado e decorreu tudo dentro das expectativas.”-----

-----“Pavilhões Desportivos da Empresa Municipal Oeiras Viva -----

-----O presente relatório insere na sequência das avaliações mensais efectuadas às actividades desenvolvidas nos seis Pavilhões Desportivos, Campo de Futebol da Outurela e Ginásio de São Marçal, equipamentos desportivos que se encontram sob gestão desta empresa municipal.- -----

-----Apresenta os resultados obtidos no mês de Julho de dois mil e quatro, pela utilização daqueles equipamentos desportivos, bem como proceder a uma comparação com os meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho e Julho de dois mil e quatro.-----

-----Além dos resultados mencionados anteriormente, apresenta o balancete referente ao resultado de exploração do mês de Julho de dois mil e quatro, através da apresentação das receitas obtidas, bem como das despesas efectuadas.-----

-----Todos os itens relacionados com os consumos (água, electricidade e gás), verificam uma baixa em relação aos valores apresentados em meses anteriores, facto que se encontra directamente relacionado com a diminuição da utilização das instalações desportivas. -----

-----No que concerne às receitas, a Utilização Escolar e a Utilização pelas Entidades

Privadas assemelha-se aos meses anteriores, sendo que se verifica uma grande baixa no que concerne à Utilização por parte dos Clubes e/ou Colectividades do Concelho.-----

----- Como balanço da Época Desportiva dois mil e três/dois mil e quatro, considera-se que as actividades desenvolvidas apresentam um sinal positivo, assim como no que concerne à relação despesas/receita para estas instalações desportivas.” -----

----- “Piscina Municipal de Outurela/Portela-----

----- O presente relatório tem como objectivo descrever e analisar os dados referentes às actividades desenvolvidas na Piscina Municipal de Outurela/Portela, de forma a avaliar os serviços prestados para que, num futuro próximo, se garantam mais e melhores parâmetros de qualidade.- -----

----- A recolha de toda esta informação irá permitir um maior conhecimento dos nossos serviços, de quais as suas potencialidade e eventuais pontos fracos, bem como dotar-nos de uma ferramenta essencial para futuras decisões, tanto ao nível da criação ou exclusão de serviços/actividades, como ao nível de qualquer outro tipo de estratégias, nomeadamente de marketing. -----

----- A forma como este relatório se encontra estruturado permite-nos uma fácil consulta da situação da infra-estrutura mencionada, com toda a informação relevante capaz de nos esclarecer também da sua evolução periódica. Deste modo, e pelo facto da sua periodicidade mensal, o desenvolvimento do mesmo está dependente de relatórios passados, no intuito de serem organizados de forma coerente e de acordo com a evolução contínua ao longo de uma época, fazendo por vezes comparações com anos antecedentes.-----

----- Assim, e quanto à disposição da informação anexa ao relatório, este apresenta-se dividido em quatro blocos: O primeiro bloco apresenta-nos dados referentes aos utentes, qual a evolução do seu número, bem como a sua taxa de fidelização. O segundo bloco, remete-nos para o campo das utilizações com o quadro e taxa de utilização total e por actividade. O terceiro bloco



faz referência à análise financeira, contendo toda a informação relativa a receitas e despesas, incluindo uma execução orçamental para o presente ano. Por fim o quarto bloco faz a análise de consumos, concernente à luz, água e gás. -----

-----O último mês da época (Julho) trouxe resultados algo insatisfatórios, nomeadamente no que respeita ao número de utentes activos e desistentes, ao número de inscrições, à taxa de fidelização e aos valores dos quadros de utilização mensal. Estes resultados são uma consequência da preparação para as férias, por parte dos utentes e colectividades, abandonando assim certas actividades, bem como o resultado do aproximar do final da presente época. -----

-----De forma mais descritiva, foi possível observar um decréscimo de treze utentes activos, com um aumento de quarenta utentes desistentes, o que provocou um decréscimo consequente na taxa de fidelização (um vírgula três por cento). -----

-----Em relação à utilização da piscina por parte das colectividades, verificou-se que apenas cinquenta por cento frequentaram a piscina durante o mês de Julho. -----

-----Todos estes valores apresentados provocaram igualmente uma diminuição do número de utilizações, ficando o mês de Julho com vinte e um vírgula quatro por cento da capacidade ideal de utilizações da instalação. -----

-----Fazendo uma breve referência aos consumos (água, electricidade e gás), não foram observados valores que se afastassem muito da normalidade, talvez um pequeno aparte para os valores da água e luz, mas nada mais. Terminamos a época com os consumos de gás a diminuir. -

-----Por fim, e fazendo menção às receitas globais, podemos indicar que, mais uma vez, foi verificado um aumento de sete vírgula setenta e nove por cento relativo ao mês homólogo do ano passado, apesar de ainda não terem sido atingidas as despesas globais. -----

-----O mês de Julho, foi um mês onde se registou um défice orçamental mais alto desde Janeiro de dois mil e quatro. -----

-----Esta é a informação que consideramos ser a mais relevante decorrente do mês de

Junho de dois mil e quatro.” -----

----- “Piscina Municipal de Barcarena -----

----- O presente relatório tem como objectivo descrever e analisar os dados referentes às actividades desenvolvidas, durante a época balnear, na Piscina Municipal de Barcarena, de forma a avaliar os serviços prestados para que, num futuro próximo, se garantam mais e melhores parâmetros de qualidade. -----

----- A recolha de toda esta informação irá permitir-nos um maior conhecimento dos nossos serviços, de quais as suas potencialidades e eventuais pontos fracos, bem como dotar-nos de uma ferramenta essencial para futuras decisões, tanto ao nível da criação ou exclusão de serviços/actividades, como ao nível de qualquer outro tipo de estratégias, nomeadamente de marketing. -----

----- A forma como este relatório se encontra estruturado permite-nos uma fácil consulta da situação da infra-estrutura mencionada, com toda a informação relevante capaz de nos esclarecer também da sua evolução. -----

----- Assim, e quanto à disposição da informação anexa ao relatório, este apresenta-se dividido em quatro blocos: O primeiro bloco apresenta-nos dados referentes ao projecto de animação lúdico-desportiva. O segundo bloco, remete-nos para o campo das entradas. O terceiro bloco faz a análise de consumos, concernente à luz, água e gás. Por fim, o quarto bloco faz referência à análise financeira, contendo toda a informação relativa a receitas e despesas, incluindo uma execução orçamental para o presente ano. -----

----- Em jeito de conclusão, podemos dizer que o mês de Julho, em relação ao projecto de animação lúdico-desportiva, foi bastante positivo, tendo em conta a satisfação dos nossos utentes mais pequenos e a não ocorrência de situações graves. Em relação aos utentes não institucionais, verificamos que um aumento do número de utilizações de famílias, especialmente no período da manhã. ---- -----



-----Em relação aos consumos verificados neste mês e comparando com os valores dos consumos do mesmo mês do ano anterior, podemos concluir que, tal como aconteceu nos restantes meses, os consumos diminuíram.-----

-----Por fim, e fazendo menção às receitas globais, podemos indicar que, o mês de Julho, apesar dos custos serem menores que nos restantes meses, as receitas mensais não cobriram os custos, havendo um défice de quatro mil novecentos e vinte e nove euros e cinquenta e oito cêntimos.-- -----

-----Esta é a informação que consideramos ser a mais relevante decorrente do mês de Julho da época balnear de dois mil e quatro.” -----

-----Deu ainda conhecimento do relatório de actividades realizadas no mês de Agosto, com o programa denominado “Férias Desportivas dois mil e quatro”, do Clube Recreativo Leões de Porto Salvo.-----

-----Continuando, disse que gostaria de deixar duas ou três questões para a próxima reunião e que são as seguintes:-----

----- Sobre a Cidade Judiciária, em função do que se passou na última Assembleia Municipal. -----

----- Sobre os topónimos pois, em tempo, fez uma proposta que mereceu o acolhimento de todo o Executivo e vem na sequência de uma sugestão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo tinha feito, relativamente à atribuição de nomes de ruas no Bairro do Casal da Choca; o que foi dito foi que essa proposta só seria viável alterando-se o regulamento. Este já foi alterado e já permite que não se incorra no mesmo erro que se incorreu no Casal da Choca mas, fez um apelo no sentido de, relativamente aos dois ou três casos que na altura referiu, que se pudesse reconsiderar e manter o nome que a rua tinha. Aliás, os moradores e a Junta de Freguesia continuam a ter essa expectativa e considera que é importante e que não há grande problema. -----

----- - Sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e cinco, gostaria que a Senhora Presidente o informasse quais são as propostas da Câmara Municipal relativamente à preparação das mesmas, uma vez que a Câmara terá uma posição a tomar em relação à Administração Central em sede de PIDDAC. -----

----- No uso da palavra, a **Senhora Presidente** disse que, relativamente à Cidade Judiciária, a decisão do tribunal foi no sentido de manter a suspensão,volvendo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que há munícipes que documentam, com fotografias, que os trabalham prosseguem, ao que a **Senhora Presidente** respondeu, já, ter dado entrada uma queixa crime no tribunal, não por parte da Câmara uma vez que esta foi considerada parte ilegítima. ----

92 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA MARIA MANUELA AUGUSTO: -----

----- A Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto começou por dizer que, de acordo com as Grandes Opções do Plano de dois mil e quatro, vão iniciar-se dois cursos de formação, um no dia vinte e cinco de Outubro sobre Artes Decorativas, que tem várias componentes, entre elas, a da educação ambiental com o aproveitamento de resíduos, etc., e o outro é o curso de Reparação de Embarcações, que irá ter início no dia dois de Novembro. Estes cursos, só agora, vão ter início porque já estavam aprovados no âmbito do Programa Escolas-Oficina mas, como é do conhecimento do Executivo, esse programa acabou e teve que ser substituído pelo Programa Emprego e Promoção Social que, por ter uma série de burocracias, só agora vai começar.-----

----- Queria, também, dar conta que terminaram as três acções de formação que estavam a decorrer e que, com muito agrado, se verifica que os vários serviços da Câmara têm acolhido muito bem os estagiários, tendo todos os formandos sido encaminhados para estágios, designadamente os do Curso de Jardinagem, onde a Divisão de Espaços Verdes vai aceitar três para trabalharem em jardins dos bairros municipais, o que muito agradece.-----

----- Em relação ao curso de Manutenção Hoteleira que, embora tenha este nome, está relacionado com a parte edificada, ou seja, com alvenaria, a canalização, a electricidade, etc.,



agradeceu, também, à Divisão de Equipamento e Iluminação Pública por ter aceite quatro estagiários. -----

-----Assim, renovou os seus agradecimentos aos vários serviços da Câmara, que têm ao todo dez estagiários e, também, às empresas do concelho que igualmente os acolheram. -----

-----Continuando, disse que a Câmara de Oeiras vai ter um stand na próxima Feira de Emprego, a realizar no Fórum Picoas, com abertura oficial às treze horas de sexta-feira, prolongando-se até domingo. Como é do conhecimento do Executivo, este modelo é diferente do usual. A primeira Feira de Emprego realizou-se no concelho, no Tagusparque, há dois anos, e contou com um grande envolvimento por parte dos empresários locais, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e de várias entidades que colocaram os seus stands no Tagusparque, a par da realização de uma Conferência de Emprego cujo tema era “Os Jovens no Mercado de Trabalho”, tendo sido uma feira muito visitada, onde as pessoas podiam inscrever-se e apresentar os seus currículos, na hora, de modo a agilizar o contacto entre as pessoas desempregadas ou à procura de outro emprego e os empresários da região, que colaboraram e, em resultado disso, algumas pessoas conseguiram emprego.-----

-----No ano passado, esta feira realizou-se na FIL, onde a Câmara também esteve representada, e que estava previsto ser uma iniciativa à escala da Área Metropolitana de Lisboa mas, infelizmente, poucas Câmaras aderiram, tendo sido a Câmara Municipal de Oeiras a única que, verdadeiramente, aderiu. -----

-----Este ano, a iniciativa da feira pretende, também, ter uma dimensão nacional e a sua organização ficou a cargo de uma empresa que, no mercado, opera nestas situações e que, também, ajudou a Câmara a montar a Feira de Emprego que organizou há dois anos.-----

-----Houve todo o interesse na participação da Câmara, nesta feira, porque será no stand de Oeiras que as pessoas poderão ter contacto com empresas do concelho e com o que se faz na Câmara, em termos de emprego e formação profissional, etc..-----

93 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS:-----

----- O Senhor Vereador Emanuel Martins começou a sua intervenção por chamar a atenção dos Senhores Vereadores para o facto de lhe terem trazido um documento que precisa, apenas, de um despacho (mas que se trata daquilo que é comum, corrente e normal) para uma iniciativa que irá decorrer amanhã, em que é preciso fazer um seguro e, a esta hora, está a decidir se faz o despacho para que, amanhã, os serviços façam o seguro para uma iniciativa que começa logo de manhã. Assim, apela para que, junto dos serviços de cada um dos Senhores Vereadores, façam o favor de pedir que estas coisas se façam com tempo e que se lembrem que há fins-de-semana e que os serviços não trabalham, sendo este um exemplo, para que não se pense que fala só por falar.-----

----- Continuando, disse que o LEMO é uma empresa intermunicipal e, por este motivo, não tem que apresentar relatórios e os Senhores Vereadores, naturalmente, não tomam conhecimento de, cerca de oitenta por cento, daquilo que faz,. Na última reunião, disse que o CEFA tinha outorgado ao LEMO, por motivos do seu quadro técnico, durante três anos, a certificação de formação de formador. Como é do conhecimento do Executivo, o quadro técnico do LEMO, em função daquilo que foram achando pertinente, foi reajustado. Houve um concurso na Câmara para engenheiros civis de primeira categoria e, é com prazer que o LEMO diz, a engenheira, que é hoje Directora Técnica Adjunta, Fátima Leitão, foi a primeira classificada nesse concurso.-----

----- Seguidamente, disse estar concluído o processo, por dois anos, do contrato que o LEMO celebrou com a SANEST, para que todas as obras que a SANEST lançar até dois mil e seis sejam da responsabilidade do LEMO, em termos de perfuração geotécnica. -----

----- Por último, disse que o LEMO tem um pedido para visita de estudo do Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Tecnologia e Gestão, e está a acontecer, com frequência, escolas privadas pedirem, ao LEMO, visitas de estudo para formandos do curso de



engenharia conhecerem o laboratório. A este propósito, o Presidente da SANEST, quando assinou o contrato no LEMO, ficou com uma ideia da dimensão e daquilo que é este laboratório. Acha importante que conheçam o LEMO e que a Câmara de Oeiras, porque é a accionista principal, tenha algum orgulho nisso porque, uma unidade que não existia e que estava parada, tem hoje reconhecimento público exterior e espera, também, que tenha reconhecimento público interior, apelando a que os Senhores Vereadores exerçam a sua magistratura de influência nessa matéria, pois é sinal que o LEMO vai começar a ter obras na Câmara de Oeiras. -----

94 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR FERREIRA DE MATOS: -----

-----O Senhor Vereador Ferreira de Matos começou a sua intervenção referindo ter um relatório do Turismo, que acha que valoriza os Postos de Turismo no concelho de Oeiras e que irá entregar ao Executivo, sobre o “Programa Cliente Mistério” onde se apresentam os resultados obtidos na criação de um Observatório à volta de todos os Postos de Turismo de Mafra, Sintra, Cascais e Oeiras, e gostaria de referir alguns pontos que lhe parecem importantes: -----

----- “Grau de Satisfação Por Posto” das pessoas que visitaram, onde Oeiras atingiu os noventa e três por cento, tendo sido o melhor Posto de Turismo desta região; -----

----- “Comportamentos” das pessoas, que atingiu os noventa e quatro por cento, tendo sido, também, o melhor da região; -----

----- “Atitudes”, que atingiu os noventa e seis por cento e, para o Executivo ter a noção que não esteve tudo no mesmo patamar, o pior é o Estoril, com quarenta e dois por cento; -----

----- “Ambiente Geral” dos Postos de Turismo, sendo natural que o de Oeiras seja muito bom porque é recente mas está exactamente igual aos quatro melhores; -----

----- “Apresentação Pessoal”, com setenta e oito por cento, foi a única lacuna que a Câmara teve e deve-se ao facto de não ter ainda as fardas, que estão já incluídas no Grandes Opções do Plano para o próximo ano; -----

----- Com a pergunta se “Voltaria a visitar este Posto?”, apenas dois concelhos

obtiveram respostas a cem por cento: Oeiras, com o Posto de Algés, e Mafra.-----

----- Continuando, disse que vai ser aberto o terceiro Posto de Turismo, em Barcarena, na Fábrica da Pólvora, dia dezanove, às doze horas, que servirá, também, de recepção à Fábrica da Pólvora, ao Museu da Pólvora e a todas as actividades que ali se desenvolvem, e que prestará informações do concelho e da Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que está apetrechado para prestar esclarecimentos aos turistas que visitam o concelho.-----

95 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JORGE BARRETO XAVIER: -----

----- O Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier deu conhecimento que, de vinte e três de Setembro a doze de Outubro de dois mil e quatro, desenvolveu as actividades que a seguir se transcrevem: -----

----- “Um - Esteve presente na reunião na Fábrica da Pólvora, em Barcarena, seguida de almoço, no dia vinte e três de Setembro, quinta-feira, pelas doze horas, relativa ao desenvolvimento estratégico da Fábrica da Pólvora e coordenada pelo Senhor Vice-Presidente;--

----- Dois - Recebeu em audiência o Arquitecto Pedro Brandão, no dia vinte e três de Setembro, quinta-feira, pelas quinze horas;-----

----- Três - Esteve reunido com o Capitão Pires Ferreira, na Messe dos Oficiais, em Caxias, no dia vinte e três de Setembro, quinta-feira, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na preparação da abertura de um espaço para exposições na freguesia de Caxias; -----

----- Quatro - Esteve presente na inauguração do Festival Europeu Temps D’Images / Portugal, no Centro de Exposições do Centro Cultural de Belém, em Belém, no dia vinte e três de Setembro, quinta-feira, pelas dezanove horas;-----

----- Cinco - Esteve presente na abertura do Festival de Imagem de Oeiras, no sábado, dia vinte e cinco de Setembro, pelas dezasseis horas, na Fábrica da Pólvora de Barcarena; -----

----- Seis - Esteve presente na sessão de encerramento do Encontro de Bandas do Concelho de Oeiras, pelas dez horas (Paços do Concelho), no almoço, pelas doze horas e trinta



minutos (Pavilhão da ADO) e no concerto, no Auditório Eunice Muñoz (quinze horas e trinta minutos), no dia vinte e seis de Setembro, domingo; -----

-----Sete - Nos dias vinte e sete e vinte e oito de Setembro, promoveu diversas reuniões internas com os serviços na preparação das Grandes Opções do Plano de dois mil e cinco; -----

-----Oito - Visitou a montagem da exposição de pintura de Daniela Kirtsch, “Company” na Galeria Vinte e Quatro B - Arte Contemporânea, em Oeiras, no dia vinte e nove de Setembro, quarta-feira, pelas catorze horas; -----

-----Nove - Esteve presente em reunião com o Senhor Vereador Doutor José Eduardo Costa e com a Direcção da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, no seu gabinete, no dia vinte e nove de Setembro, quarta-feira, pelas catorze horas e trinta minutos;-----

-----Dez - Esteve presente, fazendo a abertura da sessão, em representação da Câmara, na conferência sobre a obra “A República” de Platão, com o orador convidado Professor José Trindade Santos, integrada no projecto municipal “Dez livros que mudaram o mundo”, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, no dia vinte e nove de Setembro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos;-----

-----Onze - Esteve presente na apresentação de projecto multimédia, no âmbito do Festival de Imagem de Oeiras, no pavilhão Refrige, na Fundação de Oeiras, dia vinte e nove de Setembro, quarta-feira, pelas vinte e duas horas e trinta minutos; -----

-----Doze - Deslocou-se ao Município de Fronteira, a convite do Presidente do mesmo, para reunião de júri de um concurso de Mobiliário Urbano, promovido pelo Município, no dia trinta de Setembro, quinta-feira, pelas dez horas; -----

-----Treze - Esteve presente em reunião preparatória do Décimo Aniversário da Livraria-Galeria Municipal Verney, na Livraria-Galeria Municipal Verney, no dia trinta de Setembro, quinta-feira, pelas quinze horas e trinta minutos; -----

-----Catorze - Recebeu em audiência a responsável pela Companhia de Música Teatral,

no dia trinta de Setembro, quinta-feira, pelas dezoito horas; -----

----- Quinze - Esteve presente, com comunicação, na abertura da Conferência Património Arquitectónico Moderno: do contexto internacional ao concelho de Oeiras, moderada pelo Professor Arquitecto José Manuel Fernandes, no Auditório Municipal Eunice Muñoz, em Oeiras, no dia dois de Outubro, sábado, pelas dez horas e no seu encerramento, sábado, pelas dezasseis horas e trinta minutos; -----

----- Dezasseis - Esteve presente na Sessão Solene Comemorativa da Implantação da República e Inauguração do Museu da Presidência, a convite do Senhor Presidente da República, no Palácio de Belém, em Lisboa, no dia cinco de Outubro, terça-feira, pelas dezoito horas; -----

----- Dezassete - Esteve presente em reunião de Assembleia Municipal, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, no dia seis de Outubro, quarta-feira, pelas quinze horas; -----

----- Dezoito - Esteve presente na Sessão de Abertura do Primeiro Curso dois mil e quatro “Património(s) do Global ao Local”, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, no dia sete de Outubro, quinta-feira, pelas dezoito horas; -----

----- Dezanove - Esteve presente na Cerimónia de entrega dos “Prémios Inimigo Público dois mil e quatro”, no Teatro Tivoli, em Lisboa, no dia oito de Outubro, sexta-feira, pelas vinte e uma horas; -----

----- Vinte - Esteve presente na inauguração da exposição de Joaquim Correia, Ana Duarte Almeida e Alice Vieira e do busto de David Mourão Ferreira, no dia nove de Outubro, sábado, pelas dezasseis horas, na Livraria-Galeria Municipal Verney; -----

----- Vinte e um - Esteve presente na entrega de prémios do Concurso de Bandas - SondaMúsica, no Auditório Ruy de Carvalho, em Carnaxide, no dia dez de Outubro, domingo, pelas vinte e duas horas e trinta minutos; -----

----- Vinte e dois - Esteve reunido com a Senhora Secretária de Estado da Cultura, Doutora Teresa Caeiro e o Presidente do Instituto das Artes, Doutor Paulo Cunha e Silva, no



Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, no dia onze de Outubro, segunda-feira, pelas dez horas; -

-----Vinte e três - Esteve presente na Abertura Solene do Ano Lectivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, no Estoril, em representação da Senhora Presidente, no dia onze de Outubro, segunda-feira, pelas doze horas;-----

-----Vinte e quatro - Esteve presente nas comemorações do Trigésimo Quinto Aniversário do Intervalo Grupo de Teatro, na homenagem a Ruy de Carvalho - Cinquenta e Sete anos de Actividade Artística, no Auditório Municipal Lourdes Norberto, em Linda-a-Velha, no dia onze de Outubro, segunda-feira, pelas vinte e uma horas e trinta minutos; -----

-----Vinte e cinco - Recebeu em audiência a Direcção do Centro Cultural de Oeiras - CENCO, no dia doze de Outubro, terça-feira, pelas dez horas; -----

-----Vinte e seis - Efectuou visita às instalações da Delegação Escolar de Linda-a-Velha com o Senhor Vereador Doutor José Eduardo Costa, no dia doze de Outubro, terça-feira, pelas catorze horas e quinze minutos; -----

-----Vinte e sete - Esteve reunido com a Senhora Presidente, com o Senhor Vereador Doutor Rui Soeiro, Arquitecto Pedro Carrilho e com os Representantes da Associação e Grupo Folclórico “As Lavadeiras da Ribeira da Lage”, no dia doze de Outubro, terça-feira, pelas dezoito horas; -----

-----Vinte e oito - Esteve presente nas comemorações do Trigésimo Quinto Aniversário do Intervalo Grupo de Teatro, na homenagem a Eunice Muñoz - Sessenta e Cinco anos de Actividade Artística, no Auditório Municipal Lourdes Norberto, em Linda-a-Velha, no dia doze de Outubro, terça-feira, pelas vinte e uma horas e trinta minutos.”-----

96 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA ANA ISABEL BEÇA:-----

-----A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça iniciou a sua intervenção dando conhecimento das actividades sociais em que participou, de vinte e três de Setembro a doze de Outubro, as quais a seguir se transcrevem:-----

----- “Vinte e três de Setembro - Presença na sessão de lançamento da Campanha de Prevenção do Consumo Excessivo de Álcool, que decorreu na Escola Secundária de Miraflres.

----- - Participação na inauguração que decorreu no restaurante “Tagus Terrace”, no Taguspark, em Porto Salvo.-----

----- Vinte e quatro de Setembro - Presença na peça de teatro “As Vinte e Quatro Horas da Vida de uma Mulher”, representada pelo Grupo Intervalo, no Auditório Municipal Lurdes Norberto, em Linda-a-Velha. -----

----- Vinte e sete de Setembro - Participação no Workshop Final da Rede Social, realizado no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. -----

----- Vinte e nove de Setembro - Presença no almoço com os representantes das empresas parceiras da CMO no Programa “Oeiras Solidária”, realizado no restaurante “O Lago”, no Lagoas Parque; -----

----- - Assinatura do protocolo relativo ao Programa “Oeiras Solidária”, que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

----- Trinta de Setembro - Participação na Reunião do Conselho de Administração da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, realizada no Salão Nobre do Edifício da Fundação de Oeiras. ---- -----

----- Um de Outubro - Participação na Nona Conferência Internacional EGREPA, subordinada ao tema “Envelhecimento e Exercício Saudável”, que teve lugar no Auditório do Taguspark, em Porto Salvo;-----

----- - Presença na cerimónia de oferta de um bolo e de um ramo de flores a todas as IPSS do Concelho de Oeiras, realizada no Centro Social Senhor Jesus dos Aflitos, na Cruz-Quebrada;

----- - Presença na inauguração da Oitava Mostra de Artistas Seniores, que decorreu na Galeria do Palácio Anjos, em Algés; -----

----- Seis de Outubro - Participação na Vigésima Oitava Reunião do Núcleo Executivo do



Conselho Local de Acção Social, que teve lugar no Salão Nobre do Edifício da Fundação de Oeiras;-----

----- Presença, em representação da Senhora Presidente da CMO, no espectáculo “Por Onde Andas(te) Portugal”, representado pelos Idosos do Centro de Dia da Associação de Moradores do Bairro Vinte e Cinco de Abril, que decorreu no Auditório Municipal Lurdes Norberto, em Linda-a-Velha; -----

----- Jantar convívio organizado pela Associação de Moradores do Bairro Vinte e Cinco de Abril, que se realizou nas instalações do seu Centro de Dia, em Linda-a-Velha. -----

-----Sete de Outubro - Participação na Sessão de Abertura do Terceiro Encontro sobre Prevenção do Concelho de Oeiras, subordinado ao tema “A Família e a Escola na Prevenção”, realizado no Auditório do Centro de Apoio Social de Oeiras, em Oeiras; -----

----- Presença na Conferência de Imprensa da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, realizada na Câmara Municipal de Lisboa, nas instalações do Campo Grande.-----

-----Oito de Outubro - Alocução por ocasião da acção realizada no âmbito do Projecto de Voluntariado “Por uma Floresta Viva & Limpa”, da Cadbury Adams, que decorreu na Mata do Jamor, na Cruz-Quebrada;-----

----- Participação na Sessão de Encerramento do Terceiro Encontro sobre Prevenção do Concelho de Oeiras, subordinado ao tema “A Família e a Escola na Prevenção”, realizado no Auditório do Centro de Apoio Social de Oeiras, em Oeiras.-----

-----Doze de Outubro - Presença no espectáculo “Ri, porque a Indiferença é o Sono da Alma”, apresentado pelo Grupo de Teatro Sénior da Academia Cultural para a Terceira Idade, que decorreu no Auditório Municipal Eunice Muñoz, em Oeiras.”-----

97 - APROVAÇÃO EM MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:-----

-----A Senhora Presidente, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro com a redacção

alterada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, e de acordo com a deliberação tomada em reunião de dezasseis de Janeiro de dois mil e dois (ponto quarenta e cinco), propôs a aprovação da presente acta em minuta, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. - -----

98 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão Administrativa. -----

A Presidente,

A Chefe da Divisão Administrativa,